



Administração

PÚBLICA e PRIVADA:

novas tendências e perspectivas

Leozenir Mendes Betim
(Organizadora)

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Organizadora

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim

Capa

AYA Editora

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Sociais Aplicadas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andréa Haddad Barbosa

Universidade Estadual de Londrina

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos

Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva

Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chirolí

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis

Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira

Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig

Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos

Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva

Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Me. Jorge Soistak

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.º Me. José Henrique de Goes

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti

Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim

Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap

Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa

Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Me. Myller Augusto Santos Gomes

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Me. Pedro Fauth Manhães Miranda

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes

*Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus
Parauapebas*

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira

Instituto Federal do Acre

Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

Universidade Federal do Piauí

Prof.ª Ma. Silvia Aparecida Medeiros

Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda

Santos

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues

Instituto Federal de Santa Catarina

Prof.º Dr. Valdoir Pedro Wathier

*Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional,
FNDE*

© 2022 - AYA Editora - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). As ilustrações e demais informações contidas nos capítulos deste Livro, bem como as opiniões nele emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam necessariamente a opinião desta editora.

A2381 Administração pública e privada: novas tendências e perspectivas [recurso eletrônico]. / Leozenir Mendes Betim (organizadora) -- Ponta Grossa: Aya, 2022. 139 p.

Inclui biografia
Inclui índice
Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN: 978-65-5379-029-2
DOI: 10.47573/aya.5379.2.71

1. Administração. 2. Administração pública. 3. Empresas familiares - Administração. 4. Geoturismo. I. Betim, Leozenir Mendes. II. Título

CDD: 658.07

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora EIRELI

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53
Fone: +55 42 3086-3131
E-mail: contato@ayaeditora.com.br
Site: <https://ayaeditora.com.br>
Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

Apresentação.....8

01

Previsão na lei orçamentária anual de despesas para exercícios seguintes: possível exceção aos princípios da anualidade e exclusividade orçamentária.....9

Eduarda Correa Amorim

DOI: 10.47573/aya.5379.2.71.1

02

Negócios em família, prosperidade ou declínio?23

Aníbal Moraes de Albuquerque Neto

DOI: 10.47573/aya.5379.2.71.2

03

Avaliação: aspectos da legislação à sala de aula, um importante instrumento de transformação da prática educacional.....35

Ana Paula Monteiro da Silva

Edinéia Alves Cruz

Marisa Oliveira Ramos de Santana

DOI: 10.47573/aya.5379.2.71.3

04

Evolução e cenário das matrículas na rede privada de ensino fundamental em Santa Catarina no período de 2017 a 202458

Aloysio dos Santos Bahiense Junior

DOI: 10.47573/aya.5379.2.71.4

05

O cenário dos criptoativos no Brasil e as perspectivas de regulamentação.....83

Diego Brito de Souza

DOI: 10.47573/aya.5379.2.71.5

06

Aumento da competição no varejo e seu impacto na indústria98

Rodrigo Guimarães Motta

Antonio Vitorino da Silva

DOI: 10.47573/aya.5379.2.71.6

07

Geoparque quarta Colônia Aspirante UNESCO e sua importância para o desenvolvimento geoturismo no território109

Marli Medianeira Nunes Batista Toniolo

DOI: 10.47573/aya.5379.2.71.7

08

As inovações no contexto geral da lei N° 14.133/2021 e a contratação direta117

Gionara de Souza Pinha

DOI: 10.47573/aya.5379.2.71.8

09

Administração Pública e Privada: uma perspectiva do período pós-pandêmico130

Fernando de Almeida Cruz

DOI: 10.47573/aya.5379.2.71.9

Organizadora	135
Índice Remissivo	136

Apresentação

A presença do setor público e do setor privado tem crescido nos últimos anos, permitindo, assim, aproveitar as vantagens que cada um deles oferece: maior agilidade no setor privado, e, no setor público, maior preocupação com os direitos do cidadão e com as áreas naturalmente deficitárias que só podem funcionar se subvencionadas.

Enquanto o principal objetivo da Administração Pública é o bem comum, descrito na Constituição Federal, ajustando-se aos projetos e às políticas governamentais, os principais objetivos da Administração Privada são a rentabilidade, a competitividade e a integração, para promover o desenvolvimento da organização e o benefício de pessoas específicas, como os proprietários ou gestores e os funcionários.

Considerando a importância de discussões que envolvem os dois tipos de administração, é que esse livro tem o intuito de proporcionar subsídios a todos os que desejam assimilar base conceitual e discussões que impõem a necessidade de conhecimentos sobre a Administração Pública, Administração Geral, ou ambas.

Direcionado para os estudantes, professores, empresários, servidores públicos, consultores de empresas, empreendedores, investidores ou interessados nos assuntos de administração pública ou geral, o conteúdo do livro traz resultados que orientam estratégias para o incremento do desempenho na esfera pública e privada, possibilitando a aplicação em ambientes reais. Assim, parte-se do princípio que todos os profissionais que trabalham em organizações, sejam públicas, privadas ou de terceiro setor – precisam de Administração.

Assim, caro leitor, sua leitura visa contribuir de forma significativa para a compreensão e reflexão por meio do envolvimento das temáticas que envolvem a Administração Pública e Privada.

Ótima e proveitosa leitura!

Prof.^a Dr.^a Leozenir Mendes Betim

01

Previsão na lei orçamentária anual de despesas para exercícios seguintes: possível exceção aos princípios da anualidade e exclusividade orçamentária

Eduarda Correa Amorim

DOI: 10.47573/aya.5379.2.71.1

RESUMO

A Emenda Constitucional (EC) nº 102, de 26 de setembro de 2019, alterou o art. 165 da Constituição Federal, e introduziu na Carta Magna o parágrafo 14, que dispõe acerca da possibilidade de a Lei Orçamentária Anual conter previsão de despesas para exercícios seguintes. O presente estudo visa analisar se tal disposição constitui exceção aos seguintes princípios: princípio da anualidade orçamentária e princípio da exclusividade orçamentária. Com embasamento legal na Lei nº 4.320/64, a análise acerca da exceção de aplicação dos referidos princípios estará pautada em como isso afeta os dispositivos da Lei Orçamentária Anual na aplicação de seu exercício. É na Lei Orçamentária Anual que estão previstas receitas e fixadas as despesas de um exercício financeiro. A metodologia aplicada à análise deste estudo foi a pesquisa exploratória, com método de pesquisa bibliográfica, pautada na análise dos princípios apresentados em consonância com análise legal.

Palavras-chave: Emenda Constitucional nº 102, de setembro de 2019. Princípio da anualidade orçamentária. Princípio da exclusividade orçamentária. Orçamento público. Art. 165, § 14, da CRFB/88.

ABSTRACT

Constitutional Amendment (EC) 102, of September 26, 2019, amended art. 165 of the Federal Constitution, and introduced in the Magna Carta paragraph 14, which provides about the possibility of the Annual Budget Law containing a forecast of expenses for subsequent years. This study aims to analyze whether this provision is an exception to the following principles: the principle of budgetary annuality and the principle of budgetary exclusivity. With legal basis in Law 4.320/64 the analysis about the exception in the application of these principles will be based on how this affects the provisions of the Annual Budget Law in the application of its exercise. It is in the Annual Budget Law that revenues are forecasted and expenses are fixed for a fiscal year. The methodology applied to the analysis of this study was exploratory research with bibliographic research method, based on the analysis of the principles presented in line with legal analysis.

Keywords: Constitutional Amendment 102 of September 2019. Principle of budget annuality. Principle of budget exclusivity. Public budget. Art. 165 § 14 of CRFB/88.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar os aspectos principais dos princípios da anualidade e exclusividade orçamentária. Além disso, busca-se discorrer acerca de pontos fundamentais do orçamento público, bem como da previsão na Lei Orçamentária Anual de Despesas para exercícios seguintes, versando sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Busca-se com o presente estudo analisar se o parágrafo 14, do art. 165, da CRFB/88¹, introduzido no ordenamento jurídico pela Emenda Constitucional (EC) nº 102 de 26 de setembro de 2019, que dispõe acerca da possibilidade de a Lei Orçamentária Anual conter previsão de despesas para exercícios seguintes, excetua os princípios da anualidade e exclusividade orça-

1 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 26 de novembro de 2021.

mentária.

De início, destaca-se que o planejamento no setor governamental é consubstanciado em lei, sendo esta Lei o orçamento público. Nessa lei, são listadas, para um determinado exercício, todas as despesas fixadas como prioritárias pelos Poderes da República, bem como as estimativas das receitas previstas para serem arrecadadas.

O Estado possui um papel de extrema importância para a estabilização social, estabelecendo direitos e garantias previstos na Constituição de 1988. Nesse sentido, analisar-se-ão os principais aspectos concernentes à Lei Orçamentária Anual (LOA), que é a peça fundamental para a compreensão do objeto do presente estudo. A Lei Orçamentária Anual prevê os orçamentos fiscais, investimentos estatais e da seguridade social. Os gastos previstos para o ano seguinte de atuação do governo têm previsão detalhada na LOA.

O orçamento público funciona como instrumento de controle das contas públicas, sendo os princípios verdadeiras premissas, bases, linhas norteadoras para a elaboração, execução e controle do orçamento. O Manual Técnico de Orçamento (MTO) 2021² dispõe que os princípios orçamentários visam “estabelecer regras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para todos os Poderes e para todos os entes federativos - União, Estados, Distrito Federal e Municípios”.

Percebe-se que os quesitos relativos ao orçamento público, de acordo com o supracitado, estão atrelados à Constituição Federal e aos princípios do orçamento, acima epigrafados, com análise direta referente à interligação da Lei Orçamentária Anual com tais princípios. Estes são linhas norteadoras para a elaboração, execução e controle do orçamento, de forma que devem ser devidamente observados, visto que a exceção se baseia nas premissas normatizadas.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

O Estado possui um papel de extrema importância para estabilização social, estabelecendo direitos e garantias previstos na Constituição de 1988, dentre estes, saúde, moradia, trabalho, lazer, segurança e outros mais. De acordo com suas funções econômicas, que são várias, Giacomoni (2003)³ os divide em: a) Função alocativa: promover o ajustamento na alocação de recursos, b) Função distributiva: promover o ajustamento na distribuição de renda e c) Função estabilizadora: manter a estabilidade econômica.

Historicamente, em 1932, o Governo Brasileiro encontrou grandes dificuldades ao tentar consolidar uma dívida externa devido a grandes falhas sobre procedimentos contábeis. Foram constatadas pelas autoridades da época, grandes falhas no orçamento público, sem critérios para aplicação, balanços orçamentários fictícios, diferenças de nomenclaturas fiscais e orçamentos elaborados de forma arbitrária. Em 1939, foi quando surgiu uma tentativa de padronização do orçamento público, porém apenas em 1964 houve a publicação da Lei nº 4.320 (Lei do Orçamento Público), resultando finalmente em um modelo orçamentário padronizado para os 3 (três) níveis de governo.

² Manual Técnico de Orçamento (MTO) 2021. Disponível em: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2021>. Acessado em: 25 de novembro de 2021.

³ GIACOMONI, J. Orçamento Público. 12ª. ed. São Paulo: Atlas 2003.

O art. 165 da Constituição de 1988 indica como instrumentos normativos do sistema orçamentário:

O Plano Plurianual (PPA)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A Lei Orçamentária Anual (LOA)

Nas palavras de Feijó (2008)⁴:

O ciclo orçamentário percorre, então, numerosos estágios que podem ser resumidos em quatro, extrapolando o próprio exercício financeiro, o qual, segundo a Lei 4.320/1964, começa em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. O ciclo orçamentário começa antes do início do exercício financeiro, em vista do prazo que a Constituição Federal determina para envio do projeto de lei orçamentária ao Congresso Nacional, e termina após o encerramento 13 do mesmo, já que a avaliação somente poderá ser feita após a execução do orçamento. (FEIJÓ, 2008, pg. 130).

Partindo dessa premissa, analisar-se-ão os principais aspectos concernentes à Lei Orçamentária Anual (LOA), que é a peça fundamental para a compreensão do objeto do presente estudo. A Lei Orçamentária Anual prevê os orçamentos fiscais, investimentos estatais e da seguridade social. Os gastos previstos para o ano seguinte de atuação do governo têm previsão detalhada na LOA. Diante disto, é possível que se encontre a estimativa de receita e fixação de despesas governamentais. Ela é elaborada pelo Executivo e enviada ao Legislativo para a aprovação. Sua elaboração deve ser de acordo com o que foi planejado no Plano Plurianual (PPA) e direcionado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A Lei Orçamentária Anual é uma Lei que se aplica à União, Estados e Municípios, por se tratar de uma lei padronizada. Referenciando-a, ela contém discriminação de receita e despesas, evidenciando a política econômica e financeira, bem como o plano de trabalho do governo. A LOA é o orçamento propriamente dito, tendo como função principal e primordial prever, autorizar e alocar receitas referentes ao pagamento de despesas já programadas.

No entendimento de Kohama⁵ (2012, p. 44), a LOA tem a seguinte função:

Para viabilizar a concretização das situações planejadas no plano plurianual e, obviamente transformá-las em realidade, obedecida a lei de diretrizes orçamentárias, elaboram-se o Orçamento Anual, onde são programadas as ações a serem executadas, visando alcançar os objetivos determinados.

Caso se necessite de realização de despesas acima dos limites previstos na LOA, ao longo do exercício financeiro vigente, o Poder Executivo enviará proposta ao Congresso Nacional por meio de Projeto de Lei de abertura de Crédito Adicional.

O autor Silva⁶ (2011, p.184) ensina que:

A Lei Orçamentária Anual obedecerá à orientação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas estatais e o orçamento da seguridade social.

De acordo com o Artigo 165, § 5º, da Constituição Federal, a Lei Orçamentária Anual

⁴ FEIJÓ, Paulo Henrique; PINTO, Liane Ferreira; MOTA, Francisco Glauber Lima. *Curso de SIAFI – Uma abordagem Prática da Execução Orçamentária e Financeira*. 2 ed. Brasília: Coleção Gestão Pública, 2008.

⁵ KOHAMA, Hélio. *Contabilidade Pública: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2012.

⁶ SILVA, Lino Martins da. *Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública*. São Paulo: Atlas, 2011.

compreenderá: I - O Orçamento Fiscal referente aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; II - O Orçamento de Investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; III - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Conforme Feijó (2008, p.129)⁷ a LOA define-se da seguinte forma:

“Consiste em um instrumento de que dispõe o Poder Público para expressar, em determinado período de tempo, seu programa de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos a serem obtidos, bem como a natureza e o montante dos dispêndios a serem efetuados”.

De acordo com a disposição do Art. 165, da Constituição Federal, o Poder executivo possui o poder de iniciativa do projeto de Lei Orçamentária Anual. O referido projeto deve ser encaminhado com antecedência de até quatro meses ao encerramento do exercício financeiro, ou seja, até 31 de agosto, devendo ser devolvido para sanção até dia 15 de dezembro, quando ocorre o encerramento da sessão legislativa. Para a elaboração da Lei orçamentária anual, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) traz algumas disposições que devem ser observadas, em seu art. 5º. Ademais, conforme o disposto no art. 2º, da nº Lei 4.320/64⁸, a Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 165 e incisos, dispõe que a LOA compreende:

Art. 165(...)

I - O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público (BRASIL, 1988).

Segundo Giacomoni⁹ (2010) o orçamento público é uma peça de planejamento na qual o poder público prevê o montante de receita a ser arrecada no exercício financeiro, bem como as despesas necessárias à realização das ações de manutenção e investimento do governo a serem realizadas no mesmo período.

A lei orçamentária anual deve ser compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, devendo conter um demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas que contam no anexo de metas fiscais da LDO, também

⁷ FEIJÓ, Paulo Henrique; PINTO, Liane Ferreira; MOTA, Francisco Glauber Lima. *Curso de SIAFI – Uma abordagem Prática da Execução Orçamentária e Financeira*. 2 ed. Brasília: Coleção Gestão Pública, 2008.

⁸ BRASIL, Lei 4.320 de 17 de março de 1964, *Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acessado em 24 de novembro de 2021.

⁹ GIACOMONI, James. *Orçamento público*. 15. ed, ampliada, revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2010.

deve acompanhar um demonstrativo do efeito sobre as receitas e despesas, decorrentes de anistias, isenções remissões, e qualquer outro beneficiam de natureza financeira, tributária e creditícia, e também as medidas de compensação a renúncia de receita e a aumento de despesas que sejam obrigatórias de caráter continuado. (PALUDO, 2013)¹⁰.

Princípios aplicados à lei orçamentária anual

Os recursos arrecados no exercício fiscal devem ser aplicados de maneira adequada, buscando atender às necessidades e demandas da sociedade de modo que as aplicações sejam controladas. Para isso, há aplicação de alguns princípios norteadores do direito sobre o processo do orçamento público.

Conforme já dito anteriormente, os princípios são verdadeiras premissas, bases, linhas norteadoras para a elaboração, execução e controle do orçamento, de forma que devem ser devidamente observados. Além dos princípios dispostos acima, quais sejam o da Anualidade, Unidade e Universalidade, existem, ainda, os consagrados pela CRFB/88 e pela doutrina, sendo eles os seguintes: exclusividade, equilíbrio, especificação, publicidade, clareza, não vinculação ou não afetação de receitas, legalidade de tributação, dentre outros. Tais Princípios devem ser observados pelos gestores públicos no momento da elaboração do orçamento.

João Angélico¹¹ aborda a questão da existência dos princípios da seguinte maneira:

Dos inúmeros princípios expostos sobressaem-se alguns que já se confirmaram na doutrina pela constância com que são defendidos pela maioria dos financistas: anualidade, especificação, exclusividade, unidade e universalidade.

A Lei Orçamentária Anual é resultado de uma participação conjunta do Executivo e do Legislativo, que definem dentre as necessidades da comunidade as prioridades públicas, ao juridicizar, por meio de um processo político criador das leis orçamentárias, certos interesses.

Tais normas possuíam preponderante conotação jurídica, portanto receberam grande ênfase na fase em que os orçamentos eram elaborados, sendo que alguns foram incorporados na legislação, por meio da Constituição Federal de 1988, na Lei nº 4.320/64 - Lei de Finanças Públicas, na Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. Os princípios orçamentários são premissas a serem observadas na elaboração e na execução da lei orçamentária.

Analisar-se-ão os princípios da Anualidade e Exclusividade. Segundo o princípio da anualidade, o orçamento deve ser elaborado para ser executado pelo período de um ano, ou seja, ele tem validade definido por um período anual. Piscitelli¹² (2012, p.36) ensina que “o orçamento deve ser elaborado e autorizado para execução em um período determinado de tempo (geralmente um ano); no caso brasileiro o exercício financeiro coincide com o ano-calendário”. Já de acordo com o princípio da exclusividade, a Lei Orçamentária tem como base de conteúdo previsão de receita e fixação de despesa, vedando conteúdo de outra matéria legislativa.

¹⁰ PALUDO, *Augustinho Vicente. Orçamento público e administração financeira e orçamentária e LRF. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.*

¹¹ ANGÉLICO, *João. Contabilidade Pública. 8ª edição. Editora Atlas, São Paulo, 2011. p.39*

¹² PISCITELLI, *Roberto Bocaccio. Contabilidade Pública: uma abordagem de administração financeira pública. São Paulo: Atlas, 2012.*

PRINCÍPIO DA ANUALIDADE ORÇAMENTÁRIA

O princípio da anualidade trata da periodicidade das previsões de despesa e receita, se referem, portanto, a um período limitado de tempo, o qual está relacionado ao ano fiscal, constituindo um dos pontos basilares do orçamento público brasileiro. É em decorrência deste princípio que os créditos adicionais têm, em regra, sua vigência adstrita ao exercício financeiro em que foram abertos. Assim, pelo princípio da anualidade orçamentária, as previsões de receitas e despesas públicas devem referir-se sempre a um período limitado de tempo.¹³

O princípio da anualidade orçamentária está previsto no art. 2, da Lei nº 4.320/64, podendo ser chamado também de princípio da periodicidade orçamentária. De acordo com esse princípio, o orçamento deve ser elaborado e autorizado para um período de um ano. É o que dispõe a CF/88:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - O plano plurianual;
- II - As diretrizes orçamentárias;
- III - Os orçamentos anuais.

Segundo a Lei nº 4320/64, em seu art. 34, o orçamento deve ter vigência limitada a um exercício financeiro, que coincide com o ano civil. Ressalvando-se que a relação é com o exercício financeiro, apesar de coincidir com o ano civil.

O princípio da anualidade orçamentária é a delimitação da execução do orçamento público para o período de um ano, ou seja, “o exercício orçamentário deverá ser realizado e previsto para período de um ano ao qual a previsão de receitas e a fixação das despesas registradas na LOA [Lei Orçamentária Anual] se referir” (MACHADO, 2015, p. 27).

Conforme disposto anteriormente, o princípio da anualidade orçamentária determina que o orçamento público deve ser elaborado e aprovado anualmente, contendo a previsão das receitas que serão arrecadadas e das despesas que serão executadas no período de um ano, sendo esse período denominado exercício financeiro.¹⁴ Assim, o princípio da anualidade funciona como um verdadeiro limitador temporal ao determinar a periodicidade em que o orçamento é elaborado.

Constitui exceção ao princípio ora em análise o disposto no artigo 167, parágrafo 2º, da Constituição Federal, que prevê que os créditos especiais e extraordinários têm vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, contudo, prevê que, no caso do ato de autorização ser promulgado nos últimos quatro meses do exercício financeiro, esses créditos serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente, sendo reabertos nos limites dos seus saldos. Destacam-se ainda os restos a pagar, que consistem em despesas empenhadas, mas não pagas até o final do exercício financeiro.

Os restos a pagar são despesas orçamentárias previstas em determinada LOA para um exercício financeiro, que serão em parte executadas somente no exercício financeiro seguinte, o qual será regido já por outra LOA. Dessa forma, constituem exceção à anualidade orçamentária.

¹³ ALBERTO, Carlos. *Curso de Direito Financeiro*, 2012. Pg. 232.

¹⁴ ROTA, Giovanna Montellato Storace. *Anualidade orçamentária e contratos administrativos*. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-01102020-210350/pt-br.php>. Acessado em: 15 de novembro de 2021.

Constitui a excepcionalidade autorização e abertura de créditos especiais extraordinários, de acordo com Art. 167, §2º da CF/88, caso estes sejam promulgados nos últimos quatro meses do ano. A autorização periódica do Parlamento permite, dessa forma, a revisão e o acompanhamento da dinâmica das contas públicas.

Ainda de acordo com João Angélico¹⁵, sobre o princípio da anualidade, destaca-se o seguinte:

O cumprimento deste princípio interessa tanto ao poder legislativo como ao próprio poder executivo. Este tem a possibilidade de, anualmente, reajustar os custos dos serviços públicos, com base em valores novos consequentes da oscilação de preços. Por outro lado, o poder legislativo prevê, periodicamente, o custo do programa governamental e autoriza a cobrança de tributos, na medida necessária à boa execução do plano. O princípio amplia a ação fiscalizadora do órgão de representação e propicia ao Governo a possibilidade de reformular seu programa de atividades com os preços reajustados à nova realidade econômico-financeira. Entretanto, tais vantagens beneficiam apenas serviços públicos existentes e os investimentos a curto prazo. Atualmente, as novas responsabilidades assumidas pelo Estado, atuando na área comercial e industrial, levam o governo a elaborar programas de investimento a longo prazo, mas a execução de tais planos, a longo prazo, não pode ficar na dependência de aprovações anuais. (grifos meus).

Segundo Ribeiro¹⁶ (2010), existem argumentos prós e contras o princípio da anualidade. Entre os prós estão: a simplicidade do orçamento e da gestão fiscal, facilidade de execução e consistência no curto prazo. Já os contras são “a perda da visão de médio prazo, o risco de descontinuidade de projetos iniciados, o retrabalho da apreciação legislativa das autorizações que foram canceladas pela ausência de empenho e a baixa qualidade dos empenhos, comprometendo o cronograma físico e financeiro das obras”.

PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE ORÇAMENTÁRIA

O princípio da exclusividade orçamentária¹⁷ dispõe que a lei orçamentária anual não conterà matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa. Tal princípio objetiva evitar que sejam objeto do processo legislativo matérias que não possuam natureza orçamentária. Esse princípio encontra guarida no ordenamento jurídico no art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 – que enumera, didaticamente, o conteúdo e a forma da Proposta Orçamentária - e no art. 165, § 8º, da Constituição, segue:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 8º A lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei. (grifos meus).

O princípio também conhecido como Princípio da Pureza visa impedir a introdução ilegítima na Lei Orçamentária Anual de fatores ou questões estranhas a sua precípua fundamentação, que é a de fixar despesas públicas e orçar as receitas públicas para um determinado exercício financeiro. A lei orçamentária deverá conter apenas matéria financeira ou orçamentária. Ou seja, dela deve ser excluído qualquer dispositivo estranho à estimativa de receita e à fixação

¹⁵ ANGÉLICO, João. *Contabilidade Pública*. 8ª edição. Editora Atlas, São Paulo, 2011. p.39

¹⁶ RIBEIRO, Leonardo César. *Impactos da anualidade orçamentária na alocação dos recursos públicos*. 2010. 42f. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização (Especialista em Orçamento Público) - Secretaria de Orçamento Federal – SOF, Instituto Serzedello Corrêa – ISC-TCU, Brasília, 2010.

¹⁷ Site do Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario/exclusividade-principio>. Acessado em 28 de novembro de 2021.

de despesa. O objetivo deste princípio é evitar a presença das chamadas matérias estranhas à lei orçamentária. Regra geral, se não estiver na LOA, o governo não está autorizado a executar aquela despesa. A Administração Pública não pode sair executando despesa sem autorização legislativa, sem autorização do povo.

Nesse entendimento, o Executivo e o Legislativo encontram-se impedidos de incluir normas estranhas à Lei, o próprio alcance dos termos "estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa" já foi motivo de interpretações divergentes nas relações entre Legislativo e Executivo.

Deve-se salientar as diferentes ilações do princípio em tela:

- a) a de que a lei orçamentária não poderá conter matéria estranha à estimativa da receita e fixação da despesa, com as exceções constitucionais (determinando assim a 'pureza' do dispositivo legal); e
- b) a de que somente a lei orçamentária, e seus créditos adicionais, podem abrir crédito orçamentário (determinando a exclusividade do orçamento). Assim, nenhuma outra lei, nem mesmo a lei de diretrizes orçamentárias ou a lei do plano plurianual detêm essa prerrogativa constitucional.

Tal princípio é explicado por Angélico (2011, p. 40) de forma clara:

"Segundo o princípio da exclusividade, a lei orçamentária não conterà matéria estranha à previsão da receita e à fixação de despesa. O objetivo é impedir que seja utilizado um procedimento rápido, em virtude dos prazos fatais a que está sujeito, para se aprovarem, com facilidades, medidas que em tramitação regular talvez não lograssem êxito."

Para Silva (*apud* Angélico 2011, p. 40) o princípio da exclusividade define-se pelo que expõe a seguir:

"A regra da exclusividade tem uma grande significação no direito orçamentário brasileiro e sua história entre nós está intimamente ligada às famosas "caudas orçamentárias" da Primeira República. Dando Lugar aos orçamentos "rabilongos", na pitoresca definição de Rui Barbosa, decorriam essas caudas da inserção na lei de meios, então bipartida em lei da receita e da despesa, de dispositivos inteiramente estranhos à matéria orçamentária. Chegou-se a alterar, por meio de dispositivo incluído na lei orçamentária, o processo da ação de desquite. Uma vasta e desconexa legislação, votada à sombra do orçamento, obrigou mesmo o governo a publicar uma Consolidação das disposições Orçamentárias de Caráter Permanente. O abuso foi eliminado pela reforma constitucional de 1926, por força de regra reproduzida nas futuras constituições brasileiras."

Importante ressaltar que o art. 165, § 8, da CRFB/88, excetuando o disposto anteriormente, autoriza que, além da previsão de receitas e fixação de despesas, também poderão estar contidos na Lei Orçamentária Anual a autorização para abertura de créditos adicionais suplementares (só os suplementares); Autorização para contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita orçamentária (ARO). Por fim, destaca-se que as receitas são previstas e as despesas são fixadas por conta da imprevisibilidade da arrecadação da receita e por conta do controle sobre as despesas.

ART. 165, § 14, DA CRFB/88 E O PRINCÍPIO DA ANUALIDADE ORÇAMENTÁRIA

O exercício financeiro é o período de tempo ao qual se referem a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA. Antes de tudo, é importante salientar o disposto no § 5º, do art. 165, da CF 88, o qual refere-se à existência de uma lei orçamentária anual. Conforme

os arts. 2º e 34 da Lei nº 4.320/64, o orçamento é anual e o exercício financeiro coincidirá com o ano civil (1º de janeiro a 31 de dezembro).

A Emenda Constitucional (EC) nº 102, de 26 de setembro de 2019, alterou o art. 165, da Constituição Federal, e introduziu na Carta Magna, dentre outras modificações, o parágrafo 14, que dispõe acerca da possibilidade de a Lei Orçamentária Anual conter previsão de despesas para exercícios seguintes, segue:

§ 14. A lei orçamentária anual poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

Depreende-se da redação acima que agora a LOA poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, especificando quais são os investimentos plurianuais e quais investimentos estão em andamento. O art. 34 da Lei Federal nº 4.320/64 (Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal), define a anualidade dos ciclos orçamentários:

Art. 34. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Sabendo disso, e diante das várias interpretações possíveis, analisar-se-á se o art. 165, § 14, da CRFB/88 excetua o princípio da anualidade orçamentária, disposto nos arts. 2 e 34 da Lei Federal nº 4.320/64, já apresentados.

Com base no exposto, sabe-se que a Lei Orçamentária anual é o orçamento propriamente dito e que terá vigência adstrita a 1 (um) exercício financeiro, de forma que, enquanto houver leis orçamentárias aprovadas a cada ano para o exercício seguinte, o orçamento é anual.

Segundo Giacomoni¹⁸ (2010), o orçamento público é uma peça de planejamento na qual o poder público prevê o montante de receita a ser arrecada no exercício financeiro, bem como as despesas necessárias à realização das ações de manutenção e investimento do governo a serem realizadas no mesmo período.

Com isso, busca-se esclarecer que todo ano uma Lei Orçamentária Anual é elaborada, que se refere àquele exercício específico e que autoriza a realização de despesas naquele exercício específico. Dessa forma, mesmo que agora a LOA possa prever despesas para exercícios seguintes, se tais despesas não estiverem previstas nas Leis Orçamentárias futuras (subsequentes), elas não poderão ser executadas.

Isso decorre do fato de que a Constituição possibilitou, por meio do art. 165, § 14, da CRFB/88, apenas a previsão de despesas para os exercícios seguintes, não tendo, essa previsão caráter vinculante. Trata-se somente de um reforço ao caráter de planejamento do orçamento público.

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal se manifestou por meio de Parecer no seguinte sentido (SF/19203.00215-75)¹⁹:

“[...] No tocante às leis orçamentárias anuais, reforçando o caráter de planejamento do orçamento público, é permitido a elas conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com especificação dos investimentos plurianuais e os em andamento. [...] Ademais, vale notar que, enquanto a lei orçamentária fixa a despesa para o exercício a que se refere, para os dois exercícios financeiros ela trará uma previsão (sem caráter vinculante)

¹⁸ GIACOMONI, James. *Orçamento público*. 15. ed, ampliada, revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2010.

¹⁹ Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7994707&ts=1566429543288&disposition=inline>. Acessado em 10 de novembro de 2021

de despesas, com detalhamento dos investimentos. [...] (pag. 5 e 6);

[...] Com isso, o novo sistema orçamentário traz para o orçamento anual e a respectiva lei de diretrizes orçamentárias a previsão e a orientação dos investimentos, incluindo os planos plurianuais. [...] (pag. 5 e 6);”

Logo, encontra-se em pelo vigor o entendimento consubstanciado no art. 34, da Lei Federal nº 4.320/64, pois as Leis Orçamentárias não deverão conter dotações que extrapolem o período ao qual se referem. O art. 165, § 4, da CRFB/88 trouxe a possibilidade de inserção de previsão plurianual de investimentos à peça orçamentária, o que não constitui mudanças nos efeitos relativos à fixação de despesas nos moldes tradicionais.

Tal previsão contribui para a elaboração das metas fiscais dos próximos dois exercícios, consoante dispõe o § 1º, art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal²⁰, segue:

Art. 4º § 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Dessa feita, entende-se que a previsão de despesas para exercícios seguintes não constitui exceção ao princípio da anualidade.

ART. 165, § 14, DA CRFB/88 E O PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE ORÇAMENTÁRIA

O princípio da exclusividade orçamentária, consubstanciado no art. 165, § 8, da CRFB/88, estabelece que a lei orçamentária anual não conterá matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 autoriza, ainda, que poderão constar na LOA a autorização para abertura de créditos adicionais suplementares e a autorização para contratação de operações de crédito, mesmo que por antecipação de receita orçamentária (ARO).

Referenciando nos termos no Art. 64, parágrafo único, I, ‘d’ da CF/88, é vedada a edição de medidas provisórias para matérias orçamentárias, referentes a planos plurianuais, orçamentos e créditos adicionais, diretrizes orçamentárias, possuindo ressalva apenas para créditos extraordinários previstos no art. 167, § 3º. Referente à LOA, deve ser excluído qualquer dispositivo estranho à estimativa de receita e fixação de despesa, chamados de “caudas e rabilongos”, que são as matérias estranhas às dispostas em Lei Orçamentária.

Com a introdução do § 14 ao art. 165, da CRFB/88, um novo elemento passa a poder constar na Lei Orçamentária anual, qual seja a previsão de despesas para os exercícios seguintes. Acerca do tema apresentado, a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal preconiza o seguinte:

“No tocante às leis orçamentárias anuais, reforçando o caráter de planejamento do orçamento público, é permitido conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e os em andamento. Ressalte-se que esse dispositivo amplia o entendimento do consagrado princípio orçamentário da exclusividade, insculpido no § 8º do art. 165 da Constituição.

²⁰ BRASIL. Lei Complementar 101/2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acessado em 11 de novembro de 2021.

(...) o novo sistema orçamentário traz para o orçamento anual e a respectiva lei de diretrizes orçamentárias a previsão e a orientação dos investimentos, incluindo os plurianuais. A lógica de transferir essa decisão do plano plurianual para os instrumentos anuais é interessante para reforçar um caráter mais estratégico daquele e mais tático destes. Afinal, as dotações orçamentárias são definidas em última instância nas leis orçamentárias anuais.” (grifos meus)

Desse modo, entende-se que a previsão de despesas para exercícios seguintes não constitui exceção ao princípio da exclusividade orçamentária, e que o objetivo da norma é manter em funcionamento os serviços já instaurados pelo Governo, disponibilizando renovação de materiais e infraestrutura, além de oferecer condições de aprimoramento de seus serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com análise realizada sobre o orçamento, denota-se que sua finalidade é de atender as demandas sociais de forma equilibrada com os recursos financeiros, trazendo o máximo de benefício ao cidadão. A Constituição Federal estabelece quais são as leis orçamentárias que fazem parte do sistema orçamentário nacional e como elas funcionam para o planejamento da Administração Pública, sendo pautada pelos princípios norteadores do Direito.

Entende-se que os princípios são verdadeiras premissas, bases, linhas norteadoras para a elaboração, execução e controle do orçamento, de forma que devem ser devidamente observados. A Lei Orçamentária Anual é resultado de uma participação conjunta do Executivo e do Legislativo, que definem dentre as necessidades da comunidade as prioridades públicas, ao juridicizar, através de um processo político criador das leis orçamentárias, certos interesses.

O art. 34, da Lei nº 4.320/64, determina que o exercício financeiro coincide com o ano civil, de 1º de janeiro a 31 de dezembro, e o art. 35 da mesma lei define que todas as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas pertencem ao exercício financeiro vigente. A partir da análise feita do art. 165, § 4, da CRFB/88, foi possível identificar que o orçamento está cada vez mais concentrado em manter a máquina em funcionamento e o atendimento oferecido à população. Essa previsão concretiza uma atuação governamental baseada no planejamento, vinculando recursos para projetos plurianuais, de modo a garantir a continuidade dessas ações estatais.

Ainda, o art. 165, § 14, da CRFB/88 trouxe a possibilidade de inserção de previsão plurianual de investimentos à peça orçamentária, o que não constitui mudanças nos efeitos relativos à fixação de despesas nos moldes tradicionais. Com a introdução do § 14 ao art. 165, da CRFB/88, um novo elemento passa a poder constar na Lei Orçamentária anual, qual seja a previsão de despesas para os exercícios seguintes.

Desse modo, a previsão na Constituição da República Federativa do Brasil acerca da possibilidade de a Lei Orçamentária Anual conter previsão de despesas para os exercícios seguintes não constitui exceção ao princípio da anualidade orçamentária, tampouco excetua o princípio da exclusividade, e sim demonstra uma intenção de continuidade dos projetos e despesas iniciadas, bem como um maior controle sobre as contas públicas.

De maneira específica, o princípio da anualidade informa que as receitas e despesas serão estabelecidas para o período de um ano, coincidindo com o ano civil. E, em resumo, o princípio da exclusividade surgiu com o objetivo de impedir que a lei de orçamento, em função da

celeridade de tramitação no Poder Legislativo, como meio de aprovação de matérias que nada tenham a ver com questões financeiras.

REFERÊNCIAS

ANGÉLICO, João. Contabilidade Pública. 8ª edição. Editora Atlas, São Paulo, 2011.

BRASIL. Constituição da República federativa do Brasil. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 26 de novembro de 2021.

BRASIL. Lei Complementar 101/2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acessado em 11 de novembro de 2021.

BRASIL. Site do Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario/exclusividade-principio>. Acessado em 28 de novembro de 2021.

BRASIL, Câmara dos Deputados, Orçamento da União. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamentodauniao/cidadao/entenda/cursopo/principios.html>. Elaboração: CONOF/CD - Vander Gontijo (texto base), Eugênio Greggianin e Graciano Rocha Mendes - CONOF/CD; Fonte: Constituição Federal, Lei 101/2000 (LRF), Lei 4.320/64, LDOs. Acesso em: 15 de fevereiro de 2022.

Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7994707&ts=1566429543288&disposition=inline>. Acessado em 10 de novembro de 2021.

FEIJÓ, Paulo Henrique; PINTO, Liane Ferreira; MOTA, Francisco Glauber Lima. Curso de SIAFI – Uma abordagem Prática da Execução Orçamentária e Financeira. 2 ed. Brasília: Coleção Gestão Pública, 2008.

FILHO, Carlos Alberto de Moraes Ramos. Curso de Direito Financeiro, 2012.

GIACOMONI, J. Orçamento Público. 12º. ed. São Paulo: Atlas 2003.

GIACOMONI, James. Orçamento público. 15. ed, ampliada, revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2010.

KOHAMA, Hélio. Contabilidade Pública: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2012.

PALUDO, Augustinho Vicente. Orçamento público e administração financeira e orçamentária e LRF. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. Contabilidade Pública: uma abordagem de administração financeira pública. São Paulo: Atlas, 2012.

RIBEIRO, Leonardo César. Impactos da anualidade orçamentária na alocação dos recursos públicos. 2010. 42f. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização (Especialista em Orçamento Público) - Secretaria de Orçamento Federal – SOF, Instituto Serzedello Corrêa – ISC-TCU, Brasília, 2010. Disponível em: Acesso em: 15 fev. 2022.

ROTA, Giovanna Montellato Storace. Anualidade orçamentária e contratos administrativos. Disponível

em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-01102020-210350/pt-br.php>. Acessado em: 15 de novembro de 2021.

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. São Paulo: Atlas, 2011.

02

Negócios em família, prosperidade ou declínio?

Aníbal Moraes de Albuquerque Neto

DOI: 10.47573/aya.5379.2.71.2

RESUMO

Uma definição muito generalizada na literatura, conceitua a Empresa como um sistema ou conjunto em si que interage entre uma atividade e um ambiente, e que persegue finalidades distintas como a utilização de fatores de produção até ser colocado no mercado, o grupo de atividades de pessoas que assumem tarefas diferentes, de acordo com a sua capacidade e capacidade de decisão, entre muitas outras. A empresa incorpora elementos de nossa sociedade, como matérias-primas, mão de obra, máquinas e equipamentos, capital, entre outros. Todos eles são coordenados, principalmente, pela figura do empreendedor, aquele que contribui com o capital e executa as tarefas de gestão e organização. No entanto, quando nos referimos a negócios em família, estamos nos referindo àquela empresa que está total ou principalmente nas mãos de uma ou mais famílias.

Palavras-chave: família. negócios. empresa. declínio.

DESENVOLVIMENTO

Alguns autores e grande parte dos estudos americanos acreditam que, para ser considerada uma Empresa Familiar, o controle da família deve ser exercido em pelo menos duas gerações, embora, na realidade, não seja universalmente aceito, e muito menos na época em que vivemos, onde a transferência geracional de empresas familiares é cada vez menor.

Devemos também ter em mente, neste sistema ou grupo, a que nos referimos à empresa, que as organizações familiares, na sua particularidade, não apenas exercem uma grande influência na economia formal (estritamente institucionalizada e rigorosamente controlada pelas organizações empresariais competentes), mas também como parte de uma economia subterrânea, entendida como aquela que se inicia em pequenos negócios desenvolvidos por membros de uma família. Nestes casos, a princípio, não costumam se constituir como empresa ou sociedade comercial, até, posteriormente, após obterem bons resultados econômicos, se fortalecendo no mercado e em seu setor, criando uma infraestrutura que permita seu avanço, em grande parte eles, estão integrados na economia formal.

No caso específico da empresa familiar deparamo-nos com um elemento que, sendo já complexo em todos os tipos de empresas, é ainda mais neste contexto, uma vez que, se não houvesse capital humano, estaríamos reconhecendo que não há família, ou se o capital humano não funcionasse, estaríamos colocando em risco o funcionamento da família, já que "empresa" e "família", na maioria das vezes, tornam-se um conceito único.

Esta complexidade em um elemento tão latente na nossa economia, fez com que ao longo do desenvolvimento deste estudo fosse abordado essencialmente o elemento família como um pilar fundamental na influência evolutiva da empresa. Tal desenvolvimento envolve a interação de conceitos e elementos como valores, cultura, conhecimento e ativos intangíveis - "seus maiores ativos" - em todos os níveis (como todos os tipos de empresas, a empresa familiar é composta por uma empresa de capital e por uma sociedade de pessoas), com o objetivo de propor um sistema de controle de gestão válido na pequena empresa familiar que abranja todos e cada um dos elementos referenciados.

Para uma fácil compreensão acerca de negócios familiares, é necessário conhecer a situação atual em que se encontram as pequenas empresas familiares no Brasil, ou seja, aquelas que operam de forma independente e que seu volume de vendas e número de funcionários não excede os limites estabelecidos por lei. Refletindo os últimos dados estatísticos brasileiros, disponibilizados no ano de 2018, Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que 90% das empresas no Brasil possuem perfil familiar. Com isso, elas chegam a representar cerca de 65% do PIB e são responsáveis por empregar 75% dos trabalhadores no país.

Se expandirmos geograficamente estes dados para outras partes do mundo, podemos destacar que: na União Europeia, mais de 60% do número total de empresas são familiares e, em geral, das primeiras cem catalogadas, chega a 25% (cerca de 17 milhões de empresas); emprega 100 milhões de pessoas e representa 65% do PIB e do emprego na Europa; dados que falam da importância da empresa familiar para o continente. Nos Estados Unidos, as empresas familiares representam 80% do total de empresas, gerando entre 40 e 60% do PIB e, neste país, 50% dos empregados pertencem a empresas familiares.

No Brasil e no mundo, a empresa familiar vem crescendo seu interesse nos últimos anos. Na década de 90, diversas organizações surgiram a partir da promoção e do apoio a esse tipo de empresa. Entre as ações desenvolvidas por eles, está a criação de associações territoriais de empresas familiares. Os serviços oferecidos a essas Associações estão vinculados a:

- Prestação de informações de interesse para o desenvolvimento de suas funções;
- Apoio na melhoria do enquadramento legal da empresa familiar;
- Prospecção de novos negócios;
- Coordenação de Associações Territoriais, visando a unidade de objetivos;
- Ajuda na organização de suas atividades.

A cada ano, muitas mais iniciativas e ações são lançadas pelas diferentes organizações, adaptando-se às necessidades do momento, uma vez que as empresas estão se tornando cada vez mais receptivas ao que o meio ambiente exige delas. Isso implica uma harmonia "empresa-sociedade" que ajudará no desenvolvimento dos negócios no futuro próximo. Portanto, a empresa familiar brasileira precisa gerar confiança e transmitir uma boa imagem, o que se torna possível graças aos valores tanto da cultura empresarial que a organização possui como daqueles que cada um nutre. Os valores, intimamente ligados aos conceitos de Cultura e Ética, sobretudo, ao nível da discussão existente sobre o seu declínio, são um elemento fundamental na pequena empresa familiar no Brasil; Portanto, veremos a seguir uma pequena análise dos seguintes conceitos: Cultura Empresarial e seus Valores.

CULTURA DE NEGÓCIOS E SEUS VALORES

A cultura pode ser entendida como um conjunto de experiências, hábitos, costumes, crenças e valores que caracterizam um grupo humano; aplicada ao âmbito restrito de uma empresa ou organização, podemos ver a Cultura Empresarial como o somatório de valores e normas compartilhados por pessoas e grupos de uma organização que controlam a forma como interagem entre si e com o meio ambiente. Por sua vez, os valores empresariais são crenças e

ideias sobre o tipo de objetivos e a forma adequada como devem ser alcançados. Os valores da organização desenvolvem normas, guias e expectativas que determinam os comportamentos adequados dos trabalhadores em situações particulares, e o controle do comportamento que os membros da organização mantêm entre si.

Portanto, a Cultura Empresarial é composta por Valores em seu conteúdo, e esses valores e suas “escalas de valores” (prioridades dentro dos valores) determinam, desde a personalidade da sociedade de um país, até a estrutura de sua própria economia .

Atualmente, a Cultura Empresarial tem de se discernir permanentemente para evoluir e ser flexível às mudanças dos tempos; mas uma cultura deve sempre existir, uma cultura deve sempre ser criada. Todos os que comentam têm razão, “hoje a cultura não se cria, a cultura se consome”. Quanto tempo tudo isso pode durar?

Eles precisam de valores que ajudem a manter uma sociedade mais ou menos organizada moralmente que essa sociedade cria neles e, dessa forma, transcendam esses valores para a empresa e possam formar uma cultura empresarial sólida.

Portanto, a primeira coisa que o conceito de "valor" exige é um sujeito para estimá-lo, para levá-lo em conta, pois sem ele um valor não poderia ser convertido em realidade. Logo, nem todas as pessoas possuem ou adquirem os mesmos valores e mesmo que nem todas estejam preparadas para capturá-los ou merecê-los.

Os valores não são conceitos abstratos, mas concretos, desde que para vê-los, senti-los ou percebê-los dependamos da existência de algum objeto. Por exemplo, não podemos perceber a beleza a menos que a vejamos refletida em uma pintura, em uma pessoa, em um pôr do sol. Já em sua época, Ortega y Gasset definia o conceito de “valor” como o sentimento sobre o objeto de acordo com o prazer ou a raiva que cada pessoa supõe, ou seja, o valor não é inventado, mas é estimulado. Aristóteles e Platão, eles tinham discernimento quanto ao seu próprio conceito de valor; Enquanto para Platão o valor eram as ideias em si mesmas, para Aristóteles o valor era passado das ideias às coisas em si, era a própria essência do ser.

Também Nietzsche, em suas obras, tratou o conceito de valor como forma de concepção do homem. Autores como Hartmann têm considerado os valores como objetividades independentes do sujeito, podendo descobrir novos valores, mas não inventá-los, uma vez que parte dos valores é adquirida com a formação do ser humano. Para Lay (1996; p. 9): “Um valor é uma ideia sobre o que é desejável, constituída num processo sociocultural e aceite e internalizado pela maioria numa unidade sociocultural”. já que parte dos valores é adquirida com a formação do ser humano. Para Lay (1996; p.9): “Um valor é uma ideia sobre o que é desejável, constituída num processo sociocultural e aceite e internalizado pela maioria numa unidade sociocultural”. já que parte dos valores é adquirida com a formação do ser humano. Para Lay (1996; p.9): “Um valor é uma ideia sobre o que é desejável, constituída num processo sociocultural e aceite e internalizado pela maioria numa unidade sociocultural”.

No entanto, os valores que agora nos preocupam são os valores morais, aqueles que procuram encontrar o fim e não apenas servir de meio, que passam da nossa sociedade para a Empresa, forjando nela a Cultura Empresarial. Por que nos referimos a esta dimensão de valores? Porque acreditamos que é necessária uma base forte e interna para, hoje, manter e gerar determinados valores que servem de alicerce nas pequenas empresas familiares a que nos dirigimos nesta tese de doutorado.

Os principais eixos pelos quais passa a vida moral dos indivíduos, poderíamos afirmar, que se refletem em dois aspectos: um aspecto subjetivo, composto de atos, atitudes e caráter, e um aspecto moral composto de valores, princípios e normas. É neste último, que tem a moralidade como conteúdo, que vamos concentrar nossa atenção.

Embora o ser humano, é claro, evolua e desenvolva novos ciclos, seus valores têm uma grande tendência à estabilidade e firmeza, continuando a se adaptar em um grau ou outro às mudanças no ambiente. Tudo isso constitui, em grande medida, a personalidade do ser humano.

Os valores estão em declínio nas organizações; o espaço ético-social e ético-individual está em um grau muito superficial de nossa economia. Aos poucos, deve ganhar importância em nosso meio, deve tornar-se um instrumento de coordenação de nossa economia e vida social, oferecendo confiança institucional e pessoal.

Utz (1998, p. 11 e segs.) Reflete, depois de muitos anos de pesquisa, uma dimensão muito importante acerca de valores, a dimensão integradora do "econômico" no "social" como participante de uma ética econômica: "A análise ética das instituições que fazem a organização econômica repousa sobre um novo diálogo entre o economista e o especialista em ética." Aqui a visão econômica se reflete do ponto de vista humano, integrando a pessoa nas análises econômicas. Também na época de Popper (1934-1977), surgiram estruturas de teorias científicas onde o mundo era simplificado a partir do passado (Teoria do Determinismo).

Essas teorias sugerem que, em grande medida, estamos condicionados pelo passado e que as coisas poderiam acontecer de forma diferente do que têm acontecido, embora estejamos atualmente, nessa perspectiva de futuro, queremos entender que os valores de uma ética econômica constituem a compreensão de um mercado eficiente e globalizado, e nos leva a uma maior descentralização nas empresas para poder se coordenar e se dirigir, portanto, verificamos que os valores éticos de uma empresa são o principal suporte para o seu bom funcionamento. Se o transferirmos para "valores na instituição" poderíamos referir-nos a "capital fiduciário", que geraria valor acrescentado no mercado e se tornaria um ponto forte de competitividade.

Muitas empresas de destaque há muito tempo assumem todas as preocupações éticas em sua cultura corporativa. Prova disso encontra-se no prólogo do relatório The Business RoundTable (1988), onde se afirma que: "O interesse próprio, a sobrevivência e o sucesso exigem atenção à ética da empresa". 5

Portanto, observa-se que os valores fazem parte da qualidade total de uma empresa e que são fundamentais para um bom funcionamento, para gerar confiança e um bom clima social. Por isso, no futuro, essa aclimatação dos valores morais deve ter cada vez mais atenção na gestão empresarial. Porém, a discussão ética, a respeito do conjunto de valores determinantes de uma empresa, nos leva a um conflito de posições epistemológicas (de obtenção de conhecimento) e ideológicas, nos leva a avaliar a conformidade ou não conformidade de determinados processos ou ações. ser estimado, o que é chamado de emissão de "Julgamentos de Valor" (julgamentos baseados em um determinado conjunto de valores ou sistema de valores específico). Chegamos a uma dicotomia entre "sujeito e objeto", visto que a emissão desses julgamentos pode ser devida tanto a um sentimento, quanto a uma lei, ou princípio filosófico predeterminado. Por exemplo, para Weber (1864-1920), os juízos de valor pertenciam a uma esfera objetiva, aberta à discussão racional e, portanto, não pertenciam à ciência, mas à filosofia.

Em última análise, os julgamentos de valor envolvem uma interpretação de um processo de negócios real e implicam na subjetividade de um homem, tanto para criar sua escala de valores hierarquicamente quanto para orientá-la de acordo com suas preferências; Em conclusão, pode-se dizer que leva a diferentes sistemas de valores e se baseia no princípio do "deveria ser" (parte prescritiva que influencia outras pessoas).

Em julgamentos de valor, três dimensões são distinguidas:

1 - Julgamentos de valor básicos, que definem prioridades, preferências e sistemas de valores, com respeito a certos elementos de uma instituição. Eles estão no sistema de valores de cada pessoa e são modificados com a evolução do conhecimento e dos valores éticos dessa pessoa.

2 - Julgamentos de valor primários ou julgamentos de valor ético, que determinam os critérios éticos e morais sobre os quais a instituição é construída e seus objetivos. São escalas de valores, são subjetivas, não são encontradas na ciência; Correspondem a valores que partem do conhecimento do homem, definidos pela tecnologia, pela economia e pela própria empresa.

3 - Julgamentos de valor secundários ou normativos, que são instrumentos e normas técnicas que definem, avaliam, selecionam os processos e avaliam seus resultados; eles vêm do conhecimento empírico obtido graças à ciência.

Portanto, os valores, em si, juntamente com esta interpretação empresarial que os juízos de valor implicam, combinando as suas três dimensões, desenvolvem o início do que definimos no início desta seção como Cultura Empresarial, um conceito que se desenvolveu desde muito antigo. vezes (consulte a Figura 1.2). Suas raízes surgiram, praticamente, no início dos anos 1930, derivadas de um movimento de relações humanas que surgiu após a entrada de Taylor nas teorias de gestão (1911).

O mercado empresarial está se tornando cada vez mais competitivo, o que significa que as estratégias a serem seguidas definem capacidades claras e potenciais frente à concorrência. É aqui que a Cultura Empresarial assume um papel fundamental, que se define pela evolução dos ambientes onde a empresa desenvolve a sua atividade. A competência das capacidades, definidas por Pümpin e García Echevarría (1988) como as capacidades mais competitivas em relação às da competição (Posição Estratégica de Resultados), só podem ser desenvolvidas quando são criadas e vividas dentro de um sistema de normas culturais adequadas. Quanto mais acentuada a cultura, maior a possibilidade de obtenção de vantagens competitivas.

Portanto, a criação, o desenvolvimento e a adaptação de uma correta e sólida Cultura Empresarial deve ser alimentada por um espaço compreendido entre o econômico (eficiência, capacidade econômica e bem-estar) e o social (eficiência, estabilidade e justiça social), e aí ele é, novamente, onde encontramos o espaço ético, como já referimos anteriormente quando nos referimos à obra de Utz (1978), e que se desenvolve no âmbito da Ética Empresarial, definida como a ciência que nos leva a saber sobre o homem, sobre seu comportamento e sobre o comportamento da sociedade. O que fazemos não conta, mas sim nos preocupa sobre por que o fazemos. Portanto, ser ético significaria viver de acordo com valores, ou seja, é a formulação de critérios que implicam juízos de valor, critérios necessários para construir as normas e formas que contém a Cultura; embora seu credo esteja naquilo que chamamos de Filosofia Empresa-

rial, ou seja, o sistema de valores em que a Empresa se funda e que servem para coordenar e integrar, ou seja, orientar o comportamento da empresa; especificamente, se referiria ao "deveria ser" e à referência para se adaptar ao processo de mudança.

Podemos afirmar que a Filosofia e a Cultura Empresarial são decisivas na constituição da empresa, bem como no seu desenho e organização. A Filosofia Empresarial possui quatro dimensões que refletem sua função empresarial: Dimensão corporativo-institucional (integra pessoas de dentro e de fora da empresa); dimensão ético-filosófica (define a missão da empresa e como a cumpre); instrumento de coordenação interna e externa (questiona as normas de coordenação de todos níveis); dimensão instrumental (define instrumentos de gestão e avalia estratégias de mudança).

Conforme mencionado anteriormente, dentro das corporações é estabelecido um Sistema de Valores, e as empresas são compostas por pessoas que possuem uma escala de valores; Portanto, podemos concluir que ambos os elementos definem os dois pilares fundamentais de uma empresa: Filosofia Corporativa (definir instituição e valores) e Cultura Corporativa (juntamente com os valores definem os potenciais humanos). O sistema de valores é definido para legitimar comportamentos e criar critérios institucionais que ajudem a reduzir os custos de coordenação, de forma que, se filosofia e cultura não coincidirem, os custos de coordenação aumentem significativamente. Como resultado do desenvolvimento desses dois pilares, Filosofia e Cultura Empresarial, a empresa passa a ser definida como uma Corporação, ou seja, são definidos comportamentos,

Da mesma forma que a Cultura, a Filosofia Empresarial também desempenha um papel muito importante nos processos de mudança, sendo considerada a "visão" dessa mudança, que nos ajuda a "vislumbrar" o futuro para saber como adaptar as pessoas à nova cultura da empresa no ambiente em mudança.

Uma vez criada e analisada a Cultura da Empresa, poder implementá-la dentro de uma organização é outra tarefa, não menos fácil do que possuí-la. Para o seu desenvolvimento, segundo García Echevarría e Pümpin (1988) 6, contamos com suas cinco dimensões e os três componentes que o afetam diretamente.

Primeiro, nos referimos às dimensões da Cultura Empresarial, que são descritas a seguir:

- a. A Dimensão Corporativa: onde a instituição tenta identificar, a partir das pessoas de dentro e de fora, como se adapta às mudanças. O grau de inovação e a assunção de riscos são analisados.
- b. A Dimensão Cultural: busca saber quais são os valores sobre os quais se apoiam os comportamentos, atitudes e forma de valorização das pessoas do entorno da instituição.
- c. A Dimensão Funcional: analisa a capacidade da instituição para poder implementá-la.
- d. A Dimensão Diretriz: conhecer a identificação do gestor com a instituição.
- e. A Dimensão de Recursos Humanos: analisa a estrutura de recursos humanos que compõem a instituição para ver o grau de informação e comunicação possível dentro dela.

E, em segundo lugar, citamos seus componentes:

1. Componentes de gestão: a cultura empresarial reflete-se nos sistemas de gestão, organização e desenvolvimento de estratégias.
2. Componentes do gestor: observação dos valores que afetam o comportamento e integração dos gestores. Isso se reflete no seu perfil e na qualidade da sua comunicação.
3. Componentes do Meio Ambiente: influência da ordem econômica e social, tecnologia e inovação e competitividade.

No desenvolvimento e implementação da Cultura Empresarial dentro de uma organização, todas as suas dimensões e componentes são necessários; As empresas são formadas por pessoas para o seu funcionamento, o que é óbvio, mas difícil de quantificar. A alusão a valores, comportamentos, atitudes, integração, comunicação, etc., cria a necessidade de certas ferramentas que avaliem todos estes fatores fundamentais numa empresa, por isso a incorporação dos ativos intangíveis a esta tese, a possibilidade de quantificá-los e integrá-los no modelo de Controle de gestão, que finalmente propomos para a pequena empresa familiar no Brasil, é um fator decisivo para os resultados esperados ao final do estudo empírico de que trataremos nos próximos capítulos.

ATIVOS INTANGÍVEIS: GESTÃO DE CONHECIMENTO E CAPITAL INTELECTUAL

A atualidade econômica e empresarial, em que vivemos, é dotada de um grande valor, o Ativo Intangível, do qual cada um de nós faz parte. Esta realidade deve ser percebida e utilizada pela economia empresarial, entre outros, por isso agregamos esta mais-valia ao estudo das pequenas empresas familiares no Brasil.

Como vimos desenvolvendo ao longo deste estudo, nossa intenção é focar nossa atenção nos elementos fundamentais da vida econômica, por isso acreditamos ser conveniente particularizar este conceito.

Ativos intangíveis, na opinião de Bueno Campos (1999, p. 221), são o resultado da incorporação de informações e conhecimentos às diferentes atividades produtivas da organização. Ainda assim, os problemas das organizações, onde se insere a economia, e os problemas das relações teoria e prática do conhecimento (já uma preocupação filosófica antiga) estão intimamente ligados ao conhecimento científico e à sua evolução. O conceito de Ciência, em seu sentido amplo, inclui, por um lado, as chamadas ciências naturais e ciências do espírito ou da cultura e, por outro lado, as ciências formais como a lógica e a matemática.

Este é um dos aspectos que a nossa reflexão e preocupação têm procurado formalizar um modelo interativo entre as variáveis-chave desta tese: cultura (versus cultura empresarial), ciência e conhecimento (como parte dos ativos intangíveis do capital intelectual e gestão do conhecimento) e lógica e matemática (como parte do controle de gestão).

A ciência é um componente social da atualidade que busca o desenvolvimento do conhecimento, com novas ideias e abordagens, e que estuda como transferi-lo. Estamos diante de uma Gestão e Transmissão de Conhecimento redirecionada para alcançar um alto grau de eficiência

no Capital Intelectual. Assim, o desafio das organizações gira em torno de um Conhecimento que não deve estar apenas a serviço dos fatores econômicos, mas também dos sociais e culturais. Estamos nos referindo a um conhecimento do assunto, um conhecimento da ciência ("Ciência da Cognição"), onde esse conhecimento deve primeiro ser obtido e depois saber como aplicá-lo; É preciso saber colocar em prática a ação e a pesquisa ao mesmo tempo ("Pesquisa-ação").

O conhecimento torna-se, portanto, uma mais-valia para a empresa e uma vantagem competitiva no mercado, embora a aquisição dessa vantagem ou valor acrescentado requeira certas condições que ajudem a transferir esse conhecimento a todos os níveis. Em sistemas abertos e competitivos, como o sucesso ou o fracasso de uma economia é hoje, depende, em grande medida, da coordenação, da alocação eficiente de recursos e da combinação ótima de fatores. Portanto, é cada vez maior a necessidade de formação econômico-empresarial de recursos humanos que saibam coordenar a empresa, tanto internamente, como nos mercados e em ambientes externos.

A literatura atual permite realizar uma revisão histórica que aprofunda a importância que a relação humana tem exercido, ao longo do tempo, sobre a informação e o conhecimento, visto ser um fator que tem exercido grande influência na moderna metodologia de tomada de decisão, conhecida como o movimento das relações humanas. As organizações existem, em diferentes formas, desde os primórdios da humanidade, embora obviamente não da forma como as conhecemos hoje. A seguir, fazemos uma recapitulação das relações humanas, sua evolução e formas de comportamento frente ao trabalho em equipe, que são aquelas que adquirem conhecimento e, por sua vez, aquelas que atuam como portadoras do mesmo; são eles que têm que aprender a administrá-lo e compartilhá-lo, em uma palavra.

A revisão literária revela abordagens formuladas na questão das relações humanas por autores como Taylor (1911), Fayol (1916) e Mayo (1927). Eles buscaram delimitar as pessoas de uma organização de acordo com a realização obtida de si mesmos; compreensão, portanto, do nível de motivação e satisfação no trabalho, sentimento de utilidade e recompensa, grau de responsabilidade, etc.

Assim, podemos lembrar como Taylor (1911), conhecido como o pai da gestão científica e especialista em eficiência, começou realizando experimentos para determinar a eficiência máxima dos trabalhadores e máquinas nas fábricas; Seu trabalho, posteriormente, se baseava na obtenção de mudanças de atitudes, tanto dos trabalhadores quanto dos executivos, pois estava convencido de que se os trabalhadores e gerentes trabalhassem em conjunto, obter-se-ia um aumento considerável na utilidade da organização; assim, um dos princípios fundamentais da gestão científica de Taylor baseava-se na promoção de um sistema de grupo, ao invés de individual, para realizar os trabalhos.

Por sua vez, Fayol (1916), conhecido como o pai da moderna teoria da gestão, deu a sua própria contribuição a esta questão, desenvolvendo vários princípios que considerou fundamentais para a eficiência de uma organização; Sua teoria baseava-se no fato de que o trabalho tinha que ser dividido para permitir a especialização, que os gestores deveriam oferecer aos subordinados a possibilidade de tomar suas próprias iniciativas e que a boa comunicação fomentava o espírito de grupo.

Através destes autores, entre outros, podemos verificar que os recursos humanos de

uma organização são o seu ponto vital. Este fato suscita a necessidade de incutir em todos os membros, a transformação dos conhecimentos implícitos adquiridos, em normas explícitas (transformar o intrínseco do indivíduo e da organização em experiências que oferecem soluções, em estratégias).

Com isso, podemos definir a transferência de conhecimento como um processo de disseminação de informações através da organização (“comunique o que você deseja comunicar”). O conhecimento é normalmente armazenado nas pessoas, portanto, gerenciar o conhecimento significa primeiro gerenciar o desenvolvimento das pessoas; O compromisso dos funcionários com a organização deve ser estimulado, animado e com responsabilidade oferecida, fazendo com que se sintam úteis no desenvolvimento de sua função. Isto traz consigo um maior alinhamento entre a formação e os objetivos da empresa, atribuindo-se grande importância a “o que aprender” e “como aprender” para depois saber “o que transferir” e “como transferir”.

Portanto, podemos entender o valor da informação como um valor diretamente proporcional aos gastos ou remuneração envolvidos na tomada de uma decisão ruim ou boa e dependente do fator tempo, no que diz respeito ao custo de oportunidade.

Uma vez localizados neste ambiente da era da informação e do conhecimento, podemos pensar em como gerenciar e valorizar todos esses elementos intangíveis de uma organização. Temos pronunciado a importância da formação, mas esta é tão importante quanto a sua valorização, ou seja, a valorização de todos os recursos e capacidades intangíveis da organização, aqueles que não têm dimensões físicas e estão dentro dos recursos humanos, das pessoas, e que se denomina Ativos Intangíveis, dentro dos quais podemos encontrar a Gestão do Conhecimento e o Capital Intelectual.

A gestão do conhecimento não parte de uma única definição; Entre outros, pode ser entendido como a capacidade de gerar novos conhecimentos, comunicá-los à organização e implementá-los em diversos resultados, como em produtos, serviços, sistemas, processos, etc. Identifique as categorias de conhecimento necessárias para fortalecer a estratégia global de negócios, tornando-se um elemento-chave da era da inovação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infere-se que a tomada de decisões, a organização dos recursos e as capacidades de uma empresa familiar, a fim de atingir seus objetivos, vai depender de sua cultura empresarial, entre outros fatores, e sendo uma organização familiar é altamente complexo.

Portanto, este estudo destaca a relevância de que, atualmente, pode-se ter controle de gestão para a eficiência e sucesso das pequenas empresas familiares, porém não é nada fácil.

O Controle de gestão, como os valores que compõem a cultura empresarial e a possibilidade de mensuração do capital intelectual, como principal ativo intangível. Em outras palavras, uma empresa familiar é mais propícia a decretar falência comparando-se a uma organização tradicional, sendo imprescindível que o CEO da empresa adote um sistema de gestão conciso e cobre dos subordinados familiares a utilização do mesmo.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, V. G. *et al.* Empresas familiares: estructura de capital y riqueza socioemocional. *Investigación administrativa*, v. 49, n. 125, jun. 2020.
- CARDOSO, E. R. S.; SILVA, A. R. L. DA. A transformação social de uma ferramenta estratégica em uma organização familiar brasileira¹. *REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)*, v. 23, p. 173–205, dez. 2017.
- CAVALCANTE, G. F. A. *Gestão nas empresas familiares: Um estudo de caso na empresa Armazém das Miudezas. Trabalho de Conclusão de Curso—Campina Grande - PB: Universidade Federal de Campina Grande, 2020.*
- DANTAS, V.; NADAE, J.; GRANGEIRO, R. Planejamento estratégico de sucessão em empresas familiares. *Folha*, v. 6, p. 97–111, 28 dez. 2020.
- FREZATTI, F. *et al.* Estágios do ciclo de vida e perfil de empresas familiares brasileiras. *Revista de Administração*, v. 57, n. 6, p. 601–619, 2016.
- GERSICK, K. E. *et al.* De geração para geração: ciclos de vida das empresas familiares. Alta Books, 2017.
- GONZÁLEZ, L. M. *et al.* Caracterización de las empresas familiares: caso Durango (México). *Pensamiento & Gestión*, n. 44, p. 102–131, jun. 2018.
- GORDON, G. *Empresas familiares: Seus conflitos clássicos e como lidar com eles. 1a edição ed. (s.l.) Disal Editora, 2019.*
- HILLEN, C. *et al.* Sucessão intergeracional e inovação em empresas familiares: revisão de literatura. *Inovar*, v. 30, n. 77, p. 11–24, set. 2020.
- HILLEN, C.; LAVARDA, C. E. F. Budget and life cycle in family business in succession process,. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 31, p. 212–227, 9 dez. 2019.
- KUCKERTZ, A. *et al.* Startups in times of crisis – A rapid response to the COVID-19 pandemic. *Journal of Business Venturing Insights*, v. 13, p. e00169, 1 jun. 2020.
- LASTRA GILES, S. *Estrategia de la empresa familiar, análisis de El Corte Inglés. set. 2019.*
- LÓPEZ-CÓZAR-NAVARRO, C.; PRIEDE-BERGAMINI, T.; BENITO-HERNÁNDEZ, S. The Role of Family Character in Cooperation Agreements. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 22, p. 290–309, 24 jun. 2020.
- MORAES, M. B. DE; CAMPOS, T. M.; LIMA, E. Modelos de desenvolvimento da inovação em pequenas e médias empresas do setor aeronáutico no Brasil e no Canadá. *Gestão & Produção*, v. 26, 28 mar. 2019.
- NELSON, R. E.; PIMENTEL, T. D. Uma Perspectiva Weberiana para a Governança de Empresas Familiares: Notas a Partir de um Estudo com Empresas Longevas. *Organizações & Sociedade*, v. 22, p. 539–560, dez. 2015.
- PADILLA-MELÉNDEZ, A.; DIEGUEZ-SOTO, J.; GARRIDO-MORENO, A. Pesquisa empírica sobre

Inovação na Empresa Familiar: revisão de literatura e proposta de estrutura integrativa. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, v. 17, p. 1064–1089, jun. 2015.

PERNAMBUCO, D. DE. Apenas 3% das empresas familiares pernambucanas chegam a 5ª geração ou mais. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2017/10/apenas-3-das-empresas-familiares-pernambucanas-chegam-a-5-geracao-ou.html>>. Acesso em: 11 mar. 2022.

SILVA, L. E. M. DA. Family offices no Brasil: um estudo exploratório. Dissertação (mestrado profissional MPA) - São Paulo: FGV, 2 mar. 2020.

TESTON, S. DE F.; FILIPPIM, E. S. Perspectivas e Desafios da Preparação de Sucessores para Empresas Familiares. Revista de Administração Contemporânea, v. 20, p. 524–545, out. 2016.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.

Avaliação: aspectos da legislação à sala de aula, um importante instrumento de transformação da prática educacional

Ana Paula Monteiro da Silva

Especialista em Orientação Educacional, Educação Especial e Inclusiva, Educação Infantil e Ensino Fundamental, Educação Profissional e Tecnológica, Psicopedagogia Institucional.

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Edinéia Alves Cruz

Mestrado Profissional em Administração - área de concentração: Gestão Estratégica das Organizações

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Marisa Oliveira Ramos de Santana

Especialista em Psicopedagogia e Transtorno Global do Desenvolvimento

Prefeitura Municipal de Formosa - GO

Secretaria Estadual de Educação de Goiás

DOI: 10.47573/aya.5379.2.71.3

RESUMO

Na educação busca-se ações que verdadeiramente enfatizem uma avaliação do processo de modo real, lúdico e que propicie a reflexão da aprendizagem significativa na vida dos estudantes. Compreender os processos de avaliação da aprendizagem, pela identificação, descrição e análise das concepções e práticas que os direcionam é o objetivo deste estudo. Neste sentido, a prática avaliativa na escola, vem sendo motivo de discussões dentro das teorias pedagógicas, envolvendo também a elementos da Pedagogia, Psicologia e Psicopedagogia, uma vez que estas tendem a assumir finalidades diferentes conforme o objetivo posto à educação. Portanto, a avaliação deve ultrapassar o caráter classificatório advindo da postura tradicional que leva a excluir e sentenciar o indivíduo e se aproximar mais da proposta sócioconstrutivista que envolve todos os aspectos do desenvolvimento da aprendizagem.

Palavras-chave: educação. avaliação. lúdico. aprendizagem.

ABSTRACT

In education, actions are sought that truly emphasize an evaluation of the process in a real, playful way and that encourages reflection on meaningful learning in the lives of students. Understanding the learning assessment processes, through the identification, description and analysis of the concepts and practices that guide them is the objective of this study. In this sense, the evaluative practice at school has been the subject of discussions within pedagogical theories, also involving elements of Pedagogy, Psychology and Psychopedagogy, since they tend to assume different purposes according to the objective set to education. Therefore, the evaluation must go beyond the classificatory character arising from the traditional posture that leads to excluding and sentencing the individual and get closer to the socio-constructivist proposal that involves all aspects of the development of learning.

Keywords: education. assessment. playful. education. learning.

A AVALIAÇÃO NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Segundo Hoffmann (2003), a avaliação tem esbarrado em um problema crônico na Educação: a dificuldade do trabalho coletivo. E é exatamente na hora que vai se discutir resultados ou normas que o problema mais aparece.

Nos conselhos de classe e nas reuniões de planejamento (início de ano) os professores tentam achar critérios comuns, ações conjuntas para valorizar ou punir, formas únicas de distribuição de créditos.

A dificuldade é que, sem aprofundar no conteúdo do problema, não conseguem seguir em frente. Então a culpa é da dificuldade de se trabalhar em equipe.

Sendo parte de um processo, que exige de todos uma contribuição, a Avaliação exige co-participação, exige comprometimento, auto avaliação de todos que vivem esse processo, análise

crítica das ações: que facilitam e orientam o replanejamento, a elaboração e desenvolvimento de projetos coletivos e acima de tudo o aprimoramento das relações escolares.

Avaliar se configura portanto, numa atitude eminentemente política e humana. Só tem sentido, na Educação, se for utilizada para proporcionar a todos conhecer o seu mundo, propiciar prazer e favorecer a auto-descoberta nos seres humanos. Ela não se justifica, na Educação, para punir, selecionar, sustentar a ideia do "darwinismo social". O enraizamento do conceito seletivo da Avaliação, a transformou autoritariamente no lastro do ensino da unidade escolar, ignorando os elementos vivos da escola, sua história, o seu contexto, suas aspirações. Imposta pela política da exclusão (que não é nenhum fantasma), atropela todas as negociações, nega qualquer possibilidade de diálogo (ainda incipiente em nosso país), não tem nenhuma relação com o avaliado (se diz neutra, igual para todos), estrangula desse modo tudo que nasce para contestá-la. (AFONSO, 2000. p. 64)

Diante desta constatação é preciso considerar a avaliação em suas questões legais evidenciadas nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, analisando sua evolução histórica para que se reflita sobre a necessidade de implementação de mudanças.

O quadro a seguir mostra que na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também se destaca a avaliação.

LEI 4.024/61	LEI 5.692/71	LEI 9.394/96
A Lei 4.024/61 tratava as questões sobre avaliação de forma bem simplificada, pois o projeto original sofreu diversos vetos no ato de sua aprovação no congresso. Os principais pontos são: Predomínio dos aspectos quantitativos; Avaliações seletivas; Privilegia o conteúdo, ou seja o produto; Esta é de responsabilidade da escola com a supervisão do MEC.	A Lei 5.692/71 foi apenas uma reforma da Lei 4.024/61 e apenas reformou o ensino de 1º e 2º grau, sendo que esta garantia o controle do ensino através de estratégias do tipo ensino mecânico, formal e estranho a vida. No que diz respeito a avaliação esta continuou a ser tratada da mesma forma.	A Lei 9.394/96 trouxe alguns avanços quanto aos aspectos da avaliação. Estes aspectos são: - uma avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; - a possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; - a possibilidade de avanços nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; - o aproveitamento de estudos concluídos com êxito; - a obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino e seus regimentos.

A Avaliação na Escola precisa ganhar, realmente, a preocupação dos coletivos constituídos. Sair do campo de preocupação individual, da angústia de cada um e ganhar as dimensões dos grupos de trabalho dos ciclos, dos turnos, de toda a escola.

O enfoque sobre os conteúdos, a maneira de professores e alunos se relacionarem, os projetos de trabalho desenvolvidos, os objetivos do projeto da escola, pensando este como resultado dos desejos do coletivo, estão ligados à concepção de Avaliação que se vai trabalhar.

Diante disso, é preciso transformá-la. Sem dúvida, ela pode expressar a qualidade do ensino com muito mais fidelidade, se condicionada dentro dos próprios limites, se estiver alinhada à filosofia de trabalho da escola (seu projeto político-pedagógico) e não ser tratada como um fim em si mesma.

Sem esta coletividade, ou mesmo o interesse real dos professores para que ela aconteça de forma produtiva dentro da escola, jamais teremos condições para exigir de nossos governantes que esta seja definida e legalizada dentro LDB. Sem esta conscientização, podem ser feitas mil reformas educacionais que a avaliação continuará tendo a mesma conotação excludente que

tem agora.

Quando se usa temas transversais em sala de aula, deve-se expressar valores, opiniões, crenças e sentimentos. Deve-se partir do interesse dos alunos para que o aprendizado aconteça de forma real. A realidade dos alunos deve ser o ponto de partida para que os alunos tomem gosto pelo estudo.

A necessidade de conhecer outra linguagem está presente no cotidiano das pessoas. Quando ela é trabalhada de forma presencial e dinâmica, a facilidade por questionar, pensar, verificar, assimilar, levantar hipóteses e buscar resultados, expande-se no cotidiano do aluno de forma válida e contínua.

A política educacional do Estado não pode ser concebida isoladamente da política global de uma nação. Sua elaboração passa, necessariamente, pela definição do volume de recursos de sua destinação, pelos aspectos relativos à formação dos recursos humanos em todas as áreas, pelo estabelecimento de um currículo escolar que mantenha as culturas, costumes e tradições das diversas regiões, ao mesmo tempo em que abre o caminho para o futuro, tudo isso buscando alcançar maiores índices de eficiência.

Contudo, o papel da escola é necessariamente o de assegurar um grau de conhecimento que conduza a criança até o fim de sua vida, sem que ela tropece por falta de um saber não aplicado ou escondido dela durante a vida estudantil, que o ato de ser flexível esteja presente em sua mente, sempre que defrontar com situações embaraçosas. A procura pelo saber vem crescendo, mas a formação, o resultado deste saber ainda é lento.

As leis que fundamentam e amparam a educação são bem claras e nos dá sustentação de forma que o Estado possa promover algumas mudanças que ajudem dentro do estabelecimento de ensino, pois a educação é dever do Estado.

A escola tem papel importantíssimo na formação do cidadão, é dela que o aluno vai tirar como exemplo, os atos que ocorrerem até o fim de sua vida, por isso, é importante desde cedo despertar na criança o interesse por bons costumes, a razão de viver, o direito à descontração e outros fatores que são fortes meios para elevar o grau de aprimoramento.

A educação brasileira acumulou durante anos vários ajustes, dessa forma, se a tônica da política educacional recaiu sobre a expansão das oportunidades de escolarização, hoje ela é posta na necessidade de revisão do projeto educacional do país, de modo a concentrar a atenção na qualidade do ensino e da aprendizagem.

Quanto à escola inclusiva, observa-se uma crescente atenção, no sentido de melhorar o atendimento às crianças, pois é nessa área, que a criança recebe os primeiros ensinamentos, ampliando o ensinamento vindo de casa e incorporando o que é aplicado no âmbito escolar.

Uma análise breve faz recordar o que ocorreu em décadas passadas, as portas das escolas brasileiras foram abertas às camadas populares, sem a devida preparação das mudanças que ocorriam, abandonadas à própria sorte, sem os investimentos necessários, tanto em recursos humanos, como em recursos materiais, muitas escolas ficaram atônitas, sem clareza de qual seria sua função.

Limitando-se quase sempre em transmitir alguns conhecimentos de relevância por vezes

questionáveis e de forma bastante rudimentar, as escolas foram se distanciando da possibilidade de fazer, com que seus alunos tivessem condições de compreender as transformações à sua volta ou de interpretar a massa de informações com que se deparavam diariamente.

Durante muitos anos, escolas reagiram à situação e buscaram novas formas de atuação, tendo como base, ideais sociais e políticos sobre o processo de ensino e de aprendizagem. Até que enfim, houve uma virada na educação, a busca pela escola ideal, do espaço acolhedor e preparatório para a vida do aluno futuramente.

Os ideais de construção de uma sociedade igualitária, com liberdade de expressão, e as evidências do insucesso no aproveitamento escolar tiveram fortes repercussões no meio educacional. Questionaram-se os valores culturais e sociais vigentes que orientavam a escolha e o tratamento dos conteúdos.

O papel do professor e do aluno foram revistos, o respeito às necessidades individuais e o trabalho cooperativo passaram a ser o grande lema, o ideal político pedagógico trouxe expressamente para a escola um basta ao autoritarismo existente, esse mesmo ideal foi incorporado em algumas escolas, identificadas como “escolas alternativas”.

Outra mudança ocorrida e que será valorizada por muito tempo, é a busca em criar meios eficientes para o tratamento dos conteúdos escolares, utilizando técnicas de estudo dirigido e recursos tecnológicos, como a televisão e técnicas audiovisuais.

Embora utilizando recursos modernos para o desenvolvimento, seguia-se o modelo didático em explicar os conteúdos e solicitar a execução de muitos exercícios para sua fixação, desconsiderando, dessa maneira, a contribuição e a participação do aluno no processo de aprendizagem e ignorando os aspectos culturais.

As reflexões e experiências ao longo de anos foram intensas e extremamente relevantes para o momento atual, pois de modo geral indicam que é preciso romper com práticas inflexíveis, que utilizam os mesmos recursos independentemente dos alunos, sujeitos da aprendizagem. Elas apontam que, para analisar e propor novas atuações em educação, é preciso considerar aspectos sociais, políticos, culturais, antropológicos e psicológicos.

Só considerando os distintos aspectos que concorrem para a formação do aluno, é que o processo de escolarização pode passar de fato a colaborar para a atuação autônoma dos alunos, na construção de uma sociedade democrática, onde se possa ensinar desde os primeiros dias de aula, o pleno exercício da cidadania às crianças.

Saber questionar é possibilitar o entendimento ativo e cultural, adquirindo subsídios que levem à respostas cabíveis e importantes na vida do aluno. Trabalhar o questionamento em sala de aula é prática que leva o aluno a pensar mais, entender e observar as habilidades em que poderá estar inserido na prática do ensino –aprendizagem.

O questionamento revela a necessidade de aprender, participar ativamente no ambiente dentro e fora da escola, contribuindo para que o aluno sinta-se capaz e seguro sobre aquilo que está aprendendo.

Motivação é a busca da satisfação de necessidades. Diante de tal conceito e das dificuldades existentes no processo de aprendizagem de linguagem textual, torna-se indispensável

que os alunos tenham sua cultura dimensionada ao conhecimento de idiomas que não seja a língua materna.

Ao trabalhar produções textuais em diferentes dimensões, permite-se que os alunos reconheçam o processo de ensino como peça significativa a ser aplicada no cotidiano em que vivem, salientando-se que não devem aplicar este recurso à linguagem culta.

Não bastam boas propostas, ótimos argumentos, lições de autoestima com palavras que surjam efeito. O mestre, educador, antes de se tornar um motivador, deve ser motivado, deve sentir-se orgulhoso do que faz, produz, reproduz, deve buscar os resultados quantitativos numa prática qualitativa, não deve ser visto como instrumento, como meio para atingir objetivos, uma flecha para um alvo.

Educar é uma prática para a vida, para a sociedade, para o mundo, com o objetivo maior de preparar para o exame, o teste, o concurso pela sobrevivência.

Educar tornou-se uma arte, um dom que os professores precisam exercer. Toda discussão volta-se para o educando, o foco das atenções é o resultado que se produz sobre os outros, não se discute metas com os objetivos voltados para a motivação do educador. Afinal, o que serve de motivação para o educador?

COMO E POR QUE AVALIAR?

Refletir sobre aprendizagens significativas, visando o acompanhamento permanente, exatamente sobre o comportamento geral do aluno, desde o aprendizado que consiga ele captar, até aquela avaliação particularizada, de sua construção humana e das relações interpessoais que seja ele capaz de estabelecer com o meio.

Além dos instrumentos normais de avaliação, é básico que o professor tenha ou que desenvolva uma certa sensibilidade ou habilidade de, com empatia, captar o que dele se exige, ou seja, o que deve dar de si mesmo ou da transmissão dos conhecimentos que detenha, no tocante às carências apresentadas pelos alunos.

A atuação do educador precisa ser cada vez mais mergulhada em uma visão e consequente atuação em modelos psicológicos profundos, isto é, cada vez mais precisará ele atuar com a apropriação dos conhecimentos relativos ao trato com indivíduos das mais variadas visões e ensinamentos familiares diferenciados, conduzindo-os não a um igualamento de compreensões e construções, mas de conseguir o desenvolvimento intelectual e humano de cada um, individualmente, embora inseridos no contexto da classe e da sociedade que lhe é berço.

A necessidade de avaliar sempre se fará presente, não importando a norma ou padrão pela qual baseie-se o modelo educacional. Não há como fugir da necessidade de avaliação de conhecimentos, muito embora se possa, com efeito torná-la eficaz naquilo que se propõe, a melhora de todo o processo educativo.

Para tanto, para que se consiga alçar qualitativamente o ensino como um todo, faz-se necessário passar por mudanças estruturais, visto que esse aprendizado melhor que se espera aconteça, possa florescer e fortificar-se, bem como construa ou beneficie a formação de cidadãos melhores e mais bem preparados na sua capacidade crítica e, por extensão, de autonomia

crescente.

Não é bastante que o professor construa seu modelo de atuação somente em cima de conceitos, tanto para si como para a transmissão de conhecimentos que dele se espera, mas têm que dar as condições necessárias ao aluno de que ele, aluno, possa ser avaliado pelo mesmo modelo a ele apresentado.

A estruturação do ensino deu ênfase às questões educativas para que se compreenda e utilize a inserção de temas transversais no processo de ensino. Os temas transversais são importantes por permitir que os alunos se envolvam no aprendizado significativo e levante dados a respeito do que está sendo trabalhado .

As diversidades políticas, sociais, culturais e ambientais devem ser trabalhadas durante todo o processo de ensino, independente do nível escolar. Além de formar cidadãos, a escola deve possibilitar o aprendizado mútuo e participativo de forma que os alunos compreendam, pesquisem, assimilem e busquem respostas que sejam encontradas através do questionamento e habilidade de soluções de problemas.

Quando há envolvimento por parte de toda equipe escolar, torna-se mais fácil que o aprendizado evolua. A interdisciplinaridade entre as disciplinas deve acontecer entre todos os educadores, para que os alunos compreendam que as disciplinas , quando estudadas por diversos ângulos, torna-se mais fácil e prazeroso na inclusão do saber.

Nessa perspectiva, o ensino deve estimular o aluno a levantar hipóteses, buscar dados, compreender o porquê da obtenção dos resultados. É necessário incluir as preocupações sociais em todo o processo de ensino, esse procedimento ajuda a incluir o aluno a obter bons resultados escolares e participar da cidadania.

O professor é então um pesquisador nato, atendendo as necessidades de seus alunos sendo capaz de ministrar um ensino de qualidade, realizar pesquisas e estimular atividades criadoras nas suas diversas áreas e estender o ensino e a pesquisa à comunidade, mediante cursos e atividades de extensão.

A escola se conduz transformadora de conhecimentos e não apenas um lugar onde os alunos vão e voltam com o intuito de passar de ano. O ambiente escolar deve ser visto por toda a comunidade como um lugar propício ao ensino, onde a comunidade tenha livre acesso e autonomia para inserir nesse ambiente.

A interação social faz parte do ambiente de conhecimento. Estudos e recentes pesquisas comprovam que o aprendizado estimulado por questões sociais contemplam valorosos resultados não só de motivação por parte dos alunos , mas em altos índices de rendimento escolar.

O processo de ensino não acontece de forma isolada. A conquista do saber e assimilação precisam ser desempenhados cotidianamente, de forma espontânea e que garanta a utilização de recursos para esse fim. A intervenção na proposta de ensino deve ser contínua, porém os professores devem estimular que os alunos pensem entre si, respeitando as diversas faces que o aprendizado acontece. É importante ressaltar que o aprendizado não acontece da mesma forma para todos os alunos. Há aqueles que assimilam rapidamente o tema proposto, pois desenvolvem de maneira satisfatória a busca por resultados.

Sabe-se há nas escolas grande quantidade de alunos que necessitam de diferentes estratégias para alcançar o aprendizado. Para esses alunos devem ser realizadas propostas de ensino que sirvam de estímulo prático ao aprendizado.

O compromisso do ensino deve ser feito de modo cooperativo, onde alunos e professores interajam entre si, buscando respostas cabíveis ao aprendizado. Quando o tema proposto é verídico, a curiosidade em resolver problemas transforma-se em oportunidade de justificar fins.

A escola então se encarrega de trabalhar com os interesses da comunidade. Professores e alunos necessitam de uma articulação mútua no processo de ensino. As questões sociais permitem o desenvolvimento da consciência crítica e o acesso ao saber de forma elaborada.

Quando os alunos têm a oportunidade de aprender por meio dos temas transversais, assimila melhor o conteúdo, valoriza os interesses próprios, respeita as opiniões dos colegas, participa de debates, e formaliza uma leitura de fatos.

Envolver os alunos no processo de ensino é uma tarefa que compromete não só a escola, mas toda a sociedade. Trabalhar em conjunto com os pais e convidá-los a contribuir para o desenvolvimento de temas transversais é muito importante; pois os valores devem ser trabalhados e mantidos.

Os eixos curriculares contribuem para a autonomia do aluno na medida em que suas notas aumentam; pois quando o aprendizado é significativo, a facilidade de argumentação e assimilação de conteúdo acontece.

O conhecimento deve acontecer de forma que o aluno consiga assimilar como acontece o processo de aprendizagem. O trabalho na sala de aula deve ser motivante e estimulador. Os conteúdos matemáticos não devem ser trabalhados de forma isolada. O professor deve estabelecer vínculo entre o meio social e o conteúdo a que deve ser trabalhado.

Os temas de aprendizado devem incluir atividades que permitam que o aluno busque o aprendizado de forma sistemática, construindo o verdadeiro saber matemático e desenvolvendo o senso de observação e criticidade dos conteúdos, a fim que o estudo torne-se ferramenta significativa tanto dentro quanto fora da escola; englobando os temas significativos do mundo atual e incluindo questões vinculadas à realidade e interesse dos alunos.

No cotidiano escolar, a interação do ensino informal ao formal está presente nos intervalos da escola, nos bate-papos entre nós, profissionais da educação, sem às vezes, darmos conta disso tudo.

Há, nesse cotidiano, uma rede de conversações nas coordenações de ações na convivência, visto que as crianças e os jovens traçam conhecimentos novos, naturais e dinâmicos a seu tempo.

A escola também deve fornecer um treinamento sistemático, o qual ajuda a desenvolver a prática da leitura e da escrita, que deve acontecer de forma espontânea e sem que o aluno sinta-se obrigado a entender o que o professor propõe, evitando assim, que o ensino seja visto como algo cansativo e estressante.

O aprendizado da escola e de casa estão interligados. Quanto maior a extensão de atividades e habilidades desenvolvidas pela escola, maior será a interação do aprendizado pelos

alunos.

Não há método pronto para que o ensino matemático aconteça. É dever do professor, buscar metodologias de ensino significativas para que o aluno possa se adaptar às modificações do aprendizado, de modo que sinta-se capaz de inseri-las no cotidiano em que vive.

Logo na infância, a criança se depara com uma grande quantidade de brinquedos, onde passa a se interessar por jogos de encaixe, peças de jogos de diversos tamanhos e formas, diferenciação de cores, entre outros.

Desde cedo a criança já se interessa por jogos lúdicos e o raciocínio lógico se aprimora gradativamente. Os pais são os maiores responsáveis para que a criança tenha a capacidade de resolver pequenas situações-problemas, de acordo com a faixa etária da criança.

Os jogos e brincadeiras devem estar presentes no cotidiano dos alunos para que juntos descubram diversas formas de conhecimento e ajudem uns aos outros, estimulando, criando, aprendendo e questionando. O lúdico motiva o aprendizado, por isso o professor deve diversificar suas aulas, para que não fiquem mecânicas ou repetitivas.

Com a presença do lúdico na educação, o aluno ultrapassa a simples satisfação da manipulação. Ele assimila a realidade externa de si mesmo fazendo distorções ou transposições. Da mesma forma, o jogo simbólico é usado para superação de conflitos e preenchimento do saber.

Em se tratando do aprendizado, é fundamental que professores considerem os recursos cognitivos, afetivos, sociais de aprendizagem e desenvolvimento. Mais do que isso, é necessário que considerem os interesses dos alunos.

Quando o aluno não se encontra interessado aos problemas e necessidades do cotidiano, há certamente uma desmotivação ao aprendizado. O desafio da educação é articular de modo interdependente duas tarefas difíceis: a integração do aluno na sociedade adulta- aprendizado de conceitos, informações, regras e atitudes valorizadas em um determinado grupo social e ao mesmo tempo promover o favorecimento do desenvolvimento da sua autonomia.

As dificuldades enfrentadas pelos alunos são sanadas a partir do momento que o professor assume seu papel de condutor do aprendizado. Os jogos devem ser desafiadores, estimulantes, possibilitadores ativos do princípio ao fim, enriquecedores e estratégicos. Quanto mais o aluno se sentir desafiado, mais sentirá desejo em desenvolver o raciocínio lógico-matemático.

O professor deve propor e organizar diversas situações com diferentes obstáculos de raciocínio, para que os alunos investiguem, reformulem, e façam válidas as situações do aprendizado.

Assim, o aluno constrói o seu conhecimento, investiga, confronta com seus colegas, ajuda, insere-se no meio educativo. Ensinar com jogos é permitir a liberdade de ação, tornando o aluno um cidadão crítico, ajudando-o a tomar consciência de si mesmo, dos outros, e da sociedade.

Nos tempos de hoje, não há mais espaço para aluno ouvinte. Os alunos têm sede de aprendizado e desde cedo já são críticos e capazes de utilizar diferentes estratégias.

As estratégias lúdicas são excelentes auxiliares para o aprendizado, pois propicia a me-

mória, orientação temporal e espacial aos jogos é interessante cronometrar o tempo, percepção tanto auditiva quanto visual, organização e planejamento, levando em conta que o professor precisa contribuir para o aprendizado de seus alunos sem interferir, mostrando eventuais respostas.

Após todo o processo de conhecimento por parte dos alunos, é possível verificar que o aprendizado só se concretiza quando o professor gosta e acredita na Educação e aprendizado de seus alunos.

A avaliação não pode ser de cunho decorativo ou uma máscara apenas, voltada à complementação de nota. Os resultados da avaliação devem ser a chave para a tomada de decisões sobre o que deve ser reforçado ou retocado, ou seja, um diagnóstico que leve à análise da realidade, de onde se possa captar os subsídios a tomar as decisões no sentido de superar os problemas constatados.

A avaliação deve servir, antes de mais nada, como uma possibilidade de reflexão, senão permanente, ao menos sobre as deficiências surgidas. Mais ainda, não deve estar presa a argumentos ou padrões, ao contrário, deve ser encarada como uma escala para justamente formar ou fundamentar tais padrões, sejam eles de conduta ou diretamente ligados à aprendizagem. (HOFFMANN, 2003. p. 32)

Essa reflexão faz com que professor e aluno possam compreender a essência do processo avaliativo, bem como amplie a visão sobre o mesmo. É fundamental que se tenha consciência de que o aluno é o elemento central do processo de aprendizagem e, portanto, precisa ser entendido como tal.

A presença da afetividade, no processo de ensino e aprendizagem, contribui para que o professor entenda as necessidades e dificuldades do aluno. O princípio fundamental do ensino é o de que todas as crianças podem aprender juntas, sempre que possível, independe de qualquer dificuldade que elas possam ter.

A afetividade é peça-chave para que o ensino ocorra de forma significativa ao aluno. De acordo com a visão de Oliveira, (1998):

A nova visão de globalização aplicada à educação tenta integrar, de forma até radical, o bloco de funções intuitivas, afetivas emocionais ou criativas às demais funções mentais: lógicas e operacionais. A educação global só se afetivará a partir dessa integração. Não é possível estudar e entender a pessoa, os pais, os professores e o aluno, só a partir da racionalidade ou da construção do conhecimento. A formação da personalidade tem a ver com os processos inconscientes estabelecidos a partir das relações do indivíduo com outros indivíduos, nos seu processo de crescimento e desenvolvimento. (OLIVEIRA, 1998.p.143)

De acordo com Oliveira (1998), Vygotsky construiu sua teoria tendo por base o desenvolvimento do indivíduo como resultado de um processo sócio-histórico, enfatizando o papel da aprendizagem nesse desenvolvimento.

Sua questão central é a aquisição de conhecimentos pela interação do sujeito com a cultura. Oliveira (1998) enfatiza que as concepções de Vygotsky sobre o processo de formação de conceitos remetem às relações entre pensamento e linguagem, à questão cultural no processo de construção de significados pelos indivíduos, ao processo de internalização e ao papel da escola na transmissão de conhecimentos, que é de natureza diferente daqueles aprendidos na vida cotidiana. Propõe uma visão de formação das funções psíquicas superiores como internalização

mediadas pela cultura.

Segundo Moraes (2003, p. 204), os temas transversais proporcionam a autonomia e eficácia no aprendizado:

[...] são o caminho ideal para a politização de nossos alunos, indo além do discurso dos PCN, na consecução de uma sociedade igualitária. São eles que permitem a apropriação de conceitos, mudanças de atitudes e procedimentos onde cada aluno participará de forma autônoma na construção e melhorias da comunidade em que se insere. (Moraes.200204)

Os educadores devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando bem os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com a comunidade.

Até recentemente, a afetividade e o desejo não haviam sido teorizados na sua vinculação com o processo de aprendizagem. A importância dos fatores relacional e afetivo implicados no ato de ensinar-aprender é descartada e a influência dos processos inconscientes na aquisição e elaboração do conhecimento é negado.

Todo processo de desenvolvimento e aprendizagem requer superação de dificuldades e construção de ações coletivas. Tanto a escola quanto a sociedade necessitam promover a igualdade e oportunidade do aprendizado.

O ser humano desde o nascimento até a sua morte vive diversas satisfações e dificuldades, enfrentando e vencendo desafios e obstáculos. Enquanto educador é necessário que haja a contribuição de afeto somado aos métodos de ensino, para que a criança possa investigar entender e esclarecer as suas dificuldades, abrindo novos caminhos que tendem a se alargar para transformar o seu modo de ser, acolher e conviver com o outro no contexto social.

Acredita-se que a criança vai à escola em busca do conhecimento e da ampliação de suas relações interpessoais com seus colegas, professores e todos os profissionais que contribuem para o funcionamento de uma escola, daí a grande responsabilidade destes profissionais em educação, em propiciar a possibilidade de se auto construir a partir da apreensão do conhecimento adquirido.

O professor deve reformular os conteúdos escolares, enfatizando que os temas transversais auxiliam no processo de ensino e permitem que os alunos tornem-se críticos e capazes de assimilar o desenvolvimento da aprendizagem.

Assim, pode-se dizer que o professor tem papel fundamental na vida do seu aluno. Na escola o aluno não só aprende o conteúdo programático, mas também constrói sua socialização, sua comunicação, seu comportamento, seus objetivos de vida, tornando-se sujeito formador de opiniões, adquirindo no convívio social motivação para seu crescimento.

Tudo isso, é conquistado dentro da escola, portanto, é fundamental que o aluno compartilhe, no seu espaço escolar, relações saudáveis, afetuosas e compreensivas com seus professores e colegas.

Portanto, cabe ao professor oferecer condições para a criança desenvolver suas potencialidades. O fato de estar sempre se transformando, dá a criança um espírito curioso, atento e experimental e é na escola, durante as atividades, que devem ser proporcionadas experiências

de diferentes situações para que ela aprenda a viver em grupo. O encontro entre professor e aluno é uma colaboração recíproca, contribuindo para a realização do ensinar e do aprender.

Contudo, percebe-se que, se no início de uma vida escolar as manifestações afetivas forem mal compreendidas, a vontade do aluno de aprender e do professor de ensinar, serão contrárias ao que o professor e aluno desejam alcançar.

Ao professor é primordial estudar teoricamente a relevância da afetividade no processo de ensino e aprendizagem na escola, bem como verificar se a afetividade está impulsionando o ato de aprender numa construção do conhecimento, na perspectiva da constituição de cidadãos críticos e conscientes. Trabalhar as emoções e observar o que há por trás de cada sentimento do aluno, resulta fundamentalmente em melhores aprendizagens.

O desenvolvimento das capacidades, por mínimas que sejam, devem ser levadas em consideração para que ele se sinta acolhido, amado, e possa ter sua independência para criar condições fundamentais que devem auxiliá-lo no futuro.

Analisando os métodos de ensino tradicionais com as práticas pedagógicas voltadas para a afetividade, percebe-se que a criança interage melhor com atividades elaboradas e praticadas através do lúdico; pois ao promover um atendimento educacional adequado, através de projetos novos, ambiente emocional e social favorável ao aprendizado matemático desses alunos, numa proposta que a meta seja a inclusão com responsabilidade, a escola pode transformar a realidade dessas crianças, assegurando assim não só a permanência na escola, mas a permanência numa perspectiva educacional duradoura.

Para que a prática pedagógica possa contribuir na efetivação de um bom relacionamento entre a família e a escola, faz-se necessário repensar essa relação, reforçando o papel fundamental de cada um para que o processo de ensino e aprendizagem no ensino especial se faça de forma eficaz e com responsabilidade.

Nessa perspectiva é essencial que a escola se organize de forma a proporcionar, uma ampla participação dos professores e dos pais dessas crianças, trabalhando em função de um objetivo comum, através de material concreto, onde possam decidir, auxiliar e nortear ações educativas e afetivas para que o educando se torne um indivíduo capaz de compartilhar seus saberes, suas descobertas e aprimorar seus conhecimentos.

Os dois segmentos, a família e o educador / escola têm grande importância no desenvolvimento cognitivo e social do aluno, tornando-se um agente de ações transformadoras, sendo capaz de fazer a leitura do mundo que o cerca e tomar suas próprias decisões.

A escola deve buscar condições de estabelecer meios para que os educadores e pais possam se empenhar para o sucesso das crianças no decorrer do ano letivo, mostrando tanto para o aluno quanto para a família que o seu esforço não foi em vão e, convencendo a família de que a educação é um investimento de relevante valor, sendo capaz de produzir cidadãos confiantes em suas próprias possibilidades, sendo bem sucedidos e respeitados no meio em que vivem.

Propõe-se uma visão de formação das funções psíquicas superiores como internalização mediada pela cultura. Sobre o funcionamento do cérebro, o autor diz que este é a base biológica, e suas peculiaridades definem limites e possibilidades para o desenvolvimento humano.

Essas concepções fundamentam sua vida na ideia de que as funções psicológicas superiores, como exemplo: linguagens, memória, são construídas ao longo da história social do homem, em sua relação com o mundo.

A busca de autonomia e liberdade é uma necessidade dos tempos atuais. A escola exercendo seu papel de promover a educação de todos e para todos, deve efetivar essa busca em todas as suas ações, devendo valorizar a natureza das relações afetivas existentes em seu contexto e preservar a integridade de todos os alunos.

O ensino visa através de práticas voltadas para a afetividade, resgatar a criança para um universo onde a mesma possa ter autoestima, confiança, vontade, motivação e coragem para viver o processo de aprender.

O avanço e progresso do aluno estão intimamente ligados às relações sociais que ele estabelece, na vida pessoal, profissional, social e escolar. Considerando as questões da vida e história do educando, se distanciando de um ensino compartimentado, será possível promover uma educação que valorize a totalidade da criança e suas relações com o mundo e com o outro.

Nesse sentido, as mudanças de desenvolvimento da criança não podem acontecer isoladamente, e sim através de formulações de métodos de ensino que favoreçam um ambiente acolhedor e rico em conhecimentos.

A partir daí, a criança poderá se constituir de fases diversificadas onde a afetividade e os conhecimentos cognitivos possam se integrar de forma a transformar a valorização do homem, enquanto ser humano e cidadão.

Um estudo que é centralizado na criança contextualizada propicia oportunidades para que o aluno seja coautor da sua própria aprendizagem. O caminho a ser trilhado será o da descoberta, da aventura e da busca do saber, conseguindo a todo o momento o aprender e o ensinar.

Para VIGOTSKY (2001) o processo de desenvolvimento das crianças é um caminho diferente a ser percorrido e é respeitando essas diferenças individuais, que se pode propiciar os caminhos para o desenvolvimento humano, e conseqüentemente para uma aprendizagem escolar voltada para a afetividade e aquisição de conhecimentos. Todas as atividades devem ser constantemente avaliadas e repensadas.

A relação entre educador e educando supõe sempre novos paradigmas. A profissão de professor exige motivação, autonomia, participação e afetividade. Já existem constatações que para uma aprendizagem eficaz é essencial a presença de sentimentos voltados para a compreensão, atenção, para assim haver a fusão entre a inteligência e a afetividade conseguindo-se êxito no ensino para as crianças especiais.

Todo conhecimento é uma construção que resulta de ações físicas ou mentais desenvolvidas pela criança sobre objetos. Essa construção, ou seja, o desenvolvimento da atividade intelectual não pode ser separada do funcionamento global do indivíduo.

Neste funcionamento global estão considerados os aspectos da atividade: intelectual, biológica e afetiva através dos quais o indivíduo – organismo se adapta ao meio e organiza suas experiências.

Para Piaget (2000), a inteligência e a afetividade da criança se desenvolvem em estágios

que são: sensório motor (0 - 2 anos) com o passar do tempo os comportamentos reflexos do bebê transformam-se em comportamentos inteligentes encaminhando para solução de problemas sensório-motores por representação do pensamento. Nesta faixa etária o autor alerta que a afetividade é inserida no “eu”, pré-operacional (2 - 7 anos); operações concretas (7 - 11 anos), nesta fase o pensamento lógico supera o pensamento pré-lógico da fase anterior. Segundo o autor, a criança consegue resolver problemas concretos, porém não pode resolver problemas complexos e verbais.

Nesta faixa etária a intencionalidade é construída fazendo com que se leve em conta os motivos dos outros ao fazer julgamentos morais. Outros aspectos do desenvolvimento afetivo possíveis de ocorrer são a conservação dos sentimentos; a formação da vontade e o início do pensamento e sentimentos autônomos, além das relações de respeito mútuo e pelos padrões de cooperação. Para o autor, estes fatores se alteram pela interação social.

E operações formais (11 - 15 anos), neste estágio as estruturas cognitivas tornam-se qualitativamente prontas, ou seja, a criança ou adolescente pode resolver todos os tipos de problemas, evidentemente, solucionando problemas verbais, hipotéticos concretos e abstratos. Sendo assim, o desenvolvimento passa da solução lógica dos problemas concretos à solução lógica de todos os tipos de problemas.

Piaget (2000) aponta que a cada mudança de estágio, os anteriores são sempre incorporados. Apesar das operações formais cessarem as mudanças na capacidade para raciocínio lógico, o indivíduo continua a desenvolver conceitos e áreas de conteúdos ou novos conhecimentos e propósitos aos quais seu pensamento possa ser aplicado, estas mudanças são chamadas de mudanças no plano do conteúdo e função da inteligência.

Toda mudança significativa no desenvolvimento cognitivo representa um passo a mais para uma inteligência mais avançada e plenamente adaptada. Cada passo constitui uma mudança qualitativa nas capacidades de raciocínio gerando algumas características, por exemplo, que o desenvolvimento intelectual depende da interação e da experiência social e considera a interação social como uma das quatro variáveis primárias ao desenvolvimento, ou seja, o conhecimento social não pode ser construído sem interação com os outros.

A nossa realidade, totalmente adversa a todas as práticas pedagógicas discutidas, têm mostrado uma saturação do papel do mestre, educador, no processo ensino aprendizagem.

É preciso que o educador esteja em constante transformação, participando de cursos e palestras que garantam novos caminhos e perspectivas válidas ao aprendizado.

Ao mestre, educador, cabe o papel de mediador de conhecimento, de estar sempre se aperfeiçoando em prol do bom desempenho das suas funções.

Esta é a nova dinâmica social: a exigência mercadológica que faz da função de educador um perpétuo desafio, uma luta incessante que antes de se tornar motivadora de resultados deve ser motivada a produzir resultados em si mesmo, para depois ser capaz de produzir resultados positivos em outros aspectos da educação.

À medida que o professor torna-se motivado, os alunos aprendem melhor, pois o entusiasmo faz com que o ambiente escolar se modifique, e a comunidade se insere no processo de aprendizagem.

A escola deve ser um ambiente estimulador ao conhecimento. As atividades contextualizadas são importantes no processo de globalização e reconhecimento de motivação e influem diretamente à obtenção da escrita.

Ao inserir-se no processo de aprendizado, questionando, refletindo, organizando seus pensamentos, torna-se capaz de pluralizar seu vocabulário, integrando-se no mundo social e desenvolvendo o valor do conhecimento globalizado, tão importante na atualidade.

Os valores e a cultura da globalização devem estar inseridos na vivência do aluno, de modo com que ele busque individual e coletivamente novos caminhos para interagir em um ambiente em que seja permitido a valorização do aprendizado. Assim sendo, o estudo desta temática é fundamental porque leva a uma reflexão sobre o desenvolvimento da gestão do conhecimento eficaz e crítico da participação educacional.

Ensinar através de práticas e metodologias que levem o aluno a pensar e concluir o raciocínio lógico é muito importante para o desenvolvimento mental e cognitivo dos alunos.

O professor deve trabalhar estratégias que prendam a atenção dos alunos, permitindo que ele associe a fundamentação da escrita, usando-a adequadamente em situações de interatividade e não em processos de língua culta.

Quando o professor apresenta projetos educacionais para seus alunos, o ambiente escolar se transforma de forma significativa. Os tempos contemporâneos exigem que o sistema educacional seja voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades que sejam essenciais à vivência do aluno.

É importante compreender e refletir sobre o cotidiano real, aprendendo através de um contexto que esteja interligado ao futuro do aluno. O ensino comprometido desenvolve o processo de educação afim de que possa beneficiar suas ações podendo buscar novas formas didáticas e metodológicas de promoção do processo ensino-aprendizagem com seus alunos, sem com isso ser colocado como mero expectador dos avanços estruturais de nossa sociedade, mas um instrumento de enfoque motivador desse processo.

O educador precisa buscar alternativas coerentes para facilitar o aprendizado possibilitando uma participação significativa e plena no mundo letrado, tornando os alunos capazes de conhecer e respeitar as variedades linguísticas, utilizando a linguagem como instrumento de aprendizagem, valendo-se da linguagem para melhoria de relações pessoais e, sobretudo, subsidiando uma melhor compreensão do aprendizado real.

VIVÊNCIA

Para significar os escritos aqui contemplados, foi realizado um estudo em uma escola pública de Formosa, no estado de Goiás, a unidade em está situada em bairro periférico. Atende as modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental, funcionando em dois turnos: matutino e vespertino no total de 960 alunos. Além disso, atende a alfabetização e primeira fase do ensino fundamental de jovens e adultos.

A escola dispõe de um espaço físico amplo com salas de aulas arejadas em dimensões proporcionais ao número de alunos. A escola dispõe ainda de uma sala de recursos para atender

a alunos portadores de necessidades educacionais especiais, sala de professores, secretaria, sala de direção, um pátio para recreação, cantina, banheiros administrativos, banheiros masculinos e femininos, um depósito para lanches e almoxarifado.

Todo o espaço físico da escola segue padrões estabelecidos pelo Ministério da Educação estando em boas condições de uso.

Além dos livros didáticos e paradidáticos a escola dispõe de outros materiais pedagógicos para diversificação das aulas como: antena parabólica aparelho de som, caixas de som amplificadas, computador, copiadora, DVDs, impressora a laser e a jato de tinta, jogos pedagógicos, caixas de material dourado, microfone sem fio, televisões e vídeos cassetes. Encontra-se em ótimo estado de conservação, com espaço físico adequado as ações pedagógicas, bem como disponibilizando materiais diversos para o trabalho pedagógico.

A unidade escolar ainda não tem laboratórios, nem bibliotecas, mas temos projetos para o próximo ano, para que estes recursos venham a auxiliar nossos alunos no processo de aprendizagem.

Visando ilustrar este estudo, realizou-se uma pesquisa descritiva, tendo como objetivo estabelecer correlações entre algumas variáveis e definir sua natureza, que nesse caso será o campo de avaliação.

Para coletar os dados desta pesquisa foi aplicado um questionário aos professores, além do questionário foi também utilizada à observação direta e conversas informais que são de grande importância para coleta de dados e fundamentação da pesquisa.

Optou-se pelo questionário fechado, pois trás uma limitação nas respostas fazendo assim que não haja distorções na análise dos resultados.

Antes da aplicação do questionário previamente foi explicado ao entrevistado/a o objetivo da pesquisa e também a grande importância de sua participação, garantindo-lhe a confidencialidade de suas respostas.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Questão 1

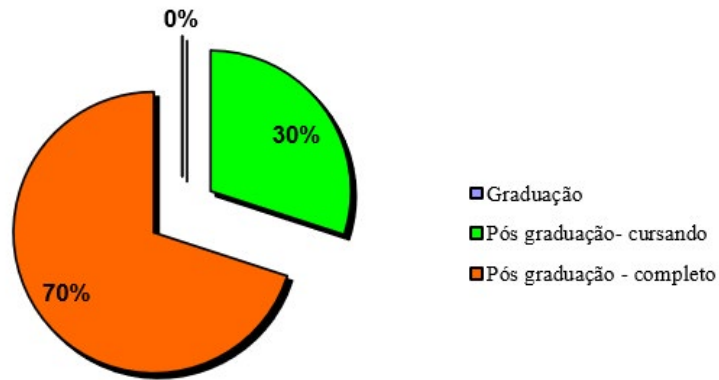
Qual seu grau de formação?

Quadro 1 – Formação

	Func. Pesquisados	%
Graduação	-	-
pós graduação – cursando	03	30%
pós graduação– completo	07	70%
Totalizador	10	100%

Fonte: Tabulação dos questionários aplicados pelas alunas

Gráfico 1 – Formação



Fonte: Representação gráfica elaborada a partir dos dados do questionário aplicado pelas autoras.

No quadro 1, permite constatar que a amostra é composta, principalmente por pessoas que possuem pós-graduação-completo (70%) revelando o interesse em se profissionalizar para atender de forma mais satisfatória sua clientela.

Questão 2

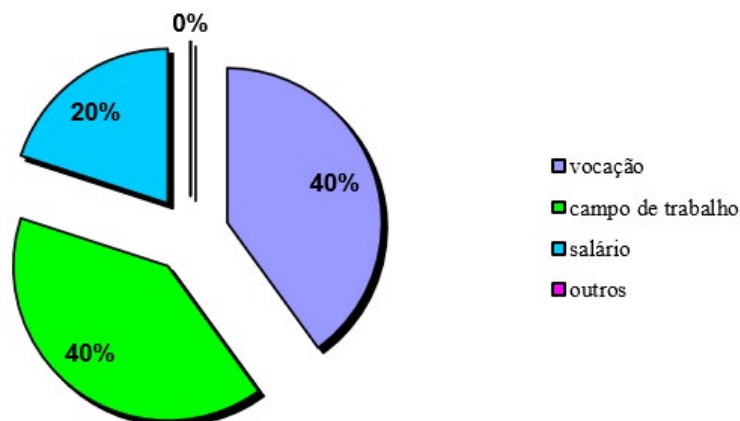
O que a levou a escolher o caminho da educação, mais especificamente ser professora da Educação Infantil?

Quadro 2 - Caminho da educação

	Func. Pesquisados	%
vocação	04	40%
campo de trabalho	04	40%
salário	02	20%
outros	-	-
Totalizador	10	100%

Fonte: Tabulação dos questionários aplicados pela aluna

Gráfico 2 - Caminho da educação



Fonte: Representação gráfica elaborada a partir dos dados do questionário aplicados pela autoras.

No Quadro 2 dentre os colaboradores pesquisados, 40% responderam que o que levou a escolher o caminho da educação, mais especificamente ser professora foi a vocação outros 40% responderam que foi o campo de trabalho e somente 20% responderam que é por causa do salário, apesar de ser de grande importância, o incentivo salarial não é o fator principal que levou os colaboradores a seguir essa profissão.

Questão 3

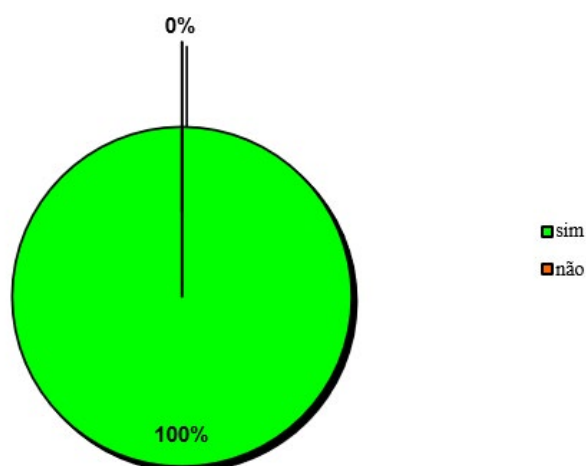
Você costuma oportunizar avaliações coletivas entre seus alunos?

Quadro 3 - Avaliações coletivas

	Func. Pesquisados	%
Sim	10	100%
Não	-	-
Totalizador	10	100%

Fonte: Tabulação dos questionários aplicados pelas autoras

Gráfico 3 - Avaliações coletivas



Fonte: Representação gráfica elaborada a partir dos dados do questionário aplicado pelas autoras.

O quadro 3, 100% dos/as entrevistados/as responderam que fazem avaliação coletiva com seus alunos podendo observar o quão importante é para os educandos serem avaliados de forma coletiva e não somente individual pelos métodos formais.

Questão 4

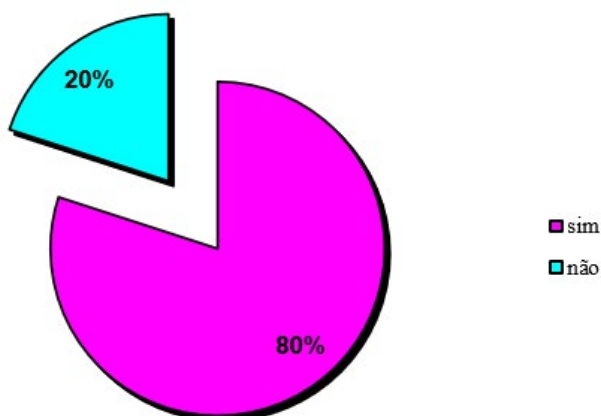
Você faz um dossiê onde registra novas conquistas e/ou mudanças em relação ao desenvolvimento de seus alunos?

Quadro 4

	Func. Pesquisados	%
Sim	08	80%
Não	02	20%
Totalizador	10	100%

Fonte: Tabulação dos questionários aplicados pelas autoras

Gráfico 4



Fonte: Representação gráfica elaborada a partir dos dados do questionário aplicado pelas autoras.

O Quadro 4 revela que a maior parte dos/as pesquisados/as (80%) mostram preocupação em ter uma coletânea de registros sobre a aprendizagem do aluno, podendo com isso observar mais tarde o processo evolutivo de cada educando.

Questão 5

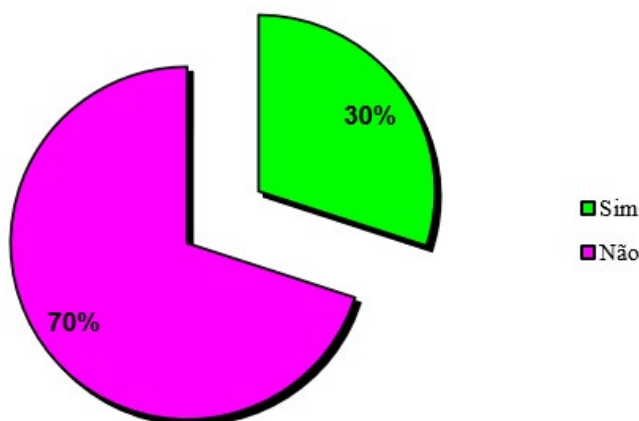
Você avalia seus alunos somente com testes e provas?

Tabela 5 – Avaliação

	Func. Pesquisados	%
Sim	03	30%
Não	07	70%
Totalizador	10	100%

Fonte: Tabulação dos questionários aplicados pelas autoras

Quadro 5 – Avaliação



Fonte: Representação gráfica elaborada a partir dos dados do questionário aplicado pelas autoras.

No Quadro 5 pôde-se observar que já não há necessidade de avaliar somente com métodos formais somente com provas/testes. Existem outros instrumentos que o professor pode

lançar mão para avaliar seus alunos.

Questão 6

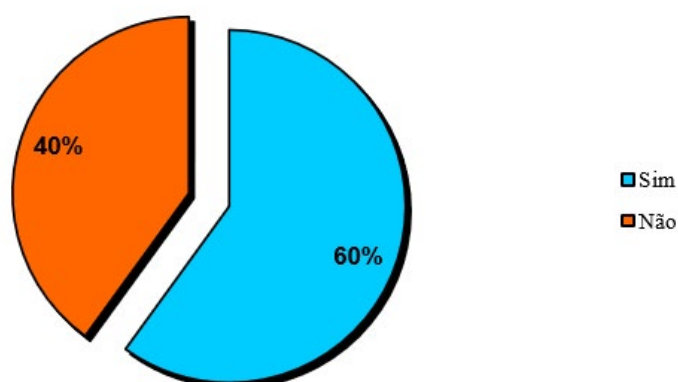
Você dá oportunidade a novos desafios com base na observação e reflexão teórica?

Quadro 6 – Oportunidades

	Func. Pesquisados	%
Sim	06	60%
Não	04	40%
Totalizador	10	100%

Fonte: Tabulação dos questionários aplicados pelas autoras

Gráfico 6 – Oportunidades



Fonte: Representação gráfica elaborada a partir dos dados do questionário aplicado pelas autoras.

A maioria dos/as entrevistados/as (60%) respondeu que dá oportunidade à novos desafios com base na observação e reflexão teórica assim a criança aprimora sua forma de pensar do mundo à medida que se deparam com novas situações, novos desafios e formulam suas hipóteses.

Questão 7

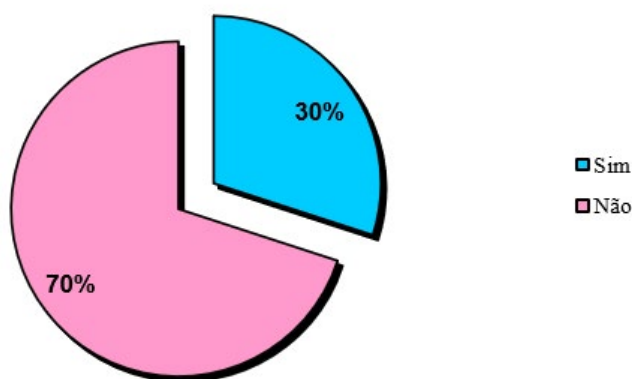
Dialoga frequentemente com os pais e/ou responsáveis pela criança sobre a aprendizagem da mesma?

Quadro 7 – Diálogo

	Func. Pesquisados	%
Sim	03	30%
Não	07	70%
Totalizador	10	100%

Fonte: Tabulação dos questionários aplicados pelas autoras

Gráfico 7 – Diálogo



Fonte: Representação gráfica elaborada a partir dos dados do questionário aplicado pelas autoras.

O Gráfico 7 mostra percepção em conversas informais. Os professores se queixavam que a maioria dos alunos são levados para Unidade Escolar por funcionários de seus pais, vizinhos ou alguns tipos de transporte, quase nunca se vê os pais na escola.

Questão 8

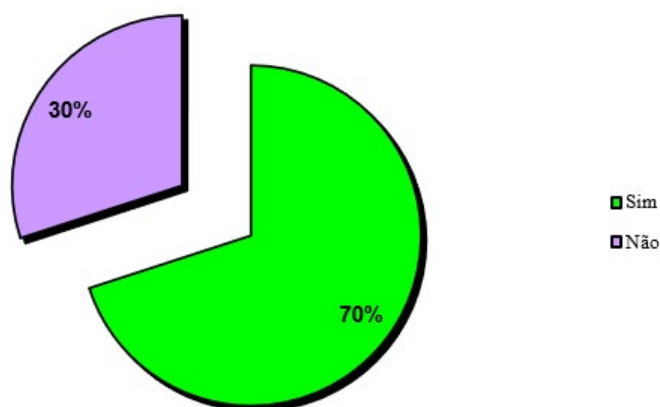
Você faz avaliação contínua de seus alunos?

Quadro 8 – Avaliação contínua

	Func. Pesquisados	%
Sim	07	70%
Não	03	30%
Totalizador	10	100%

Fonte: Tabulação dos questionários aplicados pelas autoras

Gráfico 8 – Avaliação contínua



Fonte: Representação gráfica elaborada a partir dos dados do questionário aplicados pela autoras.

Conforme Gráfico 8, 70% dos profissionais responderam que fazem avaliação contínua com seus alunos, realizando assim análises mais precisas sobre sua evolução comparando

tarefas, estabelecendo relações entre respostas apresentadas antes e depois, percebendo os erros que se repetem bem como a transição das concepções prévias para os conhecimentos científicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação escolar é sem dúvida algo de suma importância, uma vez que, é potencialmente o instrumento a ser usado na construção ou no pleno desenvolvimento do modelo de atuação escolar. Se conduzida com caráter reflexivo e, na medida em que sirva de termômetro a identificar as carências apresentadas pelos alunos, no decorrer do período letivo, serve como balizador, para que possa o professor, tomar certas decisões ou executar modificações e reforços que favoreçam o desenvolvimento necessário ao alcance pleno dos objetivos planejados.

É preciso um rompimento com o modelo tradicional de avaliação, que fuja da aplicação de provas/testes como medidor de conhecimentos e ainda, que se instale um novo modelo, onde o aluno seja acompanhado e estimulado constantemente, podendo assim ser avaliado, também constantemente, em função da construção em si dos conhecimentos que tenha sido capaz de auferir e processar. O que deve ser modificado, antes de qualquer outra questão, é a verdadeira função da avaliação no contexto escolar. Enquanto for realizada com a intenção única de atribuir nota ao aluno, não contribui para um maior desenvolvimento dos envolvidos em sua confecção, mas ao contrário até, pode ser um dos fatores geradores de um maior índice, tanto de evasão como de reprovação escolar.

A forma com que o professor irá corrigir o erro do aluno deve ser feita de forma em que não promova o constrangimento, pois se isso acontecer, o aluno perderá sua capacidade de aprendizado. O erro deve ser trabalhado de forma construtiva e contínua, para que o aluno adquira autoconfiança e estímulo.

Inserir a interdisciplinaridade nas aulas ajuda o aluno a assimilar melhor o conteúdo a que se pretende alcançar e o ensino deixa de ser isolado passando por estratégias diversas para melhoria do aprendizado contínuo. Dessa forma, os alunos conseguem assimilar o aprendizado e tornam-se capaz de reproduzir o que aprenderam.

A afetividade deve estar inserida na vivência do aluno, de modo com que ele busque individual e coletivamente novos caminhos para interagir em um ambiente em que seja permitido a valorização do aprendizado.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Avaliação educacional: regulação e emancipação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ANTUNES, Celso. Como desenvolver as competências em sala de aula: fascículo 08. 4 ed. RJ: Vozes, 2002.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nº 9.394/96.

CHALITA, Gabriel. Educação: a solução está no afeto. 8 ed. São Paulo: Gente, 2001.

- CURY, Augusto Jorge. Pais brilhantes, professores fascinantes. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
- DELVAL, Juan. Rumo a uma educação democrática. Pátio, ano VII, nº 25, fevereiro-abril, 2003, p. 48-51.
- GIL, Antonio Carlos, 1946 – Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª edição. São Paulo: Atlas S.A. – 2002.
- HOFFMANN, Jussara. Avaliação: Mito e desafio. Uma perspectiva construtiva. Porto Alegre: Mediação, 2003.
- LIBANELO, José Carlos. Democratização da escola pública. A pedagogia crítico-social dos conteúdos. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- OLIVEIRA, João Batista Araújo. CHADWICK, Clifton. Aprender e ensinar. 2. ed. São Paulo: Global, 2001.
- PILETTI, Nelson. Psicologia Educacional. São Paulo: Ática, 2001.
- ROSSINI, Maria Augusta Sanches. Pedagogia afetiva. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SAID, Selma. Ponha-se no lugar: dicas para pais e mães que têm filhos na escola. Petrópolis: Vozes, 2004.
- TIBA, Içami. Quem ama educa. 108. ed. São Paulo: Gente, 2002.
- VOLI, Franco. A auto-estima do professor: Manual de reflexão e ação educativa. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

Evolução e cenário das matrículas na rede privada de ensino fundamental em Santa Catarina no período de 2017 a 2024

Aloysio dos Santos Bahiense Junior

O autor é Mestre em Administração, Licenciado em Matemática Plena e Bacharel em Direito, Diretor de assuntos jurídicos do SINPRONORTE, Professor da Universidade da Região de Joinville – Univille e Professor da UniSociosc

DOI: 10.47573/aya.5379.2.71.4

RESUMO

Este estudo apresenta levantamento de dados pelas Sinopses Estatísticas da Educação referentes às séries históricas da rede privada de educação básica em Santa Catarina, notadamente o ensino fundamental e a criação de cenários para as matrículas nessa fase de ensino pelas técnicas da regressão exponencial, da taxa média de crescimento exponencial e da média entre as duas técnicas. As Sinopses trazem uma síntese dos principais dados coletados no Censo Educacional no mês de maio de cada ano. O estudo decorre da necessidade da melhor compreensão do ambiente em que o docente está inserido e visa a apropriação de mais elementos que possam servir de base para projeções diversas deste mercado dando suporte aos Sindicatos Laborais dos Professores e Administradores da rede privada de ensino de Santa Catarina para as suas tomadas de decisão, inclusive nas negociações das convenções/acordos coletivos.

Palavras-chave: ensino fundamental. matrículas.

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

A rede privada de ensino de Santa Catarina conta com os quantitativos presentes na tabela a seguir.

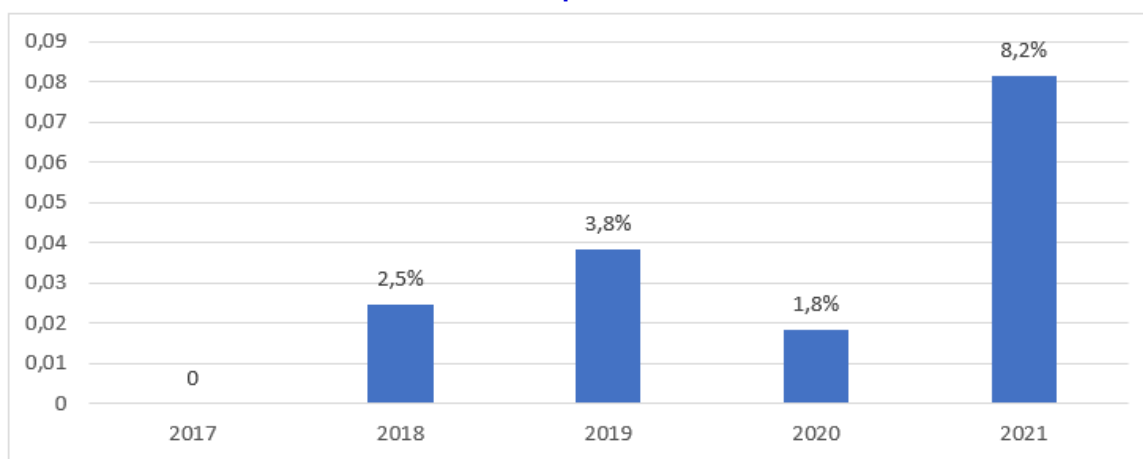
Tabela 1 - Estabelecimentos de ensino de educação básica da rede privada de ensino de Santa Catarina no período de 2017 a 2021

Ed. Infantil		Ens Fundamental			Ens. Médio			Total Geral		
Ano	Creche	Pré-escola	Total	Anos Iniciais	Anos Finais	Total	Urbana	Rural	Total	
2017	720	698	781	389	286	407	223	2	225	1.036
2018	733	710	791	400	296	417	226	3	229	1.040
2019	761	728	809	417	304	433	234	2	236	1.086
2020	770	739	827	423	303	441	239	2	241	1.103
2021	814	789	871	458	320	477	249	2	251	1.156

Fonte: Sinopses estatística de educação - IBGE 2017/2018/2019/2020/2021

Observe-se que em 2018 houve crescimento no número de estabelecimentos que ofertam o ensino fundamental no percentual de 2,5%, e em 2019 (3,8%), seguido de um a queda de crescimento em 2020 (1,8%) e um crescimento considerável em 2021 (8,2%). O Gráfico 1 ilustra tais percentuais de crescimento.

Gráfico 1 – Evolução do crescimento dos estabelecimentos que ofertam ensino fundamental em Santa Catarina no período de 2017 a 2021



Fonte: Tabela 1

ENSINO FUNDAMENTAL

O ensino fundamental divide-se em séries iniciais e finais.

Total de matrículas do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina no período de 2017 a 2021.

A evolução de matrículas desta fase de ensino no período de 2017 a 2021, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE comportou-se conforme a tabela 1.

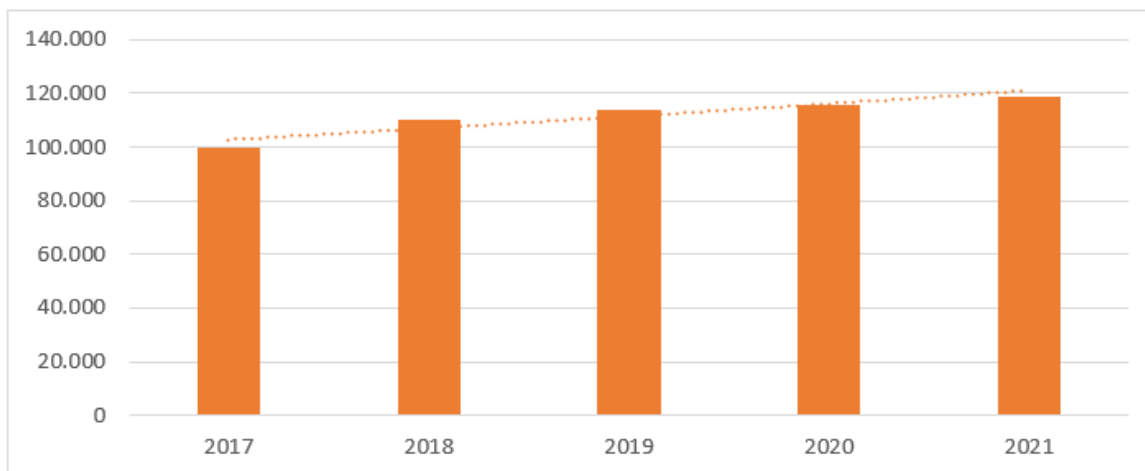
Tabela 1 – Evolução das matrículas do ensino fundamental da rede privada de ensino de Santa Catarina no período de 2017 a 2021

Ano	Matrículas observadas
2017	99.628
2018	109.903
2019	114.102
2020	115.878
2021	119.021

Fonte: IBGE – Sinopses Estatísticas de Educação Básica 2017/2018/2019/2020/2021

O Gráfico 2 ilustra a referida evolução.

Gráfico 2 - Evolução das Matrículas Totais do ensino fundamental da Rede Privada de ensino de Santa Catarina - 2017 a 2021

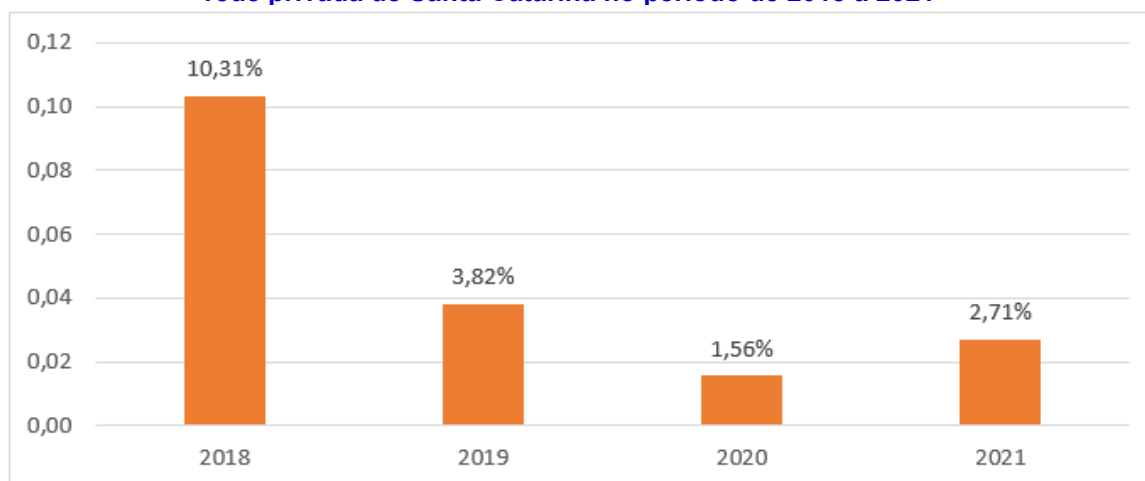


Fonte: Tabela 1

Note-se que em números totais houve crescimento no período de 2017 a 2020, com visível diminuição nos percentuais de crescimento: 2018 (10,31%); 2019 (3,82%); 2020 (1,56%) e 2021 (2,71%). Sendo, portanto, o maior crescimento das matrículas verificadas no ano de 2018 com relação a 2017. Na sequência uma redução brusca de 2019 comparado a 2018; um crescimento ainda menor de 2020 em relação a 2019 e por fim, uma pequena recuperação do percentual de crescimento em 2021 quando comparado a 2020.

É válido o destaque Gráfico 3 para estes crescimentos.

Gráfico 3 – Evolução dos percentuais de aumento das matrículas no ensino fundamental da rede privada de Santa Catarina no período de 2018 a 2021

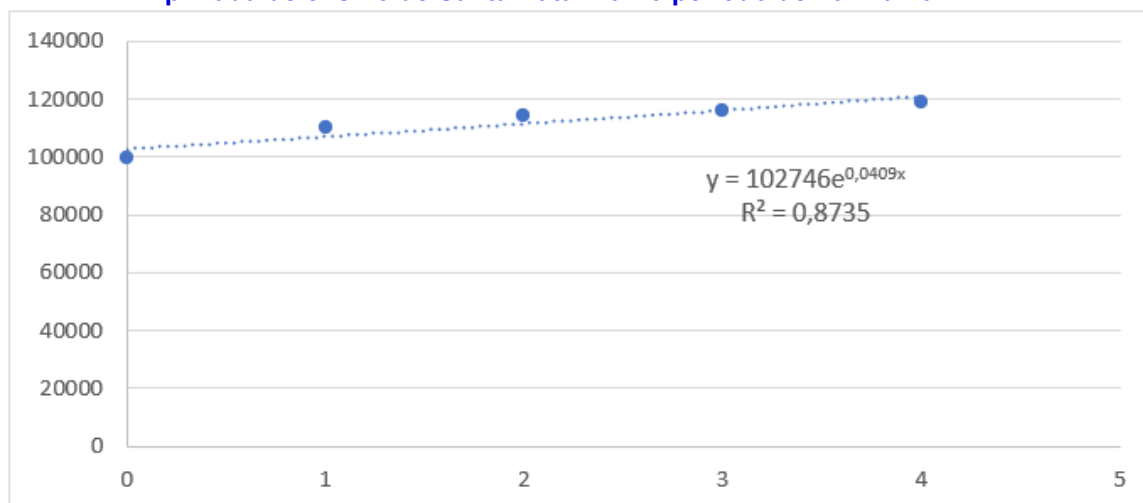


Fonte: Tabela 1 e elaboração própria

Construção de cenários para as matrículas do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina – técnica da regressão exponencial.

O Gráfico 4 revela a dispersão dos quantitativos de matrícula no período em análise, assim como expõe a equação de ajuste exponencial para a respectiva série histórica.

Gráfico 4¹ – Dispersão da evolução das matrículas totais do ensino fundamental da rede privada de ensino de Santa Catarina no período de 2017 a 2021.



Fonte: Tabela 1 e elaboração própria

O ajuste exponencial dos dados provenientes da série histórica do total de matrículas nesta etapa do ensino apresenta coeficiente de determinação de 87,35%, o que indica uma correlação confiável, forte, entre a quantidade de matrículas (variável de interesse) e o tempo (variável de observação), o que possibilita a projeção das matrículas por esta técnica.

A equação de ajuste para a série é dada por:

Fórmula 1

$$M_E = 10.2740e^{0,0409t}$$

Sendo:

M_E = Matrículas Estimadas

t = tempo

A tabela 2 apresenta os quantitativos de matrículas totais no período de 2017 a 2024, estimados pela fórmula acima exposta. Para o período de 2017 a 2021, como já existem valores observados (reais), informa-se o desvio (observado - estimado) em percentual.

Tabela 2 – Matrículas totais e estimadas para o ensino fundamental da rede privada de Santa Catarina no período de 2017 a 2024

Ano	Matrículas observadas	Matrículas estimadas	Desvios (%)
2017	99.628	102.746	3,13%
2018	109.903	107.035	-2,61%
2019	114.102	111.504	-2,28%
2020	115.878	116.159	0,24%
2021	119.021	121.008	1,67%
2022		126.060	
2023		131.323	
2024		136.805	

Fonte: primária

¹ O Valor "0" corresponde ao ano de 2017, o "1" ao ano de 2018 e assim sucessivamente.

Os desvios podem confirmar a força correlacional já apontada pelo coeficiente de determinação para aplicação da técnica da regressão exponencial.

Construção de cenários para as matrículas do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina – técnica da Taxa de crescimento

Esta técnica consiste na determinação da taxa de crescimento exponencial constante na fórmula

Fórmula 2

$$VF=VP(1+i)^n$$

onde Vf = Valor Futuro, VP = Valor presente, i= Taxa e n= período.

No caso em análise tem-se para o período de 2017 a 2021:

$$119.021=99.628(1+i)^4$$

$$i=4,54$$

Tabela 3 – Matrículas totais ensino fundamental rede privada de ensino de Santa Catarina para o período de 2022 a 2024 – técnica da taxa de crescimento

Ano	Matrícula observada	Matrícula estimada	Desvio (%)
2017	99628		
2018	109.903	104.158	-0,052
2019	114.102	108.894	-0,046
2020	115.878	113.845	-0,018
2021	119.021	119.021	0,000
2022		124.433	
2023		130.090	
2024		136.005	

Fonte: Primária

Se nota, portanto, que a continuarem inalteradas as variáveis intervenientes nas matrículas totais desta etapa do ensino, seu quantitativo, pela técnica aplicada, terá o comportamento constante na tabela 3.

Construção de cenários para as matrículas do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina – técnica Média da Regressão e Taxa de crescimento.

Uma possível leitura das condições atuais para o estabelecimento de cenário pode ser a média aritmética entre os cenários acima apresentados, o que se faz.

A fórmula a ser utilizada é a seguinte:

Fórmula 3

$$M_E = \frac{\text{Estimativa Regressão} + \text{Estimativa taxa de crescimento}}{2}$$

A Tabela 4 apresenta a estimativa das matrículas totais do ensino fundamental da rede

privada de ensino de Santa Catarina para o período de 2022 a 2024.

Tabela 4 - Estimativa das matrículas totais do ensino fundamental da rede privada de ensino de Santa Catarina para o período de 2022 a 2024 – técnica da média entre Regressão e Taxa de Crescimento

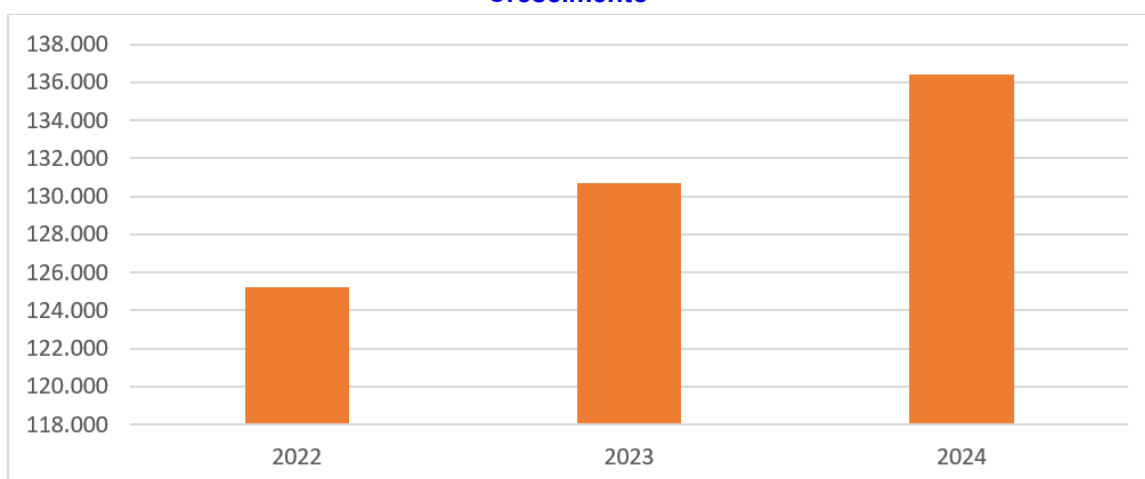
Ano	Matrículas Estimadas
2022	125.246
2023	130.707
2024	136.405

Fonte: primária

É razoável admitir que não havendo alterações nos componentes intervenientes do mercado para esta etapa de ensino e se utilizando da média aritmética entre as estimativas obtidas por duas técnicas distintas, que o total de matrículas terá o comportamento acima descrito.

O gráfico 5 reflete os quantitativos totais obtidos pela técnica supra informada.

Gráfico 5 – Estimativa das matrículas totais do ensino fundamental da rede privada de ensino de Santa Catarina para o período de 2022 a 2024 – técnica da média entre Regressão e Taxa de Crescimento



Fonte: Primária

Passemos agora à análise da evolução de matrículas das séries iniciais do ensino fundamental.

Anos iniciais total

Quantidade total de matrículas nas séries iniciais do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina no período de 2017 a 2021.

A tabela 5 apresenta a evolução das matrículas das séries iniciais do ensino fundamental no período de 2017 a 2021.

Tabela 5 – Evolução das matrículas nas séries iniciais do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina no período de 2017 a 2021

Ano	Séries					Total
	1º	2º	3º	4º	5º	
2017	13.592	12.796	12.846	12.062	11.693	62.989
2018	19.949	13.661	12.847	12.594	11.971	71.022
2019	14.309	14.031	13.395	12.949	12.765	67.449
2020	14.563	14.013	13.478	13.281	12.783	68.118
2021	15.337	14.260	13.271	13.454	13.347	69.669

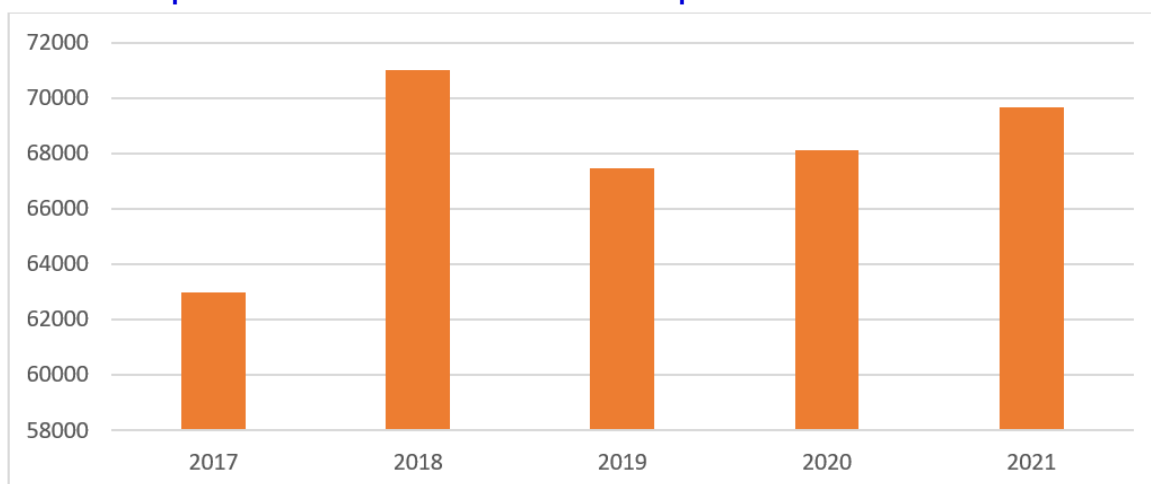
Fonte: Sinopses estatísticas IBGE 2017/2018/2019/2020/2021

Como se nota, houve crescimento no ano de 2018 (12,8%) com relação a 2017, diminuição nos quantitativos em 2019 (-5%) e um retorno de crescimento em 2020 (1%) e 2021 (2,3%).

Identifica-se pela tabela 5 que a variação na quantidade total de matrículas ocorrida em 2018 está relacionada ao aumento das matrículas na 1ª série desta fase do ensino.

O Gráfico 6 apresenta a evolução presente na Tabela 5.

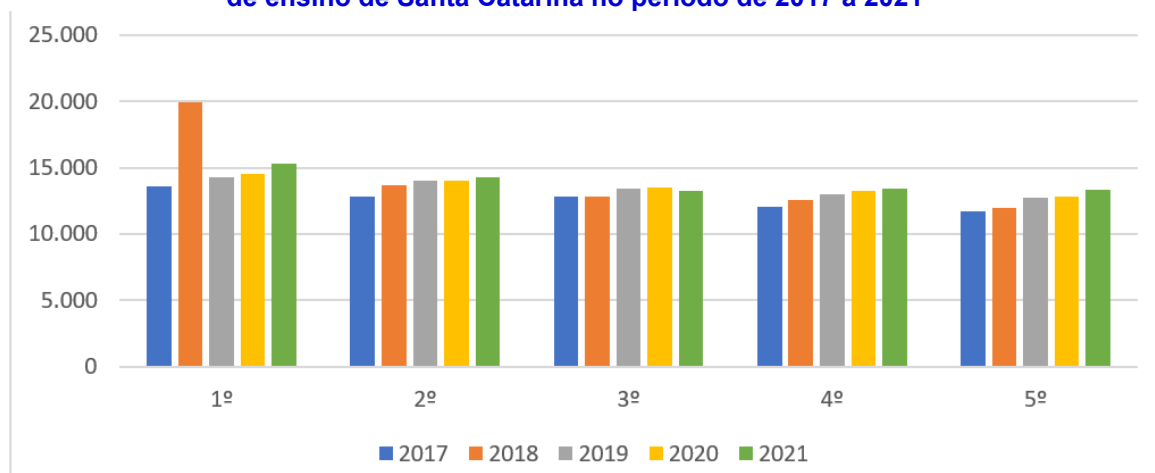
Gráfico 6 - Evolução das matrículas totais das séries iniciais do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina no período de 2017 a 2021



Fonte: Tabela 5

O Gráfico 7 ilustra o comportamento das matrículas nas séries desta fase do ensino.

Gráfico 7 - Evolução das matrículas das séries iniciais do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina no período de 2017 a 2021



Fonte: Tabela 5

As séries históricas apresentadas não apontam, obrigatoriamente, para um impacto nas matrículas de 2021 devido ao estado pandêmico instalado em Santa Catarina a partir do início de 2020.

Pela série apresentada é possível estabelecer cenários para os quais visitaremos as técnicas da Regressão exponencial por se tratar de fenômeno de crescimento populacional e da Taxa de crescimento exponencial.

Na dispersão do total de matrículas dos anos iniciais do ensino fundamental foi constatado o coeficiente de determinação no valor de 28,97%, o que aponta para uma correlação frágil entre os quantitativos totais de matrícula (variável de observação) e o tempo (variável de observação), se mostrando ineficaz, portanto, a aplicação da técnica da Regressão exponencial para a estimação das novas matrículas.

Todavia, as projeções serão feitas com a utilização da técnica da Taxa de crescimento exponencial.

A aplicação da fórmula 2 aos dados de totais de matrículas dos anos iniciais do ensino fundamental revela uma taxa de 2,55% decorrendo as estimativas constantes na tabela 6.

Tabela 6 – Projeção das matrículas totais dos anos iniciais do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica taxa de crescimento exponencial.

Ano	Matrículas estimadas
2022	71.447
2023	73.270
2024	75.140

Fonte: Tabela 5 com manipulação própria

Passa-se, agora, à análise individualizada de cada ano desta fase do ensino.

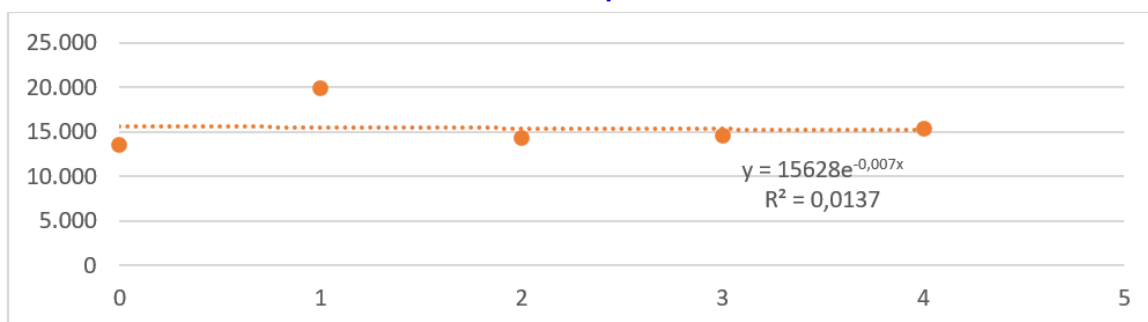
Projeção dos quantitativos de matrículas individualizadas das séries iniciais do ensino fundamental da rede privada de Santa Catarina no período de 2017 a 2021 pela técnica da Regressão Exponencial.

Anos iniciais por séries

Projeção das matrículas da 1ª série – técnica Regressão exponencial

O Gráfico 8 expõe uma correlação frágil com coeficiente de determinação de 1,37% entre a variável de observação (tempo) e a variável de interesse (matrículas), o que inibe projeções do fenômeno “matrículas” por tal técnica.

Gráfico 8² - Dispersão das matrículas da 1ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina no período de 2017 a 2021



Fonte: Tabela 5

Assim, far-se-ão as projeções pela técnica da Taxa de crescimento exponencial.

Projeção das matrículas da 1ª série – técnica Taxa de crescimento exponencial

Aplicando-se a fórmula 2 aos quantitativos de matrícula desta série, obtém-se a taxa de 3,06%, decorrendo as projeções apresentadas na tabela 7.

Tabela 7 – Projeção das matrículas da 1ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica taxa de crescimento exponencial.

Ano	Matrículas estimadas
2022	15.807
2023	16.292
2024	16.791

Fonte: Tabela 5 com manipulação própria

Projeção das matrículas da 2ª série

Regressão Exponencial

O Gráfico 9 expõe uma correlação forte com coeficiente de determinação de 80,14% entre a variável de observação (tempo) e a variável de interesse (matrículas), o que possibilita projeções do fenômeno “matrículas” por tal técnica.

A equação exponencial de ajuste obtida pelo Excel é a seguinte:

Fórmula 4

$$M_E = 13.093e^{0,0242t}$$

Da aplicação da fórmula 4 aos dados da série histórica da 2ª série do ensino fundamental obtém-se as projeções constantes na tabela 8.

² O Valor “0” corresponde ao ano de 2017, o “1” ao ano de 2018 e assim sucessivamente.

Tabela 8 – Projeção das matrículas da 2ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica regressão exponencial.

Ano	Matrículas observadas	Matrículas estimadas	Desvio (%)
2017	12.796	13.093	2,3%
2018	13.661	13.414	-1,8%
2019	14.031	13.742	-2,1%
2020	14.013	14.079	0,5%
2021	14.260	14.424	1,1%
2022		14.777	
2023		15.139	
2024		15.510	

Fonte: Tabela 5 com manipulação própria

Far-se-ão, também, as projeções pela técnica da Taxa de crescimento exponencial.

Projeção das matrículas da 2ª série – técnica Taxa de crescimento exponencial

Aplicando-se a fórmula 2 aos quantitativos de matrícula desta série, obtém-se a taxa de 2,74%, decorrendo as projeções apresentadas na tabela 9.

Tabela 9 – Projeção das matrículas da 2ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica taxa de crescimento exponencial.

Ano	Matrículas estimadas
2022	14.651
2023	15.054
2024	15.467

Fonte: Tabela 5 com manipulação própria

Projeção das matrículas da 2ª série – técnica média aritmética entre as técnicas de Regressão exponencial e da Taxa de crescimento exponencial

Aplicando a fórmula 3 às projeções obtidas nos itens Regressão Exponencial e Projeção das matrículas da 2ª série – técnica Taxa de crescimento exponencial, obtém-se os dados presentes na tabela 10.

Tabela 10 – Projeção das matrículas da 2ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica média entre Regressão exponencial e taxa de crescimento exponencial

Ano	Matrículas estimadas
2022	14.714
2023	15.096
2024	15.488

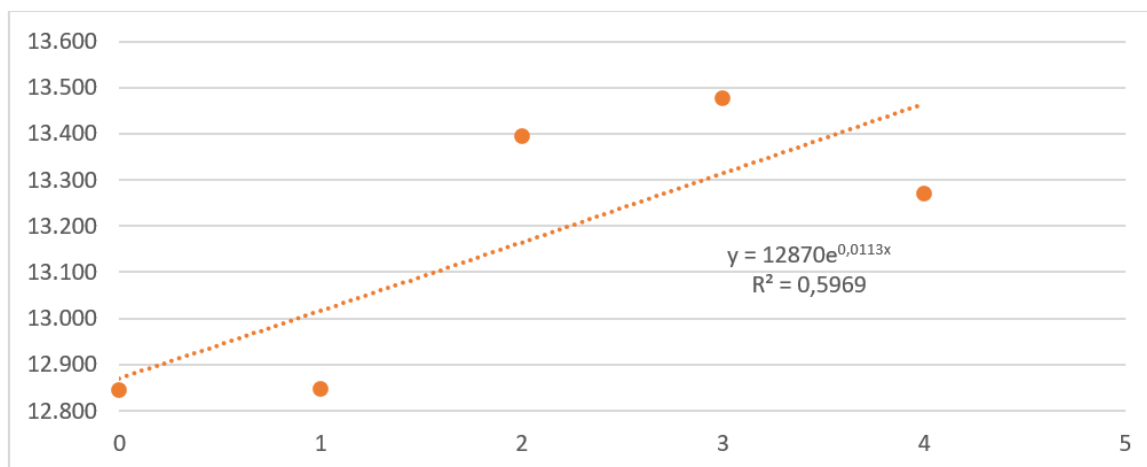
Fonte: Tabela 5 com manipulação própria

Projeção das matrículas da 3ª série

Regressão Exponencial

O Gráfico 9 expõe uma correlação moderada com coeficiente de determinação de 59,69% entre a variável de observação (tempo) e a variável de interesse (matrículas), o que possibilita, com cautela, projeções do fenômeno “matrículas” por tal técnica.

Gráfico 9³ - Dispersão das matrículas da 3ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina no período de 2017 a 2021



Fonte: Tabela 5

A equação exponencial de ajuste obtida pelo Excel é a seguinte:

Fórmula 5

$$M_E = 12.870e^{0,0113t}$$

Da aplicação da fórmula 5 aos dados da série histórica da 3ª série do ensino fundamental obtém-se as projeções constantes na tabela 11.

Tabela 11 – Projeção das matrículas da 3ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica regressão exponencial.

Ano	Matrículas observadas	Matrículas estimadas	Desvio (%)
2017	12.846	12.870	0,19%
2018	12.847	13.016	1,32%
2019	13.395	13.164	-1,72%
2020	13.478	13.314	-1,22%
2021	13.271	13.465	1,46%
2022		13.618	
2023		13.773	
2024		13.929	

Fonte: Tabela 5 com manipulação própria

Taxa de crescimento exponencial

Aplicando-se a fórmula 2 aos quantitativos de matrícula desta série, obtém-se a taxa de 0,8%, decorrendo as projeções apresentadas na tabela 12.

³ O Valor “0” corresponde ao ano de 2017, o “1” ao ano de 2018 e assim sucessivamente.

Tabela 12 – Projeção das matrículas da 3ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica taxa de crescimento exponencial.

Ano	Matrículas estimadas
2022	13.379
2023	13.489
2024	13.599

Fonte: Tabela 5 com manipulação própria

Aplicando a fórmula 3 às projeções obtidas nos itens Regressão Exponencial e Taxa de crescimento exponencial, obtém-se os dados presentes na tabela 13.

Tabela 13 – Projeção das matrículas da 3ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica média entre Regressão exponencial e taxa de crescimento exponencial

Ano	Matrículas estimadas
2022	13.499
2023	13.631
2024	13.764

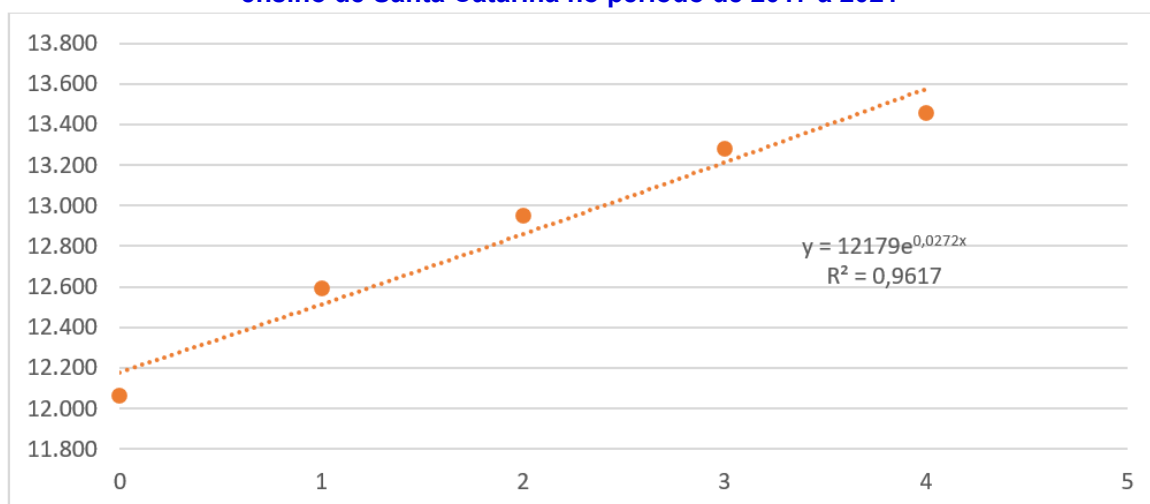
Fonte: Tabela 5 com manipulação própria

Projeção das matrículas da 4ª série

Regressão Exponencial

O Gráfico 10 expõe uma correlação forte com coeficiente de determinação de 96,17% entre a variável de observação (tempo) e a variável de interesse (matrículas), o que possibilita projeções do fenômeno “matrículas” por tal técnica.

Gráfico 10⁴ - Dispersão das matrículas da 4ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina no período de 2017 a 2021



Fonte: Tabela 5

A equação exponencial de ajuste obtida pelo Excel é a seguinte:

⁴ O Valor “0” corresponde ao ano de 2017, o “1” ao ano de 2018 e assim sucessivamente.

Fórmula 6

$$M_E = 12,179e^{0,0272t}$$

Da aplicação da fórmula 6 aos dados da série histórica da 4ª série do ensino fundamental obtém-se as projeções constantes na tabela 14.

Tabela 14 – Projeção das matrículas da 3ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica regressão exponencial.

Ano	Matrículas observadas	Matrículas estimadas	Desvio (%)
2017	12.062	12.179	1,0%
2018	12.594	12.515	-0,6%
2019	12.949	12.860	-0,7%
2020	13.281	13.214	-0,5%
2021	13.454	13.579	0,9%
2022		13.953	
2023		14.338	
2024		14.733	

Fonte: Tabela 5 com manipulação própria

Taxa de crescimento exponencial

Aplicando-se a fórmula 2 aos quantitativos de matrícula desta série, obtém-se a taxa de 2,77%, decorrendo as projeções apresentadas na tabela 15.

Tabela 15 – Projeção das matrículas da 4ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica taxa de crescimento exponencial.

Ano	Matrículas estimadas
2022	13.826
2023	14.209
2024	14.602

Fonte: Tabela 5 com manipulação própria

Aplicando a fórmula 3 às projeções obtidas nos itens Regressão Exponencial e Taxa de crescimento exponencial, obtém-se os dados presentes na tabela 16.

Tabela 16 – Projeção das matrículas da 4ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica média entre Regressão exponencial e taxa de crescimento exponencial

Ano	Matrículas estimadas
2022	13.890
2023	14.274
2024	14.668

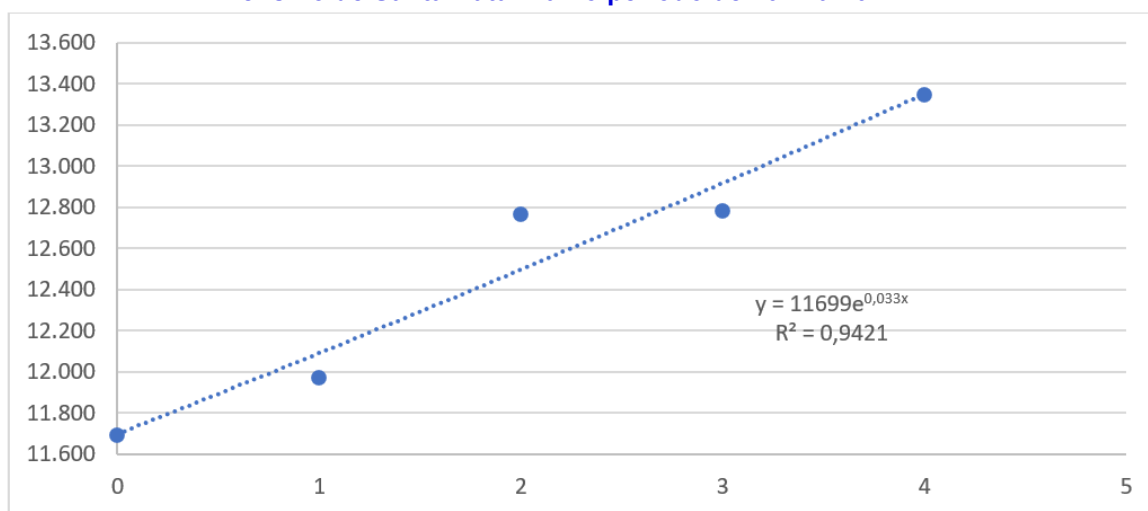
Fonte: Tabela 5 com manipulação própria

Projeção das matrículas da 5ª série

Regressão Exponencial

O Gráfico 11 expõe uma correlação forte com coeficiente de determinação de 94,21% entre a variável de observação (tempo) e a variável de interesse (matrículas), o que possibilita projeções do fenômeno “matrículas” por tal técnica.

Gráfico 11⁵ - Dispersão das matrículas da 5ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina no período de 2017 a 2021



Fonte: Tabela 5

A equação exponencial de ajuste obtida pelo Excel é a seguinte:

Fórmula 7

$$M_E = 11.699e^{0,033t}$$

Da aplicação da fórmula 7 aos dados da série histórica da 5ª série do ensino fundamental obtém-se as projeções constantes na tabela 17.

Tabela 17 – Projeção das matrículas da 5ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica regressão exponencial.

Ano	Matrículas observadas	Matrículas estimadas	Desvio (%)
2017	11.693	11.699	0,05%
2018	11.971	12.092	1,01%
2019	12.765	12.497	-2,10%
2020	12.783	12.916	1,04%
2021	13.347	13.350	0,02%
2022		13.798	
2023		14.261	
2024		14.739	

Fonte: Tabela 5 com manipulação própria

Taxa de crescimento exponencial

Aplicando-se a fórmula 2 aos quantitativos de matrícula desta série, obtém-se a taxa de 3,36%, decorrendo as projeções apresentadas na tabela 18.

⁵ O Valor “0” corresponde ao ano de 2017, o “1” ao ano de 2018 e assim sucessivamente.

Tabela 18 – Projeção das matrículas da 5ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica taxa de crescimento exponencial.

Ano	Matrículas estimadas
2022	13.796
2023	14.260
2024	14.739

Fonte: Tabela 5 com manipulação própria

Aplicando a fórmula 3 às projeções obtidas nos itens Regressão Exponencial e Taxa de crescimento exponencial, obtém-se os dados presentes na tabela 19.

Tabela 19 – Projeção das matrículas da 4ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica média entre Regressão exponencial e taxa de crescimento exponencial

Ano	Matrículas estimadas
2022	13.797
2023	14.260
2024	14.739

Fonte: Tabela 5 com manipulação própria

Analisados os anos iniciais do ensino fundamental através dos quantitativos de matrículas observados (reais) e realizadas a projeções destas matrículas para os anos de 2022, 2023 e 2024, realizar-se-á as análises dos anos finais.

Anos finais

Número total de matrículas nos anos finais do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina no período de 2017 a 2021.

A tabela 20 apresenta a evolução das matrículas dos anos finais do ensino fundamental no período de 2017 a 2021.

Tabela 20 – Evolução das matrículas nos anos finais do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina no período de 2017 a 2021

Ano	Séries				Total
	6º	7º	8º	9º	
2017	11.247	11.092	10.821	9.820	42.980
2018	11.993	11.193	11.148	10.547	44.881
2019	12.545	11.900	11.199	10.919	46.563
2020	12.829	12.291	11.692	10.948	47.760
2021	12.624	12.636	12.029	11.613	48.902

Fonte: Sinopses estatísticas IBGE 2017/2018/2019/2020/2021

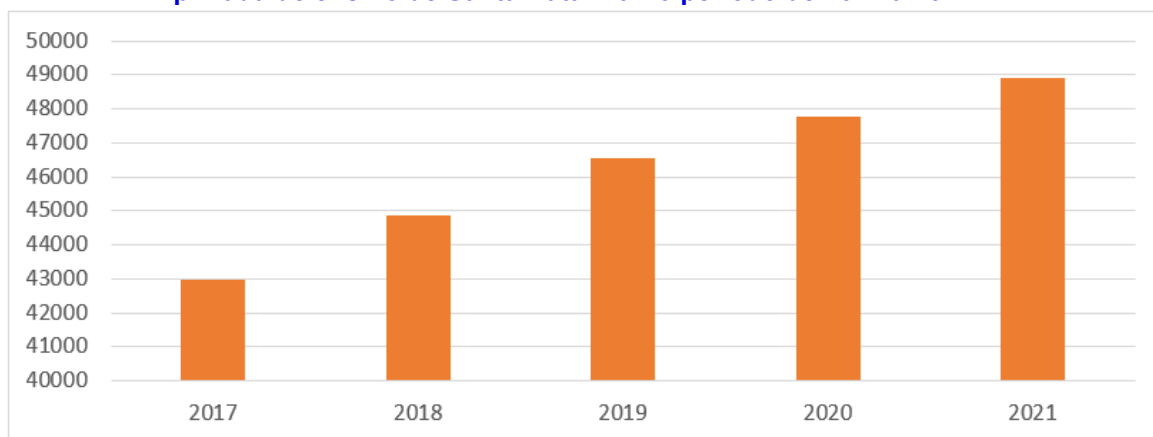
Como se nota, houve crescimento de matrículas nos anos de 2018 (4,42%) com relação a 2017, 2019 (3,74%) em relação a 2018, 2020 (2,57%) em relação a 2019 e 2021 (2,39%) em relação a 2020.

Identifica-se pela tabela 5 que houve crescimento na quantidade total de matrículas no período observado, com taxa de crescimento em decréscimo.

No ano de 2019 o aumento de matrículas foi menor em 15,27% em relação a 2018, em 2020 foi menor 31,41% em relação a 2019 e em 2021 o crescimento das matrículas foi menor 6,99% em relação a 2020.

O Gráfico 12 apresenta a evolução presente na Tabela 20.

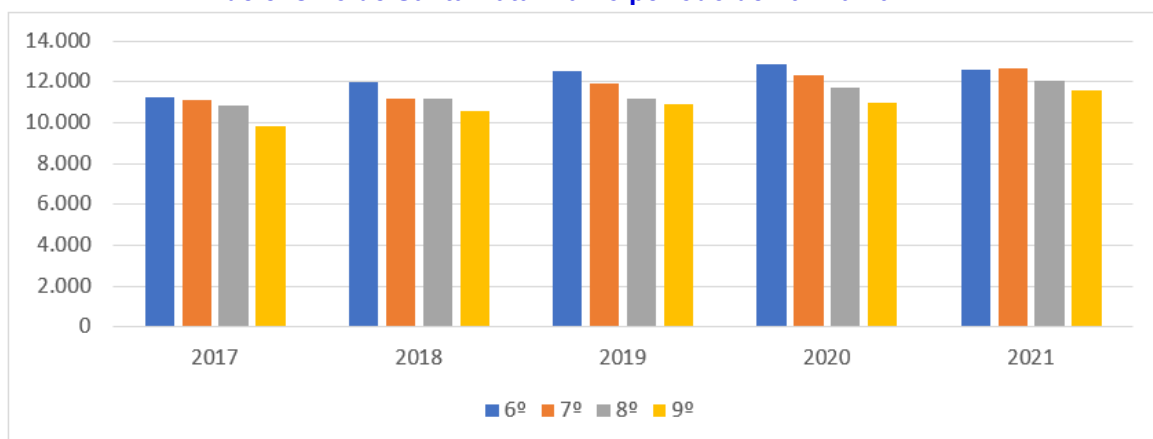
Gráfico 12 - Evolução das matrículas totais dos anos finais do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina no período de 2017 a 2021



Fonte: Tabela 20

O Gráfico 13 ilustra o comportamento das matrículas nas séries desta fase do ensino.

Gráfico 13 - Evolução das matrículas dos anos finais do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina no período de 2017 a 2021



Fonte: Tabela 20

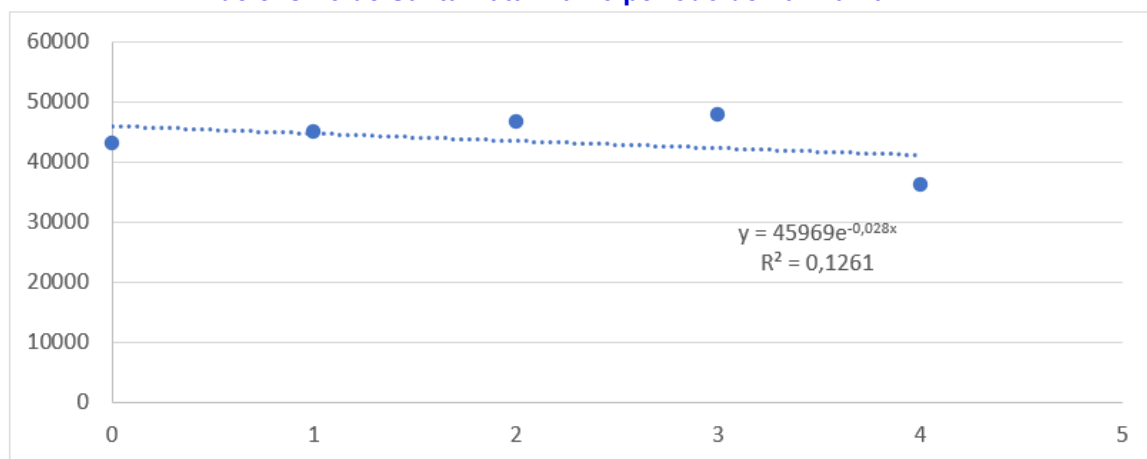
As séries históricas apresentadas não apontam, obrigatoriamente, para um impacto nas matrículas de 2021 devido exclusivamente ao estado pandêmico instalado em Santa Catarina a partir do início de 2020, pois a diminuição dos percentuais de aumento das matrículas é observada desde 2018.

Pela série apresentada é possível estabelecer cenários para os quais visita-se as técnicas da Regressão exponencial por se tratar de fenômeno de crescimento populacional e da Taxa de crescimento exponencial.

Projeção das matrículas – Técnica Regressão exponencial

O Gráfico 14 apresenta a dispersão dos quantitativos totais de matrícula nesta fase do ensino.

Gráfico 14⁶ - Dispersão das matrículas dos anos finais do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina no período de 2017 a 2021



Fonte: Tabela 20

O coeficiente de determinação no valor de 12,61% aponta para uma correlação frágil entre os quantitativos totais de matrícula (variável de interesse) e o tempo (variável de observação), fato revelador da pouca confiabilidade de estimativas pela técnica da regressão exponencial.

Projeção das matrículas – técnica Taxa de crescimento exponencial

Aplicando-se a fórmula 2 aos dados de matrículas totais da tabela 20, obtém-se a taxa de 3,28% do que resultam as estimativas constantes na tabela 21.

Tabela 21 – Projeção das matrículas totais dos anos finais do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica taxa de crescimento exponencial.

Ano	Matrículas estimadas
2022	50.506
2023	52.162
2024	53.873

Fonte: Tabela 20 com manipulação própria

Assim, mantendo-se constantes as variáveis intervenientes nas matrículas totais dos anos finais do ensino fundamental da rede privada de Santa Catarina presentes no período analisado, as estimativas de matrículas se apresentam na tabela 21.

Analisados os anos iniciais do ensino fundamental através dos quantitativos de matrículas observados (reais) e realizadas a projeções destas matrículas para os anos de 2022, 2023 e 2024, realizar-se-á as análises dos anos finais.

Anos finais por séries

Projeção das matrículas da 6^a série

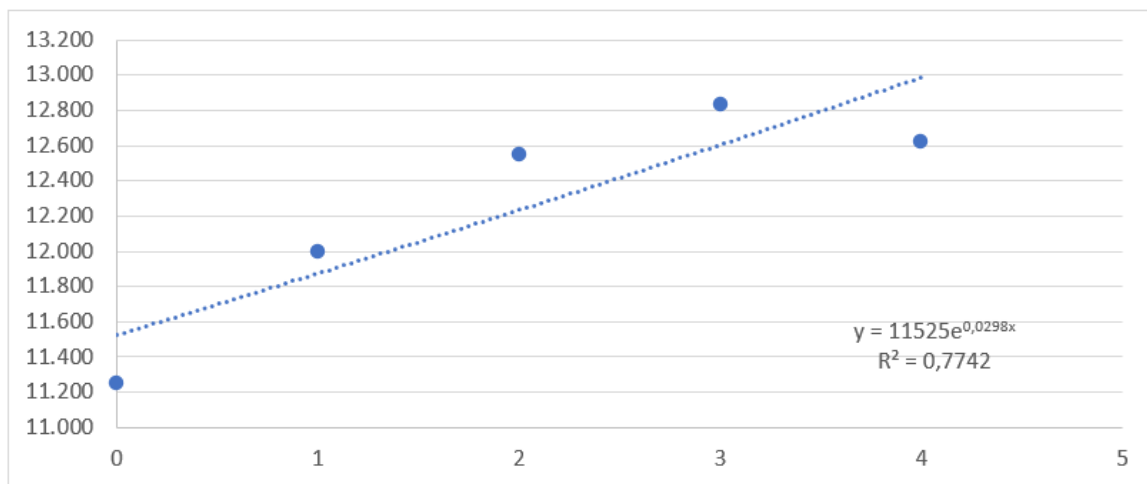
Regressão Exponencial

O Gráfico 15 expõe uma correlação moderada forte com coeficiente de determinação

⁶ O Valor "0" corresponde ao ano de 2017, o "1" ao ano de 2018 e assim sucessivamente

de 77,42% entre a variável de observação (tempo) e a variável de interesse (matrículas), o que possibilita projeções do fenômeno “matrículas” por tal técnica.

Gráfico 15⁷ - Dispersão das matrículas da 4ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina no período de 2017 a 2021



Fonte: Tabela 20

A equação exponencial de ajuste obtida pelo Excel é a seguinte:

Fórmula 7

$$M_E = 11.525e^{0,0298t}$$

Da aplicação da fórmula 7 aos dados da série histórica da 6ª série do ensino fundamental obtém-se as projeções constantes na tabela 22.

Tabela 22 – Projeção das matrículas da 6ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica regressão exponencial.

Ano	Matrículas observadas	Matrículas estimadas	Desvio (%)
2017	11.247	11.525	2,5%
2018	11.993	11.874	-1,0%
2019	12.545	12.233	-2,5%
2020	12.829	12.603	-1,8%
2021	12.624	12.984	2,9%
2022		13.377	
2023		13.781	
2024		14.198	

Fonte: Tabela 20 com manipulação própria

Taxa de crescimento exponencial

Aplicando-se a fórmula 2 aos quantitativos de matrícula desta série, obtém-se a taxa de 2,93%, decorrendo as projeções apresentadas na tabela 23.

⁷ O Valor “0” corresponde ao ano de 2017, o “1” ao ano de 2018 e assim sucessivamente.

Tabela 23 – Projeção das matrículas da 6ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica taxa de crescimento exponencial.

Ano	Matrículas estimadas
2022	12.994
2023	13.374
2024	13.766

Fonte: Tabela 20 com manipulação própria

Média entre as Técnicas de Regressão exponencial e da Taxa de crescimento exponencial

Aplicando a fórmula 3 às projeções obtidas nos itens Regressão Exponencial e Taxa de crescimento exponencial, obtém-se os dados presentes na tabela 24.

Tabela 24 – Projeção das matrículas da 6ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica média entre Regressão exponencial e taxa de crescimento exponencial

Ano	Matrículas estimadas
2022	13.185
2023	13.578
2024	13.982

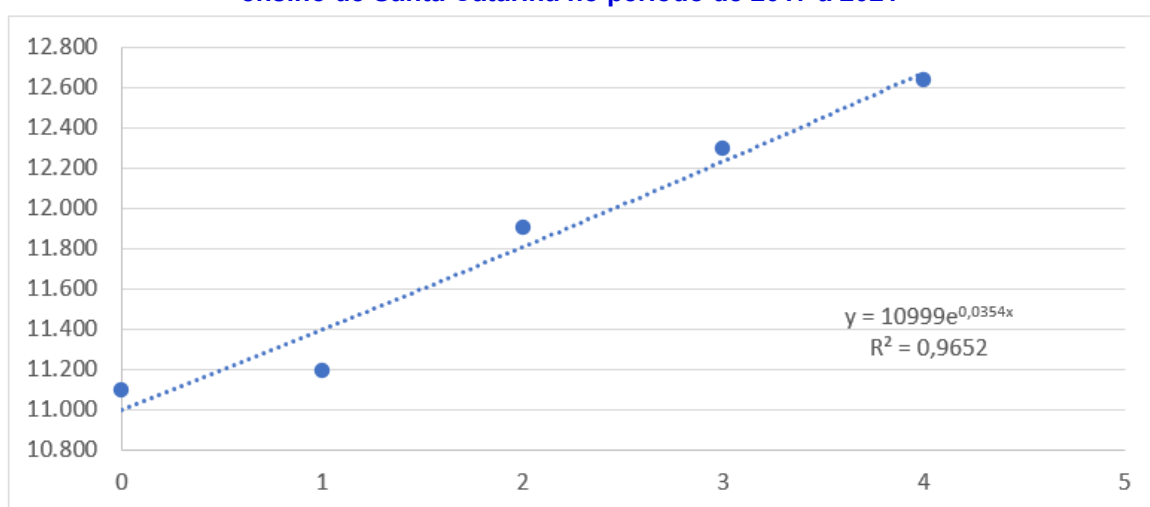
Fonte: Tabela 20 com manipulação própria

Projeção das matrículas da 7ª série

Regressão Exponencial

O Gráfico 16 expõe uma correlação forte com coeficiente de determinação de 96,52% entre a variável de observação (tempo) e a variável de interesse (matrículas), o que possibilita projeções do fenômeno “matrículas” por tal técnica.

Gráfico 16⁸ - Dispersão das matrículas da 7ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina no período de 2017 a 2021



Fonte: Tabela 20

A equação exponencial de ajuste obtida pelo Excel é a seguinte:

⁸ O Valor “0” corresponde ao ano de 2017, o “1” ao ano de 2018 e assim sucessivamente.

Fórmula 8

$$M_E = 10.999e^{0,0354t}$$

Da aplicação da fórmula 8 aos dados da série histórica da 6ª série do ensino fundamental obtém-se as projeções constantes na tabela 25.

Tabela 25 – Projeção das matrículas da 7ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica regressão exponencial.

Ano	Matrículas observadas	Matrículas estimadas	Desvio (%)
2017	11.092	10.999	-0,8%
2018	11.193	11.395	1,8%
2019	11.900	11.806	-0,8%
2020	12.291	12.231	-0,5%
2021	12.636	12.672	0,3%
2022		13.129	
2023		13.602	
2024		14.092	

Fonte: Tabela 20 com manipulação própria

Taxa de crescimento exponencial

Aplicando-se a fórmula 2 aos quantitativos de matrícula desta série, obtém-se a taxa de 3,31%, decorrendo as projeções apresentadas na tabela 26.

Tabela 26 – Projeção das matrículas da 7ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica taxa de crescimento exponencial.

Ano	Matrículas estimadas
2022	13.054
2023	13.487
2024	13.933

Fonte: Tabela 20 com manipulação própria

Aplicando a fórmula 3 às projeções obtidas nos itens 2.9.1 e 2.9.2 obtém-se os dados presentes na tabela 27.

Tabela 27 – Projeção das matrículas da 7ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica média entre Regressão exponencial e taxa de crescimento exponencial

Ano	Matrículas estimadas
2022	13.092
2023	13.544
2024	14.013

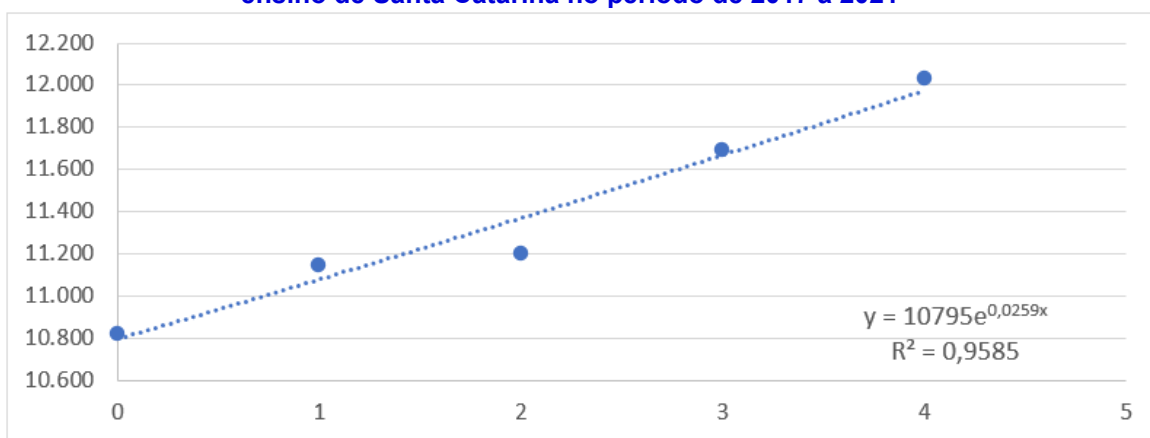
Fonte: Tabela 20 com manipulação própria

Projeção das matrículas da 8ª série

Regressão Exponencial

O Gráfico 17 expõe uma correlação forte com coeficiente de determinação de 96,52% entre a variável de observação (tempo) e a variável de interesse (matrículas), o que possibilita projeções do fenômeno “matrículas” por tal técnica.

Gráfico 17⁹ - Dispersão das matrículas da 8ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina no período de 2017 a 2021



Fonte: Tabela 20

A equação exponencial de ajuste obtida pelo Excel é a seguinte:

Fórmula 9

$$M_E = 10.999e^{0,0354t}$$

Da aplicação da fórmula 9 aos dados da série histórica da 8ª série do ensino fundamental obtém-se as projeções constantes na tabela 28.

Tabela 28 – Projeção das matrículas da 8ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica regressão exponencial.

Ano	Matrículas observadas	Matrículas estimadas	Desvio (%)
2017	10.821	10.795	-0,24%
2018	11.148	11.078	-0,63%
2019	11.199	11.369	1,52%
2020	11.692	11.667	-0,21%
2021	12.029	11.973	-0,46%
2022		12.288	
2023		12.610	
2024		12.941	

Fonte: Tabela 20 com manipulação própria

Taxa de crescimento exponencial

Aplicando-se a fórmula 2 aos quantitativos de matrícula desta série, obtém-se a taxa de 2,68%, decorrendo as projeções apresentadas na tabela 29.

⁹ O Valor “0” corresponde ao ano de 2017, o “1” ao ano de 2018 e assim sucessivamente.

Tabela 29 – Projeção das matrículas da 8ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica taxa de crescimento exponencial.

Ano	Matrículas estimadas
2022	12.352
2023	12.683
2024	13.023

Fonte: Tabela 20 com manipulação própria

Média entre Regressão exponencial e Taxa crescimento exponencial

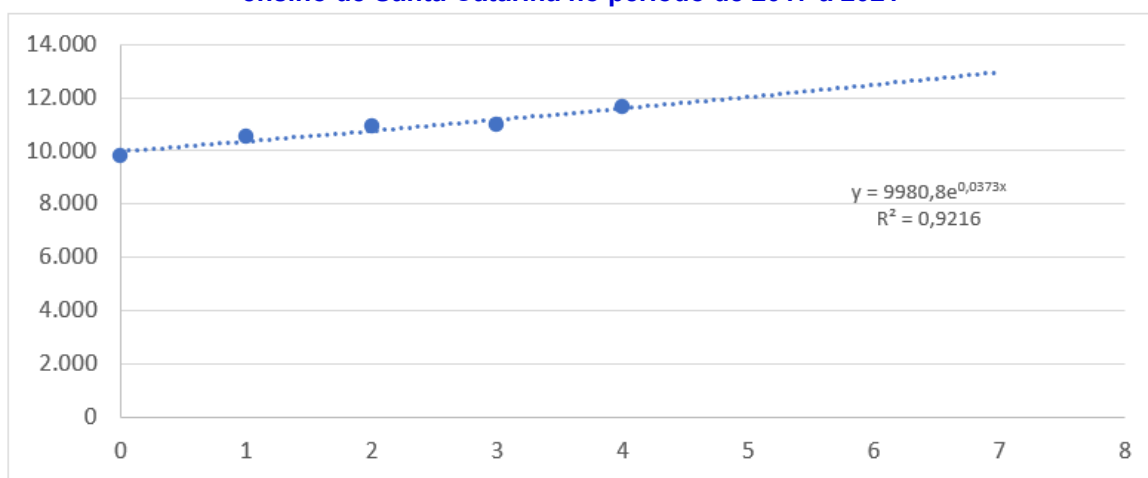
Aplicando a fórmula 3 às projeções obtidas nos itens Regressão Exponencial e Taxa de crescimento exponencial, obtém-se os dados presentes na tabela 30.

Projeção das matrículas da 9ª série

Regressão Exponencial

O Gráfico 18 expõe uma correlação forte com coeficiente de determinação de 92,16% entre a variável de observação (tempo) e a variável de interesse (matrículas), o que possibilita projeções do fenômeno “matrículas” por tal técnica.

Gráfico 18¹⁰ - Dispersão das matrículas da 9ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina no período de 2017 a 2021



Fonte: Tabela 20

A equação exponencial de ajuste obtida pelo Excel é a seguinte:

Fórmula 10

$$M_E = 9.980e^{0,0373t}$$

Da aplicação da fórmula 10 aos dados da série histórica da 9ª série do ensino fundamental obtém-se as projeções constantes na tabela 30.

¹⁰ O Valor “0” corresponde ao ano de 2017, o “1” ao ano de 2018 e assim sucessivamente.

Tabela 30 – Projeção das matrículas da 9ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica regressão exponencial.

Ano	Matrículas observadas	Matrículas estimadas	Desvio (%)
2017	9.820	9.981	1,6%
2018	10.547	10.360	-1,8%
2019	10.919	10.754	-1,5%
2020	10.948	11.163	2,0%
2021	11.613	11.587	-0,2%
2022		12.027	
2023		12.484	
2024		12.959	

Fonte: Tabela 20 com manipulação própria

Taxa de crescimento exponencial

Aplicando-se a fórmula 2 aos quantitativos de matrícula desta série, obtém-se a taxa de 4,28%, decorrendo as projeções apresentadas na tabela 31.

Tabela 31 – Projeção das matrículas da 9ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica taxa de crescimento exponencial.

Ano	Matrículas estimadas
2022	12.110
2023	12.629
2024	13.169

Fonte: Tabela 20 com manipulação própria

Média entre Regressão exponencial e Taxa crescimento exponencial

Aplicando a fórmula 3 às projeções obtidas nos itens Regressão Exponencial e Taxa de crescimento exponencial, obtém-se os dados presentes na tabela 32.

Tabela 30 – Projeção das matrículas da 9ª série do ensino fundamental na rede privada de ensino de Santa Catarina para período de 2022 a 2024 técnica média entre Regressão exponencial e taxa de crescimento exponencial

Ano	Matrículas estimadas
2022	12.069
2023	12.556
2024	13.064

Fonte: Tabela 20 com manipulação própria

Então, mantendo-se constantes as variáveis intervenientes nas matrículas por série dos anos finais do ensino fundamental da rede privada de Santa Catarina, presentes no período analisado, as estimativas de matrículas para estas séries se apresentam conforme apresentado nos itens (Anos finais por séries; Projeção das matrículas da 7ª série; Projeção das matrículas da 8ª série e Projeção das matrículas da 9ª série.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, considerando todas as variáveis intervenientes no mercado do ensino fundamental mantendo-se inalteradas ou com mínimas alterações ter-se-á os quantitativos de matrículas em intervalo que contempla as projeções presentes neste estudo.

Não ficou evidente neste estudo, obrigatoriamente, a redução do crescimento do número de matrículas em função do estado pandêmico iniciado em 2020, haja vista a constatação desta diminuição já ser observada em anos anteriores.

A evolução das séries dos quantitativos de matrículas devem ser acompanhadas e atualizadas no estudo para o aprimoramento dos ajustes e, por consequência, maior precisão das estimativas.

REFERÊNCIAS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse Estatísticas de Educação 2017. www.ibge.gov.br.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse Estatísticas de Educação 2018. www.ibge.gov.br.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse Estatísticas de Educação 2019. www.ibge.gov.br.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse Estatísticas de Educação 2020. www.ibge.gov.br.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse Estatísticas de Educação 2021. www.ibge.gov.br.

O cenário dos criptoativos no Brasil e as perspectivas de regulamentação

Diego Brito de Souza

DOI: 10.47573/aya.5379.2.71.5

RESUMO

Introdução: Com o desenvolvimento cada vez mais amplo dos criptoativos no Brasil e no mundo, a necessidade de uma regulamentação que venha a compreender a boa aplicação desses ativos no consumo e na economia parece fundamental. Nesse contexto, projetos de lei, como os Projetos de Lei Número 2.303, de 2015, Número 2.060, de 2019 e o Número 3.825, também de 2019 já buscaram compreender formas regular os criptoativos no Brasil, embora ainda precisem de melhorias. **Objetivo:** Com isso, o presente estudo visa compreender melhor essa problemática, desde os conceitos dos criptoativos, até aos motivos da complexidade de sua regulamentação, e o contexto mundial quanto ao tema. **Metodologia:** Para atender aos objetivos de compreensão da problemática propostos pelo trabalho, foi realizada uma revisão de literatura, com uma abordagem quali-quantitativa, a fim de identificar os materiais pertinentes para a compreensão do tema. **Conclusão:** Através da reunião de materiais realizada foi possível compreender as diferentes formas de se caracterizar os criptoativos de acordo com sua funcionalidade, e também se observou uma necessidade de maior compreensão técnica no desenvolvimento de projetos de lei, o que poderia facilitar a regulamentação dos criptoativos no Brasil, como pareceu facilitar em países com legislações mais favoráveis aos criptoativos.

Palavras-chave: criptoativos. regulamentação. tecnologia. economia.

ABSTRACT

Introduction: With the increasingly broad development of crypto-assets in Brazil and in the world, the need for a regulation that will understand the good application of these assets in consumption and in the economy seems fundamental. In this context, bills, such as Bills Number 2,303, from 2015, Number 2,060, from 2019 and Number 3,825, also from 2019, have already sought to understand ways to regulate cryptoassets in Brazil, although they still need improvement. **Objective:** With this, the present study aims to better understand this problem, from the concepts of crypto-assets, to the reasons for the complexity of its regulation, and the global context on the subject. **Methodology:** To meet the objectives of understanding the problem proposed by the work, a literature review was carried out, with a qualitative and quantitative approach, in order to identify the relevant materials for understanding the topic. **Conclusion:** Through the gathering of materials, it was possible to understand the different ways of characterizing cryptoassets according to their functionality, and there was also a need for greater technical understanding in the development of bills, which could facilitate the regulation of cryptoassets. in Brazil, as it seemed to facilitate in countries with legislation more favorable to crypto-assets.

Keywords: cryptoassets. regulation. technology. economy.

INTRODUÇÃO

Em meio a colapsos econômicos e também proveniente da vontade popular em gerenciar recursos econômicos sem a necessidade de uma instituição reguladora que poderia agir contra os interesses dos detentores desses recursos, surgiu o Bitcoin, o primeiro criptoativo que iniciaria uma revolução no contexto de como os ativos digitais passariam a ser vistos no mundo (TEMIN, 2010; NAKAMOTO, 2008).

Após seu surgimento, e popularização, diversas foram as tentativas de encontrar conceitos específicos que pudessem englobar as funcionalidades e que pudessem servir como uma descrição essencial sobre o que são os criptoativos, ainda que estes tenham funcionalidades e características tão distintas (GONÇALVES, 2019). Nesse contexto, as características que mais se aproximam de um denominador comum, que forma as da FINMA (2018) passaram a ser utilizadas em diversos ambientes como forma de caracterizar e conceituar os criptoativos.

Enquanto isso, a tecnologia de Blockchain prosperava, com características de segurança e funcionalidades que chamaram a atenção de instituições ao redor do mundo para as inúmeras aplicações de uma ferramenta tão segura baseada em criptografia (HOUBEN; SNYERS, 2018; AEPLI; COHEN, 2017). Além disso, aplicações econômicas também passaram a ser cada vez mais utilizadas, seja como forma de investimento através da negociação de moedas em si, ou mesmo através dos smart contracts que passaram a ser uma forma de serviço com auto grau de confiabilidade e eficiência (FUTURETHINKERS, 2017; ETHEREUM, 2015).

Em meio a toda essa revolução, é natural o pensamento em regulamentação desses criptoativos, o que, no Brasil, se tornou uma questão de certa complexidade, com dificuldades em encontrar formas eficientes em regulamentar o uso e transações desses ativos sem impedir inteiramente essa utilização (GONÇALVES, 2019). Ainda assim, mesmo com a sombra da ideia de que os criptoativos seriam utilizados apenas na prática de atividades ilícitas, potenciais legislações como o Projeto de Lei Número 2.060, e o Projeto de Lei Número 3.825, ambos de 2019, parecem dar os primeiros passos para uma regulamentação que, ainda que não compreenda idealmente o conceito e o contexto dos criptoativos no mundo, já parece muito melhor do que a proibição extrema desses recursos no país (BRASIL, 2019a; BRASIL, 2019b).

Tal questão relacionada com a legislação parece ser complexa não apenas no Brasil, como em diversas outras nações, sendo, atualmente, possível observar um cenário de diversidade entre países que aceitam os criptoativos, e países que banem completamente a utilização ou aplicação destes na economia.

Neste sentido, trabalhos como o presente proposto parecem favorecer o debate e tentar contribuir com a reunião de informações, seja conceituando os criptoativos através dos conceitos mais utilizados ao redor do mundo, diferenciando criptomonedas de tokens e de criptoativos, buscando as terminologias mais adequadas para cada conceito, e também fazendo considerações sobre os projetos de lei que já foram propostos no Brasil em relação a essa regulamentação.

Para tanto, o trabalho, tem como objetivo geral de compreender o cenário atual brasileiro no que diz respeito às regulamentações sobre criptoativos, e como objetivos específicos a reunião de conceitos sobre os criptoativos, a observação das principais aplicações relacionadas com as tecnologias de criptoativos, e também a compreensão das legislações propostas no Brasil e em alguns países do mundo.

Desta forma, o trabalho se trata de uma revisão de literatura, que reúne materiais bibliográficos a fim de compreender melhor a problemática investigada. Para tanto, foram reunidos 34 materiais nas bases de dados Google Acadêmico, e em portais de notícias oficiais relacionados com criptoativos e exchanges. Como critério de inclusão foram priorizados materiais que se encontravam disponíveis em integralidade, e também materiais que tivessem um alinhamento relacionado diretamente com os objetivos propostos. Como critério de exclusão foram removidos

da pesquisa materiais disponibilizados exclusivamente para assinantes de serviços.

REFERENCIAL TEÓRICO

Surgimento e desenvolvimento dos conceitos de criptoativos

Em 2008, durante um dos maiores colapsos na economia mundial, proveniente principalmente de uma crise financeira causada pelo estouro de uma bolha econômica do mercado imobiliário que terminou forçando o banco Lehman Brothers a abrir falência, um artigo foi divulgado, assinado por alguém chamado Satoshi Nakamoto, com uma ideia que causaria uma grande revolução no que se refere à tecnologia econômica. Naquele clima de desconfiança em bancos e governos, surgia a proposta de um sistema de economia baseada principalmente entre os usuários, e principalmente um sistema inerentemente seguro (TEMIN, 2010; NAKAMOTO, 2008).

Um ano após ser publicado, o Bitcoin, a primeira versão de criptoativo, nessa época conhecido apenas como criptomoeda, finalmente foi implementado. Seu desenvolvedor, Satoshi Nakamoto, se manteve anônimo e deixou de fazer parte do projeto em 2010, o que não interrompeu o desenvolvimento do mesmo, já que era de código aberto, ou seja, poderia ser lido inteiramente e replicado da forma que qualquer desenvolvedor desejasse. Alguns dos principais motivos que levaram à popularidade do sistema de Bitcoin foi a liberdade em não depender de instituições financeiras para regulamentar como indivíduos gastam dinheiro, algo que na época era algo extremamente interessante para o público (NAKAMOTO, 2008; BITCOIN.ORG, 2009b).

A partir do Bitcoin, e do código aberto que permitiu que diversos desenvolvedores pudessem realizar o mesmo que Satoshi Nakamoto realizou, milhares de outros criptoativos surgiram, com uma ampla diversidade de objetivos, funções e projetos, levando o mercado de criptoativos a uma nova etapa no que se referia ao uso desses criptoativos no mundo (COINMARKETCAP, 2019a).

Ainda que o Bitcoin, como o próprio nome já diz, tenha surgido para ser uma moeda, e ainda que o artigo de Nakamoto tenha trazido termos como *electronic coin*, ou "moeda eletrônica", uma série de termos foi cunhado ao longo do tempo para definir as principais diferenças entre criptomoedas, tokens, e criptoativos, o que precisa ser observado com bastante clareza ao se estudar o tema.

O que se denomina criptomoeda muitas vezes é todo tipo de recurso digital com destino econômico que passou a surgir derivados da cultura propagada pelo Bitcoin. Uma confusão idiomática comum ocorre ao se traduzir o termo, porque, em português, o termo "moeda" se usa tanto para o objeto metálico circular genérico, quanto para o conceito de dinheiro de um país, sendo que em inglês, ambos os termos "cryptocurrency" e "cryptocoin", que seriam igualmente traduzidos para criptomoeda, possuem significados totalmente diferentes. Em linhas gerais, "cryptocurrency" lida com a moeda no sentido conceitual, como a moeda nacional do Brasil, que é o Real, enquanto "cryptocoin" lida com uma moeda no sentido mais genérico, envolvendo uma moeda no sentido único daquele item, mesmo que eletrônico (GONÇALVES, 2019).

Diferente da criptomoeda, o Token pode ser traduzido como uma "ficha", e tem alguns conceitos, uma vez que ainda não se tem um conceito central definido para o Token. Na busca

por algum tipo de denominador comum entre as definições de Token, a FINMA (2018), ou (Financial Market Supervisory Authority), considera que os Tokens podem ser divididos em três principais denominações (Quadro 01), sendo o Token de Pagamento, o Token de Utilidade e o Token de Ativo (FINMA, 2018):

Quadro 01 - Tipos de tokens e suas características.

TIPO DE TOKEN	CARACTERÍSTICA
TOKEN DE PAGAMENTO	Os Tokens de Pagamento são sinônimos de criptomoedas e não possuem outras funções ou relações com outros projetos de desenvolvimento. Os tokens podem, em alguns casos, apenas desenvolver a funcionalidade necessária e ser aceitos como meio de pagamento durante um período de tempo.
TOKEN DE UTILIDADE	Os Tokens de Utilidade são destinados a prover acesso digital a uma aplicação ou serviço não financeiro.
TOKEN DE ATIVO	Os Tokens de Ativos representam ativos como participações em subjacentes físicos reais, empresas ou fluxos de ganhos, ou um direito a dividendos ou pagamentos de juros. Em termos de sua função econômica, os Tokens são análogos a ações, títulos ou derivativos.

Fonte: (FINMA, 2018, p. 1)

Nesse contexto, surge o conceito de criptoativos, um termo que engloba tanto as Criptomoedas, quanto os Tokens de Pagamento, de Utilidade e os Tokens de Ativo, o que, de acordo com Burniske e Tatar (2017), representa um conceito abrangente e bastante completo, mas que ainda é pouco utilizado, uma vez que popularmente se fala muito mais em Criptomoeda para se referir a todos esses ativos, ao invés do termo ideal, sendo que a Criptomoeda apresenta apenas um fragmento de toda a tecnologia e inovação envolvida com os criptoativos.

Gonçalves (2009) aponta que, ainda que a compreensão da funcionalidade dos diferentes tipos de Tokens e das Criptomoedas gere uma sensação de que são recursos e conceitos conhecidos pelo público em geral, essa sensação ainda parece não corresponder com a realidade. Por mais que seja extremamente comum a utilização de pagamentos por meios eletrônicos, ou também as negociações e gerenciamento de ativos financeiros através da internet, algo que todos esses meios de gerenciamento têm em comum é a presença de algum ator intermediário, geralmente uma instituição financeira, que atua na validação das transações, sendo que no caso dos criptoativos esse intermediário é eliminado pela tecnologia Blockchain.

De maneira geral, Houben e Snyers (2018) define o sistema Blockchain como uma espécie de banco de dados, que registra as transações realizadas com os Criptoativos agrupando as mesmas em blocos, que uma vez formados são criptografados e registrados de acordo com a data e a hora em que a transação foi realizada, de modo que todas as transações possuem um registro confiável e impossível de ser corrompido, uma vez que não há uma instituição com poder sobre esses dados, e uma vez que a criptografia garante uma camada impenetrável de segurança aos blocos.

Aepi e Cohen (2017) comentam que esse banco de dados altamente seguro funciona espalhada através de diversos voluntários que são representados por poder computacional, de modo que cada um dos voluntários possui uma cópia do banco de dados Blockchain, e, dessa forma, o sistema pode comparar as cópias e garantir que cada um tem a mesma versão do banco de dados.

Grande parte das informações econômicas e sociais são digitalizadas atualmente, o que requer mais segurança para evitar o vazamento e utilização ilegal de tais dados. A tecnologia Blockchain veio para coibir a difusão dessas informações, possibilitando que os participantes do mercado avaliem as condições da transação e firmem contratos sem expor os dados velados a terceiros, o que permite que as partes confirmem a veracidade das informações, sem acesso a registros anteriores (FERNANDES, 2018 *apud* CHAGAS, 2019, p.1).

Além disso, os voluntários, que podem ser qualquer indivíduo em qualquer lugar do planeta com um computador com poder computacional razoavelmente avançado, e uma conexão com internet, também agem como "mineradores", como são chamados os voluntários que destinam poder computacional para contribuir com o processamento e com a segurança das transações em troca de uma parcela do criptoativo, representando, desta forma, um sistema seguro, descentralizado, onde indivíduos podem contribuir e serem restituídos através da mineração, que, por sua vez, gera novos ativos disponíveis no mercado (BITCOIN, 2009a).

Ulrich (2014), comenta que o sistema de Blockchain atua em um problema já muito conhecido no que se refere a dinheiro em plataformas digitais, que se trata da possibilidade de gastar o dinheiro mais de uma vez, ou de duplicar o valor, uma vez que o dinheiro eletrônico se trata apenas de um número em uma certa plataforma, que muitas vezes está sujeito a uma série de problemas de segurança de acordo com cada instituição que intermedia o seu uso. Desta forma, a tecnologia Blockchain faz com que cada transação seja conferida milhares de vezes, para que, apenas através da confirmação da sincronia de todos os voluntários que sustentam o banco de dados, qualquer movimentação possa ser efetuada (LIN; LIAO, 2017).

Utilização dos criptoativos, e seus impactos ao redor do mundo

No que se refere à utilização dos criptoativos, especificamente relacionando com o sistema de Blockchain, é possível ver inovações que tendem a surgir em diversas áreas. Alguns exemplos já podem ser observados em processos de transferência de propriedade, em possibilidades para sistemas de votação, validações de documentos, com muito menos burocracia, além de processos de gerenciamento de recursos econômicos que eliminam intermediários, barateando taxas em transações, garantindo um sistema de segurança menos oneroso que termina por se apresentar como uma das melhores alternativas para diversos setores privados. As aplicações dos criptoativos na economia podem ser vistas até mesmo em micro transações provenientes de contratos inteligentes que detectam as condições para o cumprimento do contrato automaticamente, e permitem que serviços sejam pagos enquanto são consumidos através de criptoativos de maneira automatizada, segura e simples (FUTURETHINKERS, 2017).

Nakamoto (2008) também explica um fator importante ao estudar criptoativos, a forma de obtenção dos mesmos. De acordo com o autor, o Bitcoin, por exemplo, é obtido através do processo de mineração, onde os indivíduos que disponibilizam poder computacional para sustentar o sistema de Blockchain ganham uma taxa que cada usuário paga ao transferir recursos, e também ganha novos criptoativos que são gerados pelo próprio sistema Blockchain.

Além disso, muitas vezes ocorre de moedas serem mineradas inicialmente pelos fundadores de algum sistema de criptoativos, para que posteriormente essas moedas possam ser disponibilizadas como ICO's, que são as "initial coin offerings" ou, ofertas de moedas iniciais, sendo assim, os criptoativos, em geral, são obtidos através ou de recompensas pela mineração, ou pelo sistema de ICO's, ou, finalmente, por negociações com outros indivíduos que possuem

o Criptoativo em questão (LAHAJNAR; ROZANEC, 2018).

Do ponto de vista da tecnologia Blockchain, Chagas (2019) aponta que diversos países já estão utilizando o sistema Blockchain, seja na Holanda, através do uso do sistema para gerenciamento de contratos imobiliários, ou mesmo nos Estados Unidos, onde o serviço postal utiliza ferramentas baseadas em Blockchain para monitorar as entregas do serviço postal. O autor continua comentando sobre as aplicações especificamente do sistema Blockchain:

A tecnologia Blockchain está sendo aplicada em diversas áreas financeiras e não financeiras. Atualmente, a aplicação desta tecnologia por instituições financeiras é uma realidade e não representa uma ameaça aos modelos tradicionais e os bancos que ainda não aderiram, estão procurando oportunidades e pesquisando novas aplicações para a Blockchain. No que se refere às aplicações não financeiras desta tecnologia pode-se conceber sua utilização para provar a veracidade de documentos legais, registros de saúde, dentre outros (CHAGAS, 2019, p.1).

Um excelente exemplo de criptoativo utilizado amplamente no desenvolvimento dos supracitados contratos inteligentes, ou "smart contracts", é o Ethereum, uma plataforma realizada através do sistema descentralizado, que é focada em contratos inteligentes que podem funcionar em pequena, ou em larga escala, garantindo que os contratos ocorreram sem intervenções externas, de forma automatizada e estritamente de acordo com o que foi programado para ocorrer, em qualquer lugar do mundo, a qualquer momento de qualquer dia (ETHEREUM, 2015).

Embora muitas vezes termos como "Blockchain", "criptoativos", ou "economia descentralizada" possam parecer complexos ou difíceis de se implementar de maneira prática para os consumidores, a utilização termina sendo muito mais simples do que aparenta. No protocolo mais comum, e mais antigo, do Bitcoin, por exemplo, tudo o que o usuário precisa fazer é utilizar um sistema, seja um aplicativo móvel ou um software para computador, que disponibilize uma carteira digital, nessa carteira o usuário poderá receber, ou enviar, recursos em estado de criptoativos, de modo que a única coisa que ele precisa saber é o destino para onde está enviando os recursos, e o valor de recursos que deseja enviar. Em muitos aspectos é praticamente a mesma ação realizada por bancos eletrônicos, tendo como diferencial apenas a ausência de um intermediário, a segurança, e também as taxas muitas vezes menores do que o que seria utilizando um intermediário (BITCOIN, 2009b).

Gonçalves (2019) conjectura que os impactos que as utilizações de criptoativos na economia podem gerar são significativos do ponto de vista da segurança, e da utilização mais inteligente de recursos. Chagas (2019) complementa com uma visão onde o futuro envolve muito mais recursos transformados em criptoativos do que recursos financeiros gerenciados por grandes e tradicionais organizações, seja pelo potencial inovador e disruptivo das tecnologias em criptoativos, seja pela necessidade constante de garantir segurança, e principalmente praticidade, para gerenciamento de recursos econômicos em um mundo globalizado.

Regulamentação sobre os criptoativos no Brasil e no cenário mundial

Se for considerado que a simples definição do que é um criptoativo passa por diversas questões conceituais e que a terminologia é parte fundamental para a regulamentação de qualquer coisa, é importante considerar, ainda, que além da dificuldade em fixar a terminologia correta para os consumidores, e para o público em geral, também existe a questão de que, por mais que todo o ecossistema de criptoativos tenha tido seu desenvolvimento há pouco mais de

dez anos, este ainda é considerado uma novidade do ponto de vista da legislação e da economia, ainda mais se comparado aos outros ativos que têm seus conceitos consolidados há muitas décadas (GONÇALVES, 2019).

Nesse contexto, se observa uma certa lacuna do ponto de vista legislativo quando se lida com os criptoativos, o que, por sua vez, gera uma liberdade que, ainda que seja um dos principais diferenciais do conceito de criptoativo, termina representando em muitos aspectos uma ameaça para a segurança econômica, ainda mais por não haver um órgão regulador que se reporte ao Estado e que promova medidas que garantam o bom uso desses criptoativos. Considerando isso, o Banco Central do Brasil já chegou a se manifestar a respeito dessa questão, quando indicou que:

As empresas que negociam ou guardam as chamadas moedas virtuais em nome dos usuários, pessoas naturais ou jurídicas, não são reguladas, autorizadas ou supervisionadas pelo Banco Central do Brasil. Não há, no arcabouço legal e regulatório relacionado com o Sistema Financeiro Nacional, dispositivo específico sobre moedas virtuais. O Banco Central do Brasil, particularmente, não regula nem supervisiona operações com moedas virtuais (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017, p.1).

Antunes (2019) complementa essa questão indicando que, até mesmo em mercados já regulamentados por órgãos consolidados, e já considerados seguros, existem os casos de fraudes e ilicitudes, o que em situações onde não há uma regulamentação só tende a ocorrer com mais frequência, algo que fez até mesmo ações restritivas ocorrerem quanto aos criptoativos no Brasil, como foi o caso da determinação do juiz Victor Schimidt Figueira dos Santos, da 6ª Vara Cível de Curitiba, que havia limitado o valor de saque de criptoativos em uma certa corretora, considerando esses valores possivelmente derivados de atividades ilícitas.

Além desse caso, o Brasil pareceu sentir uma aversão tão grande quanto aos criptoativos, que surgiu até mesmo o caso do Projeto de Lei Número 2.303, de 2015, que buscava a criminalização da utilização dos criptoativos, sendo esse tipo de notícia, projeto, ou movimentação contra os criptoativos um importante estímulo negativo para que a população brasileira, como um todo, venha a conhecer os criptoativos como um tema ilícito, como um recurso destinado apenas à atividades ilegais, o que, como qualquer outro sistema econômico ou mercado financeiro, não parece ser o caso (GONÇALVES, 2019). O que se deve refletir nesse debate é considerar se é desejável, ou mesmo se é possível realizar uma regulamentação tão restritiva aos criptoativos, e quais as alternativas de regulamentação que poderiam ser utilizadas para garantir a licitude, e também a boa utilização desses ativos no Brasil.

Primeiro, sobre a possibilidade de se conferir ilegalidade à circulação dos criptoativos, a primeira dúvida se dá pelo Artigo 170 da Constituição de 1988, onde se observa que "É assegurado a todos livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei". Nesse sentido, seria possível compreender que a obtenção de um criptoativo seria um direito do cidadão brasileiro, bem como a troca desse criptoativo com qualquer que seja o indivíduo ou organização. A questão, porém, se torna menos favorável quando se interpreta o trecho "salvo nos casos previstos em lei", o que considera que leis, de fato, podem interferir na comercialização de criptoativos sem violar a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988). Desta forma, se observa os plenos poderes e possibilidade que o Estado teria para repudiar, ou para estimular a utilização dos criptoativos no Brasil.

No Brasil, três principais Projeto de Lei foram desenvolvidos ao longo do tempo na tenta-

tiva de regulamentar a utilização de criptoativos, estes foram o Projeto de Lei Número 2.303, de 2015 (BRASIL, 2015), o Projeto de Lei Número 2.060, de 2019 (BRASIL, 2019a), e o Projeto de Lei Número 3.825, também de 2019 (BRASIL, 2019b).

O primeiro destes projetos visava a inclusão tanto dos criptoativos, na época considerados como "moedas virtuais", quanto dos programas de milhas aéreas dentro das atribuições de regulamentação do Banco Central (BRASIL, 2015). Em primeiro momento o que geraria maior estranheza seria a equiparação entre os criptoativos e as milhas aéreas, que são dois recursos tão essencialmente diferentes que, de certa forma, se apresenta confusa a relação entre estes e o motivo para estarem ambos no mesmo projeto de lei.

O projeto de lei visa, logo em seu primeiro artigo, considerar transações com criptoativos como "arranjos de pagamento" o que, de fato, é de competência do Banco Central do Brasil, de acordo com o Artigo 9º da Lei Número 12.865, de 2013 (BRASIL, 2013). No segundo artigo, o projeto de lei também considera que operações realizadas com os criptoativos sejam comunicadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras, e, ainda, em seu terceiro artigo, considera que o mercado de criptoativos envolveria direitos de consumidor consolidados no Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 2015). Diversas questões necessitariam de correções nesse projeto de lei, seja pela terminologia "moedas virtuais" que não engloba os criptoativos devidamente, seja pela aparente dificuldade em compreender cada aspecto técnico dos criptoativos, sendo aparentemente necessária uma descrição mais específica de cada variação dos criptoativos.

O segundo projeto de lei foi o Projeto De Lei Número 2060, de 2019, que tinha como principal objetivo estruturar um regime jurídico para os criptoativos (BRASIL, 2019a). Nesse projeto de lei é possível observar uma evolução expressiva no que diz respeito às especificidades dos criptoativos, tanto em seu Artigo 1º quanto 2º, compreendendo as variações de utilidade dos criptoativos, ainda, compreendendo um conceito significativamente abrangente para os criptoativos:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre criptoativos, que englobam ativos utilizados como meio de pagamento, reserva de valor, utilidade e valor mobiliário, e sobre o aumento de pena para o crime de "pirâmide financeira", bem como para crimes relacionados ao uso fraudulento de criptoativos.

Art. 2º Para a finalidade desta lei e daquelas por ela modificadas, entende-se por criptoativos:

I – Unidades de valor criptografadas mediante a combinação de chaves públicas e privadas de assinatura por meio digital, geradas por um sistema público ou privado e descentralizado de registro, digitalmente transferíveis e que não sejam ou representem moeda de curso legal no Brasil ou em qualquer outro país;

II – Unidades virtuais representativas de bens, serviços ou direitos, criptografados mediante a combinação de chaves públicas e privadas de assinatura por meio digital, registrados em sistema público ou privado e descentralizado de registro, digitalmente transferíveis, que não seja ou representem moeda de curso legal no Brasil ou em qualquer outro país;

III – Tokens Virtuais que conferem ao seu titular acesso ao sistema de registro que originou o respectivo token de utilidade no âmbito de uma determinada plataforma, projeto ou serviço para a criação de novos registros em referido sistema e que não se enquadram no conceito de valor mobiliário disposto no art. 2º da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976; Parágrafo único. Considera-se intermediador de criptoativos a pessoa jurídica prestadora de serviços de intermediação, negociação, pós-negociação e custódia de criptoativos (BRASIL, 2019a, p.1).

Além disso, parte do projeto de lei também não cita o que o anterior, de 2015 citava, sobre o Código de Defesa do Consumidor, ou mesmo sobre as milhas aéreas e sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, sendo, possivelmente, um complemento ao projeto de lei anterior, de 2015, ao invés de um projeto próprio que substitua o mesmo na tentativa de regulamentar sobre os criptoativos no Brasil (BRASIL, 2019a).

Por fim, o terceiro projeto de lei supracitado, o Projeto de Lei Número 3.825, de 2019 lida muito mais com as plataformas onde os criptoativos são negociados do que com os criptoativos em si, o que direciona o foco não para os cidadãos que utilizam os criptoativos, mas sim para organizações que movimentam grandes volumes de criptoativos e que atendem aos usuários através da compra e venda desses ativos, um tipo de organização que também é chamada de "exchange de criptoativos". (BRASIL, 2019b). Esse projeto parece contribuir em muito para a segurança do cidadão, uma vez que lida, de forma mais incisiva, com a prática de pirâmide financeira (citada inclusive no projeto anterior, de 2019), e que estabelece um tipo penal relacionado diretamente com as exchanges.

É observado, nesse sentido, que as tentativas de regulamentações relacionadas com os criptoativos no Brasil, ainda que possam vir a melhorar, parecem cursar um caminho razoavelmente coerente com a compreensão técnica e com os princípios mais fundamentais relacionados com a economia brasileira e com os ativos, e as possibilidades de aquisição e comercialização destes pelos cidadãos brasileiros. Ainda assim, ainda parece ser necessário maiores debates e estudos para se estabelecer uma compreensão definitiva sobre uma forma adequada de regulamentar os criptoativos no Brasil.

Nesse contexto, talvez observar regulamentações estrangeiras também tenha certo valor comparativo, ainda que as realidades sejam distintas, a fim de considerar trechos ou formas de regulamentação que possam funcionar, também, no Brasil.

Países com regulamentação desfavorável aos criptoativos

Dentre os principais países que se apresentam desfavoráveis aos criptoativos, é possível citar o Equador, e Bolívia, e a potência mundial China. Cada país vai contra a utilização e comercialização de criptoativos por motivos e de maneiras variadas, mas, em geral, o que se observa a partir da proibição nessas nações é que, aparentemente, a preocupação dos bancos centrais de cada país é com a segurança dos indivíduos que possam negociar com criptoativos, uma vez que, de acordo com os países desfavoráveis, as moedas podem aparentar um risco por não serem regulamentadas por um órgão específico, e por não apresentarem valor algum que não seja especulativo (BANCO CENTRAL DEL ECUADOR, 2018; BANCO CENTRAL DE BOLÍVIA, 2017; THE PEOPLE'S BANK OF CHINA, 2017).

No caso do Equador, é importante destacar que ainda que sejam claramente desfavoráveis ao uso de criptoativos, como o Bitcoin, como forma de pagamento no país, ainda assim a compra e venda dos criptoativos não está proibida, ainda que, de acordo com o Banco Central do Equador, essa prática seja altamente arriscada para os compradores, ressaltando ainda mais esse risco quando indica que nenhum órgão do país fará nenhum esforço para regular, controlar ou supervisionar transações que sejam realizadas utilizando moedas como o Bitcoin (BANCO CENTRAL DEL ECUADOR, 2018).

Na Bolívia, entretanto, a utilização dos criptoativos é proibida, não exatamente por serem criptoativos, mas sim por corresponderem a uma classificação de moedas proibida pelo Banco Central da Bolívia, que regulamenta, para o sistema de pagamentos do país, a proibição de utilização de moedas que não sejam emitidas ou reguladas por zonas econômicas ou por países. Uma vez que os criptoativos, como o caso do Bitcoin, são justamente moedas emitidas de maneira descentralizada, e sem conexão com bancos ou com zonas econômicas, estas se encaixam nessa classificação, e, portanto, não podem ser utilizadas no país (BANCO CENTRAL DE BOLÍVIA, 2017).

Se a questão com os criptoativos na Bolívia e no Equador parece simples e direta, no caso da China essa questão se torna um pouco mais turva. Isso porque a China se posiciona agressivamente contra os criptoativos, proibindo todo tipo de organização do país a receber ou negociar utilizando esse tipo de ativo econômico, sendo que em 2017 o Banco Central da China chegou inclusive a banir qualquer tipo de captação de recursos pela prática de ICO's (THE PEOPLE'S BANK OF CHINA, 2013; THE PEOPLE'S BANK OF CHINA, 2017). Entretanto, o que torna a questão da regulamentação de criptoativos na China confusa é o fato de que, em 2018, o diretor do Banco do Povo da China comentou sobre a possibilidade de emissão de uma criptomoeda chinesa, o que gera a dúvida se o problema da China com os criptoativos é a segurança do povo chinês ao negociar com criptoativos, ou a falta de controle de moedas que sejam independentes do controle da organização chinesa (XIAOCHUAN, 2018).

Países com regulamentação favorável aos criptoativos

Dentre os numerosos países com regulamentações favoráveis aos criptoativos, é notável o alinhamento entre políticas mais favoráveis aos criptoativos, e países com desenvolvimento econômico e social expressivamente elevado. Dentre estes, destacam-se a Suíça, o Japão, e os Estados Unidos como alguns dos principais países que possuem uma regulamentação positiva quanto aos avanços a respeito dos criptoativos.

No caso da Suíça, ainda que não exista uma definição estritamente estabelecida que compreenda os criptoativos de maneira específica, a FINMA, citada no Quadro 01, caracteriza os tokens de criptoativos de acordo com suas distintas funcionalidades. No caso das exchanges, ou empresas que comercializam os criptoativos, o país indica a necessidade de registro junto ao órgão FINMA (THE ASSEMBLY OF THE SWISS CONFEDERATION, 2015), que garante a regulamentação do comércio de criptoativos de modo que possa respeitar o consumidor, e funcionar de maneira ideal para o país, que inclusive opta por avaliar cada situação de ICO de maneira isolada, a fim de compreender como regular cada tipo de token (FINMA, 2018).

Diferente de muitas outras nações, que tendem a observar os criptoativos como moedas, a Suíça tende a adotar uma abordagem diferente, considerando os criptoativos como ativos, ou seja, propriedades, que poderiam ser taxados como ativos de geração de riqueza ou de ganhos de capital, da mesma forma como outros ativos, como ações e imóveis poderiam ser taxados. Ainda assim, é importante ressaltar que mesmo que seja um país extremamente favorável ao uso dos criptoativos como forma de propriedade, a Suíça não considera as Criptomoedas como moedas de curso legal, ainda que considere as chamadas "moedas virtuais" como uma representação digital de valores que podem ser transacionados através da internet (THE FEDERAL COUNCIL, 2014).

Já no caso do Japão o que se observa é uma realidade completamente distinta. Seguindo a linha de amplo desenvolvimento tecnológico típico da nação, se apresentou na vanguarda das regulamentações sobre criptoativos no mundo, e legalizou as Criptomoedas como uma forma oficial de pagamentos no país, sendo de responsabilidade das corretoras que operam no Japão os registros e a garantia de segurança nas transações com criptoativos realizadas no país (GOVERNMENT PUBLIC RELATIONS ONLINE, 2018).

O Japão ainda oficializou, em 2018, uma associação de exchanges, que passaram a representar um órgão que estrutura diretrizes de funcionamento para as exchanges que operam no país, e que garante avanços unificados de todas as exchanges em busca de uma maior segurança e confiabilidade para os clientes, bem como possibilita esforços mais inteligentes e assertivos para conter qualquer tipo de operação realizada com criptoativos que possa corresponder ao crime de lavagem de dinheiro (NIKKEI, 2018). Um outro avanço notável no que diz respeito à compreensão técnica do tema se dá pela mudança do termo "moeda virtual" que, agora, no Japão, é oficialmente entendido como "criptoativos", o que alinha os regulamentos japoneses aos conceitos técnicos mais corretos de acordo com o resto do mundo (TRANSFERO SWISS, 2019).

Por fim, se observa nos Estados Unidos um cenário favorável, mas de alta complexidade, uma vez que cada estado do país tem o poder para regulamentar individualmente em relação ao tema. Ainda que, de acordo com o Financial Crimes Enforcement Network (FinCEN) as Exchanges sejam consideradas instituições transmissoras de dinheiro, e, por isso, devam cumprir certas especificidades desse tipo de órgão no país, para o órgão regulador estadunidense, ainda que as "moedas virtuais" sejam consideradas um meio de troca, ou um recurso que pode ser utilizado entre indivíduos, estas não possuem as características de moedas reais, e, portanto, não são possuem um curso legal (FinCEN, 2018).

No caso dos países favoráveis, uma conclusão notável é a dificuldade em se obter uma compreensão unificada sobre em qual conceito de posse os criptoativos se encaixam, sendo essa classificação de grande importância para definir taxações, e também para compreender quais as formas ideais de regular esses ativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que pode ser observado através da reunião de materiais apresentada no estudo é uma significativa dificuldade em se caracterizar os criptoativos, seja pela característica inovadora, ou pela constante transformação que ocorre com esses ativos ao longo de seus respectivos desenvolvimentos no mundo ao longo do tempo.

Ainda assim, a clara necessidade de compreender os diferentes tipos de criptoativos ao se considerar o desenvolvimento de legislações regulamentadoras para o uso desses ativos no Brasil parece ser expressiva ao se analisar os projetos já propostos. Essa regulamentação, entretanto, parece ser de fundamental importância para garantir que um sistema de economia descentralizada e sem órgãos regulamentadores não sirva como ambiente perfeito para a prática de ilícitos, como lavagem de dinheiro ou comércio ilegal.

A regulamentação, principalmente das exchanges pode garantir que a tecnologia blockchain, e a criptografia tão características dos modelos de criptoativos venha a ser um benefício

para a população como um todo, e não um malefício por conta do crime organizado.

Assim, as regulamentações, principalmente os projetos de lei de 2019, parecem ser um primeiro passo extremamente positivo em direção a uma maior compreensão técnica e uma regulamentação responsável que venha a não proibir os criptoativos de circularem, mas sim a garantir sua circulação com certa segurança para os cidadãos que realizam transações utilizando esses criptoativos no Brasil.

Foi possível observar, no cenário mundial, nações de grande contexto de desenvolvimento tecnológico, econômico e social, como o Japão, e os Estados Unidos, já fazendo esforços no sentido de viabilizar a ampla utilização dos criptoativos em seus territórios, enquanto nações de alto poder econômico, mas desenvolvimento social razoavelmente precário, como a China, possuem legislações aparentemente contraditórias, uma vez que legislam expressivamente contra os criptoativos, mas pensam em desenvolver criptoativo próprio.

Ademais, pesquisas futuras poderiam complementar o presente estudo abordando mais especificamente as questões que levam os países a se preocuparem com a comercialização de criptoativos, principalmente questões relacionadas com o crime organizado e a lavagem de dinheiro, algo que o presente estudo não abordou como objetivo específico, mas que pode ser de grande contribuição para o debate.

REFERÊNCIAS

AEPLI Fabien, COHEN Nurith. Blockchain simply explained. 2017. Disponível em: <<https://mangeat.ch/wp-content/uploads/2017/05/Blockchain-simply-explained.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

ANTUNES, Alexandre. Portal do Bitcoin. Justiça concede mandado de busca e apreensão em ação de R\$ 63 milhões contra Bitcoin Banco. 08 set. 2019. Disponível em: <<https://portaldobitcoin.com/justica-concede-mandado-de-busca-e-apreensao-em-acao-de63-milhoes-contr-Bitcoin-banco/>>. Acesso em: 29 fev. 2022.

BANCO CENTRAL DE BOLÍVIA. Comunicado. 2017. Disponível em: <https://www.bcb.gob.bo/webdocs/11_comunicados/04_2017_COMUNICADO_Uso_monedas.pdf>. Acesso em: 2, mar. 2022.

BANCO CENTRAL DEL ECUADOR. Comunicado Oficial a la Ciudadanía. 2018. Disponível em: <<https://www.bce.fin.ec/index.php/boletines-de-prensa-archivo/item/1028-comunicado-oficial-sobre-el-uso-delbitcoin>>. Acesso em: 2, mar. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Comunicado no 31.379, de 16 de novembro de 2017. Esclarece sobre a diferença entre moeda eletrônica e moeda virtual. Brasília, DF. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2018/01/comunicado-moedas-digitais-bc.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2022.

BITCOIN.ORG. Mineração. 2009a. Disponível em: <https://Bitcoin.org/pt_BR/faq#o-que-e-mineracao-Bitcoin>. Acesso em: 26 fev. 2022.

BITCOIN.ORG. Quanto será a taxa de transação?. 2009b. Disponível em: <https://Bitcoin.org/pt_BR/faq#quanto-sera-a-taxa-de-transacao>. Acesso em: 27 fev. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2.060, de 2019. Dispõe sobre o regime jurídico de criptoativos. 2019a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_

mostrarintegra?codteor=1728497&filenam e=PL+2060/2019>. Acesso em: 29 fev. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2.303, de 2015. Dispõe sobre a inclusão das moedas virtuais e programas de milhagem aéreas na definição de "arranjos de pagamento" sob a supervisão do Banco Central. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=3D37586ADFA18555AF0DCDB44457FDA6.proposicoesWebExterno2?codteor=1358969&filename=PL+2303/2015>. Acesso em: 29 fev. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 28 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.865, de 09 de outubro de 2013. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12865.htm>. Acesso em: 29 fev. 2022.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 3.825, de 2019. Disciplina os serviços referentes a operações realizadas com criptoativos em plataformas eletrônicas de negociação. 2019b. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/137512>>. Acesso em: 29 fev. 2022.

BURNISKE, Chris; TATAR, Jack. Cryptoassets: The innovative investor's guide to Bitcoin and beyond. New York: McGraw-Hill Education, 2017.

CHAGAS, Edgar Thiago de Oliveira. Blockchain: a revolução tecnológica e impactos para a economia. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 03, v. 07, pp. 110-144, 2019.

COINMARKETCAP. All Cryptocurrencies. 2019. Disponível em: <<https://coinmarketcap.com/all/views/all/>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

ETHEREUM.ORG. Beginners. 2015. Disponível em: <<http://ethereum.org/beginners/>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

FinCEN. Application of FinCEN's Regulations to Persons Administering, Exchanging, or Using Virtual Currencies. 2018. Disponível em: <<https://www.fincen.gov/resources/statutesregulations/guidance/applicationfincens-regulations-persons-administering>>. Acesso em: 2, mar. 2022.

FINMA - FINANCIAL MARKET SUPERVISORY AUTHORITY. FINMA publishes ICO guidelines. 2018. Disponível em: <<https://www.finma.ch/en/news/2018/02/20180216-mm-ico-wegleitung>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

FUTURETHINKERS. 19 Industries The Blockchain Will Disrupt. 2017. Disponível em: <<https://futurethinkers.org/industries-blockchain-disrupt/>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

GONÇALVES, Gabriel de Souza. Regulação de criptoativos: uma análise das propostas legislativas nacionais diante do ordenamento jurídico brasileiro e da visão de outros países. Direito-Tubarão, 2019. Monografia (Bacharel em Direito). Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. 2019.

GOVERNMENT PUBLIC RELATIONS ONLINE. Things to know before using "virtual currency: virtual currency exchange service. 2018. Disponível em: <<https://www.govonline.go.jp/useful/article/201705/1.html>>. Acesso em: 2, mar. 2022.

HOUBEN, Robby; SNYERS, Alexander. Cryptocurrencies and blockchain: Legal context and implications for financial crime, money laundering and tax evasion. Bruxelas: European Union, 2018.

LAHAJNAR, Sebastian; ROZANEC, A. Initial coin offering (ICO) evaluation model. *Investment management and financial innovations*, n. 15, Iss. 4, p. 169-182, 2018.

LIN, Luon-Chang; LIAO, Tzu-Chun. A Survey of Blockchain Security Issues and Challenges. 2017. Disponível em: <<http://ijns.jalaxy.com.tw/contents/ijns-v19-n5/ijns-2017-v19-n5-p653-659.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

NAKAMOTO, Satoshi. Bitcoin P2P e-cash paper. 2008. Disponível em: <<https://www.metzdowd.com/pipermail/cryptography/2008-October/014810.html>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

NIKKEI xTech. Virtual currency self-regulatory group, “Deemed traders also participate”. 2018. Disponível em: <<https://www.nikkei.com/article/DGXMZO27693400V00C18A3000000/>>. Acesso em: 2, mar. 2022.

TEMIN, Peter. The great recession & the great depression. *Daedalus*, v. 139, n. 4, p. 115-124, 2010.

THE ASSEMBLY OF THE SWISS CONFEDERATION. Federal Act on Financial Market Infrastructures and Market Conduct in Securities and Derivatives Trading. 2015. Disponível em: <https://www.admin.ch/opc/en/classifiedcompilation/20141779/201708010000/958.1.pdf>. Acesso em: 8, mar. 2022.

THE FEDERAL COUNCIL. Federal Council report on virtual currencies in response to the Schwaab (13.3687) and Weibel (13.4070) postulates. 2014. Disponível em: <https://www.news.admin.ch/NSBSubscriber/message/attachments/35355.pdf>. Acesso em: 15, mar. 2022.

THE PEOPLE'S BANK OF CHINA. PBOC, CAC, MIIT, SAIC, CBRC, CSRC, and CIRC Announcement on Preventing Financial Risks from Initial Coin Offerings. 2017. Disponível em: <http://www.pbc.gov.cn/english/130721/3377816/x._477884.47f4fea8ab884286c11d72f5acbded2a.1512086400087.1512086400088.1512086400089.1&__hssc=172477884.1.1512086400090&__hsfp=528229161>. Acesso em: 2, mar. 2022.

THE PEOPLE'S BANK OF CHINA. PBOC, MIIT, CBRC, CSRC, and CIRC Notice on Precautions Against the Risks of Bitcoins. 2013. Disponível em: <<http://www.m.iit.gov.cn/n1146295/n1652858/n1652930/n3757016/c3762245/content.html>>. Acesso em: 2, mar. 2022.

TRANSFERO SWISS. Japão e Singapura seguem rumos opostos na regulação de criptomoedas. 2019. Disponível em: <<https://panoramacrypto.com.br/regulacao-de-criptomoedas-japao-singapura/>>. Acesso em: 2, mar. 2022.

ULRICH, Fernando. Bitcoin a Moeda na Era Digital. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2014. p. 17.

XIAOCHUAN, Zhou. Future Regulation on Virtual Currency Will Be Dynamic, Imprudent Products Shall Be Stopped for Now. 2018. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/finance/2018-03/10/c_129826604.htm>. Acesso em: 2, mar. 2022.

Aumento da competição no varejo e seu impacto na indústria

The increase of retail competition and its impact in the industry

*Rodrigo Guimarães Motta
Antonio Vitorino da Silva*

DOI: 10.47573/aya.5379.2.71.6

RESUMO

Durante muito tempo, as indústrias – principalmente as detentoras de marcas fortes e com atuação multinacional – impuseram suas condições aos varejistas que eram, em sua maioria, pequenas empresas com atuação regional. Em pesquisa realizada com dez executivos das áreas de marketing, trade marketing e vendas de fabricantes com faturamento acima de 100 milhões de reais por ano, detectou-se que recentes mudanças verificadas no varejo – como a globalização de supermercados, a consolidação das redes supermercadistas, o fortalecimento de marcas próprias, a expansão de novos formatos varejistas, a organização de centrais de negócios, a concorrência entre varejos de formatos distintos e o varejo on-line – inverteram essa relação de força. Assim, pressionadas pelos varejistas, agora mais fortes, as indústrias estão demonstrando uma queda em seus resultados. Com o objetivo de reverter essa situação, o marketing mix está sendo revisto a fim de torná-lo mais adequado à necessidade dos varejistas, com produtos e preços confeccionados por canais de distribuição e maiores investimentos em trade marketing. Por fim, verificou-se ainda que as estruturas dos fabricantes também sofreram alterações, com destaque para a implementação de equipes de trade marketing.

Palavras-chave: competição. Indústria. varejo.

ABSTRACT

For a long time, industries – especially those with strong brands and multinational operations – have imposed their conditions on retailers, which were mostly small companies with regional operations. In a survey conducted with ten executives from manufacturers with revenues above R\$ 100 million per year from the marketing, trade marketing, and sales areas, it was detected that recent changes in retailing – such as the globalization of supermarkets, the consolidation of supermarket chains, the strengthening of private labels, the expansion of new retail formats, the organization of business centers, the competition between retailers of different formats, and online retailing – have inverted this power relation. Thus, pressured by the now stronger retailers, industries are showing a drop in their results. To reverse this situation, the marketing mix is being reviewed to make it more adequate to retailers' needs, with products and prices made by distribution channels and greater investments in trade marketing. Finally, it was also found that the manufacturers' structures have also changed, with emphasis on the implementation of trade marketing teams.

Keywords: competition. industry. retail.

INTRODUÇÃO

O século XX presenciou tanto o surgimento quanto o desenvolvimento das grandes indústrias de bens de consumo não duráveis. Nesse período, empresas do porte da Procter e Gamble, Unilever, Colgate, Johnson e Johnson e Coca-Cola se consolidaram em diversos países, marcando presença na mente (e no lar) dos consumidores com estratégias de marketing agressivas.

O principal meio de distribuição de bens de consumo foi o varejo alimentício. Segundo

Parente (2000), esse tipo de varejo, que possui ampla variedade de modelos e atende à significativa parcela das necessidades da população, é composto por diversos formatos de loja, que diferem de acordo com o seu tamanho e com o grande número de itens comercializados, tais como bares, mercearias, lojas de conveniência, padarias, minimercados, supermercados e hipermercados.

De acordo com Kumar (2004), esses varejistas, que, no passado, atendiam apenas às comunidades locais, eram gerenciados por famílias e possuíam a imagem de um negócio simples que, para ser gerenciado, não necessitava de mão de obra qualificada. As indústrias, nesse contexto, utilizavam seu poder superior de barganha, em razão de seu tamanho e da força de suas marcas, para coagir os varejistas quando necessário, buscando atingir seus objetivos. Dessa forma, lançamentos de produtos eram colocados em linha pelos varejistas para que pudessem continuar a ter os produtos líderes em suas prateleiras, enquanto aumentos de preços não eram negociados, sendo acatados pelos varejistas sem maiores negociações, o que tornava esse ambiente de negócios tenso e conflituoso. Diante disso, Kumar (2004) defende que a exploração dos canais de distribuição pode ter efeitos imediatos, mas não funciona a longo prazo.

Neste artigo, portanto, propõe-se examinar as mudanças identificadas no varejo alimentício no Brasil e qual o impacto que isso ocasionou nos resultados, nas estratégias e nas estruturas das indústrias de bens de consumo não duráveis. Para a realização deste estudo exploratório, foram entrevistados 20 executivos das áreas de marketing, trade marketing e vendas de fabricantes com faturamento acima de 100 milhões de reais por ano. Essas indústrias foram escolhidas por serem maiores e por supostamente disporem de recursos humanos e financeiros necessários para enfrentar as mudanças.

Quanto a demais procedimentos metodológicos adotados para viabilizar esse levantamento, foi utilizado um questionário semiestruturado, com roteiro preestabelecido e testado, que investigou as transformações ocorridas, sua interferência no resultado industrial, os impactos nas estratégias de marketing e as modificações na estrutura de marketing e de vendas.

AS MUDANÇAS OCORRIDAS NO VAREJO

A pesquisa realizada indicou sete mudanças no varejo, que foram mencionadas por todos os entrevistados: 1) globalização das grandes redes supermercadistas; 2) consolidação das redes de supermercados; 3) surgimento de novos formatos varejistas; 4) aparecimento de marcas próprias; 5) constituição de centrais de negócios por parte de pequenos varejistas; 6) concorrência entre varejistas de configurações distintas; e 7) implementação do varejo on-line. Cada um desses itens recebeu, por parte dos entrevistados, uma pontuação para avaliar seu grau de importância para as indústrias (de 1, pouco importante, a 5, muito importante) e o impacto nos negócios (de 1, muito positivo, a 5, muito negativo). Finalmente, foi perguntado se acreditavam que essa tendência se intensificaria nos próximos anos. Os resultados podem ser verificados detalhadamente nas subseções a seguir.

Globalização das grandes redes supermercadistas

Grau de importância: 4,2.

Impacto nos negócios: 3,8.

Possibilidade de se intensificar nos próximos anos: 90%.

Assim como em outros segmentos dos negócios, a globalização do varejo tem se acelerado de forma constante ao longo dos últimos anos. Segundo Randall (1994), os principais fatores que culminaram com o advento desse processo no setor são a necessidade de negociar melhores condições com grandes fabricantes de bens de consumo que estavam envolvidos nessas mudanças há mais tempo e também a saturação de mercados mais maduros, como o estadunidense e o europeu.

Seguindo essa tendência, grandes redes multinacionais, atraídas pelo tamanho do mercado brasileiro, iniciaram suas operações no Brasil e já têm uma representação significativa, como o Carrefour (França). A própria Companhia Brasileira de Distribuição (CBD), maior rede varejista nacional, tem participação acionária do grupo francês Casino desde 1999. Para Souza (2004), essas empresas multinacionais exercem pressão cada vez maior sobre os fabricantes por um atendimento melhor, por acordos de comercialização mais atraentes e, principalmente, por preços mais competitivos.

Consolidação das redes de supermercados

Grau de importância: 4,3.

Impacto nos negócios: 3,6.

Possibilidade de se intensificar nos próximos anos: 80%.

O processo de globalização, de acordo com Parente (2000), acelerou a consolidação dos supermercados brasileiros. Em anos recentes, as redes presentes no Brasil, tanto multinacionais quanto nacionais, iniciaram um esforço significativo para aumentar sua força nas negociações com os fornecedores e também para reduzir seus custos fixos. O caminho adotado foi a aquisição de redes pequenas ou em dificuldades pelos concorrentes mais agressivos.

Las Casas (2004) levantou as aquisições feitas pelas grandes redes varejistas nos últimos anos. Nesse levantamento, verificou-se que a CBD adquiriu importantes redes regionais, como o Peralta e o Barateiro, por exemplo. Souza (2004), por sua vez, em conjunto com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), realizou um estudo em que constatou haver um significativo aumento da participação das 20 principais redes supermercadistas no país – em um intervalo de doze anos, por exemplo, passaram da representação de 56% das vendas do setor para alcançar 78,2%.

Surgimento de novos formatos varejistas

Grau de importância: 3,5.

Impacto nos negócios: 3,1.

Possibilidade de se intensificar nos próximos anos: 90%.

As multinacionais do varejo também trouxeram novos formatos para o Brasil. Os hard discounts, por exemplo, são lojas de autosserviço compactas, com baixo custo fixo e sortimento

limitado, que atendem a regiões geográficas limitadas. Uma reportagem da revista Exame apontou, por exemplo, que esse formato responde por 35% das vendas totais do setor supermercadista na Alemanha e que multinacionais já entraram com suas bandeiras no Brasil (PADUAN, 2005).

Os hard discounts são especialmente perigosos para as indústrias, pois, se, por um lado, possuem o poder de barganha de uma grande organização para obter preços competitivos e eliminam concorrentes menos agressivos, como mercearias e supermercados independentes, por outro, não conseguem concorrer com seus preços onde os fabricantes comercializam seus produtos com margens mais altas. Podem surgir também como clube de descontos (venda para associados, que podem ser consumidores e pequenos varejistas), que chegou ao Brasil por meio do Walmart com sua bandeira Sam's Club.

Em vista de ser, em parte, uma tendência recente e, em outra, por não ter a mesma força no Brasil, quando comparada a outros países, os executivos das indústrias de bens de consumo que participaram desta pesquisa atribuíram um grau de importância (3,5) e um impacto nos negócios (3,1) menores do que os imputados à globalização dos supermercados, à consolidação do varejo e às marcas próprias, apesar de 90% reconhecerem que os novos formatos devem proliferar cada vez mais.

Aparecimento de marcas próprias

Grau de importância: 3,9.

Impacto nos negócios: 4,0.

Possibilidade de se intensificar nos próximos anos: 70%.

Marcas próprias são aquelas desenvolvidas e comercializadas exclusivamente por um determinado varejista. Segundo Randall (1994), os varejistas conceberam e incentivaram o crescimento de marcas próprias para fidelizar seus consumidores e também para escapar da guerra de preços com concorrentes, que ofertavam o mesmo produto a preços mais baixos. A única forma de concorrer contra isso era reduzir os preços de produtos próprios, o que fazia com que o concorrente abaixasse ainda mais o seu preço; assim, o ciclo continuava de forma que o lucro dos varejistas diminuísse cada vez mais.

Por serem produtos de boa qualidade, comercializados por um preço um pouco inferior ao das marcas líderes, representam uma ameaça às marcas comercializadas pela indústria à medida que os consumidores passam a optar por esses produtos, mesmo quando têm recursos para comprar concorrentes com marcas mais tradicionais. Parente (2000) aponta que, apesar de representarem apenas 6% das vendas no Brasil – na Inglaterra, respondem por 29,7% –, os varejistas brasileiros vêm dedicando cada vez mais atenção ao seu desenvolvimento, tanto que hoje todas as grandes redes de supermercados e algumas redes médias já possuem marcas próprias em seus estabelecimentos.

Constituição de centrais de negócios por parte de pequenos varejistas

Grau de importância: 3,7.

Impacto nos negócios: 2,7.

Possibilidade de se intensificar nos próximos anos: 80%.

Os pequenos supermercados que ainda não foram adquiridos têm se agrupado em cooperativas ou centrais de negócios. A esse respeito, Las Casas (2004) ressalta que tal movimento busca aumentar a competitividade em relação aos concorrentes de grande porte. No início, o objetivo dessas cooperativas era juntar esforços para ter uma negociação mais vantajosa com as indústrias. Com o tempo, além das negociações centralizadas, as cooperativas passaram a desenvolver, em conjunto, uma série de outras iniciativas, tais como campanhas de marketing, treinamento e desenvolvimento de sistemas de gestão.

O fenômeno das centrais de negócios, segundo 80% dos entrevistados, deve se intensificar e, por isso, atribuíram-lhe um grau de importância de 3,7 e uma avaliação intermediária sobre o impacto que causará aos negócios das indústrias (2,7). No entanto, há visões distintas sobre a organização dos pequenos varejistas em centrais: enquanto alguns temem que elas, com mais força, passem a exercer sobre as indústrias a mesma pressão que hoje é feita pelas grandes redes, outros acreditam que o aumento das vendas das centrais possa oferecer uma oportunidade para reduzir a força dos varejistas multinacionais.

Concorrência entre varejistas de configurações distintas

Grau de importância: 3,1.

Impacto nos negócios: 3,2.

Possibilidade de se intensificar nos próximos anos: 90%.

Segundo Parente (2000), outro resultado do acirramento da concorrência faz com que varejistas de formatos distintos entre si sejam concorrentes em diversas categorias de produto. Padarias, que no passado comercializavam quase exclusivamente pães, revisaram sua estratégia para recuperar a clientela, que passou a comprar pães em supermercados. Hoje, as padarias mais modernas concorrem em diversas categorias que não eram seu foco de atuação: além do setor destinado à venda de pães, pode-se encontrar, no mesmo local, um bar-restaurante e uma loja de conveniência.

Pelo seu menor poder de barganha, os pequenos varejistas, como bares, mercearias e padarias, são os canais onde as indústrias conseguem negociar preços mais elevados. Sua perda de força pode transferir seu volume de vendas para as grandes redes, com prejuízo à rentabilidade dos fabricantes que têm se esforçado para reverter esse quadro.

Implementação do varejo on-line

Grau de importância: 2,4.

Impacto nos negócios: 3,1.

Possibilidade de se intensificar nos próximos anos: 100%.

Conforme Las Casas (2004), o varejo on-line é um dos formatos varejistas com taxas de crescimento mais significativas. Essa constatação é confirmada pelos entrevistados, visto que 100% deles acreditam que as vendas digitais devem seguir crescendo devido ao aumento constante de usuários da internet e em razão da vida atribulada do cidadão de grandes centros

urbanos, que busca maior conveniência e praticidade cada vez mais.

Apesar de os países com economias mais maduras como os Estados Unidos terem grandes empresas que vendem seus produtos pela internet (por exemplo, a gigante Amazon) e o Brasil também ter seus próprios empreendimentos focados no setor (como as Americanas.com e o portal Submarino), a indústria de bens de consumo não duráveis é a tendência que apresenta menor grau de importância (2,4) para os entrevistados. Outro ponto que poderia impactar negativamente os negócios seria o fato de os grandes varejistas passarem a vender seus produtos pela internet, aumentando seu volume de vendas e, dessa forma, seu poder de barganha.

O IMPACTO NOS RESULTADOS, NAS ESTRATÉGIAS E NAS ESTRUTURAS DAS INDÚSTRIAS

As mudanças detectadas (em especial a globalização das redes), a consolidação do setor supermercadista e o surgimento de marcas próprias confirmam a constatação de Randall (1994, p. 3) quanto a entender que, “uma vez que, nos mercados de hoje, obter uma distribuição adequada é uma condição necessária para o sucesso, a balança do poder parece ter se movido em direção aos varejistas”. A consequência imediata desse fato é a obtenção de melhores resultados por parte dos varejistas e a queda de rentabilidade das indústrias.

A revista Exame constatou que o resultado operacional das empresas de bens de consumo tende a manifestar quedas, enquanto as principais redes varejistas apresentam incrementos em valores absolutos e em percentuais (BLECHER, 2002). Tal dado pode ser confirmado nesta pesquisa, pois, para 70% dos entrevistados, o resultado das indústrias piorou devido às mudanças ocorridas no varejo; 10% disseram que se manteve e 20% declararam que houve melhora.

A questão que se apresenta a seguir para os grandes fabricantes é qual a estratégia e o marketing mix (produto, preço, promoção e ponto de venda) mais adequados para responder a esse cenário, visto que, de acordo com Rosenbloom (2002, p. 153),

[...] desenvolver um marketing mix com estratégias de produto, preço, comunicação e distribuição que atenda às demandas dos mercados-alvo da empresa de uma forma melhor do que o concorrente é a essência do gerenciamento do marketing moderno.

A pesquisa buscou fornecer elementos para que seja possível responder a essa pergunta, investigando quais as principais mudanças implantadas no marketing mix das indústrias para recuperar sua rentabilidade e aumentar a competitividade diante das transformações ocorridas no varejo descritas anteriormente. Nas próximas subseções, estão retratados mais detalhadamente os elementos do marketing mix – produto, preço, promoção e ponto de venda.

Produto

Cem por cento das indústrias reagiram a essas mudanças, alterando seu portfólio de produtos. Antes disso, as empresas desenvolviam os produtos mais adequados às necessidades dos consumidores e, nessas condições, era possível que o mesmo item fosse vendido em todos os canais de distribuição.

Para atender às demandas dos grandes varejistas por artigos exclusivos e alavancar o negócio de canais mais rentáveis (aqueles que exercem menos pressão por preços e serviços),

as indústrias desenvolveram produtos e embalagens específicas para cada canal. Além disso, passaram a trabalhar, em ocasiões especiais, com embalagens promocionais.

Com produtos distintos sendo comercializados, os varejistas – em especial os supermercadistas – não necessitam vendê-los mais barato do que o desejado, pois não existe guerra de preços entre redes e canais, portanto há menos pressão por descontos sobre os fabricantes.

Preço

Outro componente do marketing mix muito afetado pela mudança varejista foi a política de preços que, segundo 100% dos respondentes, sofreu alterações. Nesse ponto, porém, é possível observar que não há um único caminho a seguir.

Enquanto 50% das indústrias reagiram com reduções no preço de tabela ou ações pontuais mais agressivas – tabloides, encartes e ofertas em lojas – com o objetivo de aumentar a receita total, dessa forma, como resultado, 18,8% subiram seus preços e reduziram suas ações pontuais, correndo o risco de perder competitividade e, conseqüentemente, receita para os concorrentes. Ao adotar essa postura, aceitaram perder uma parte do seu volume de vendas, desde que o resultado final fosse superior ao obtido no cenário anterior.

Outras indústrias, porém, investiram em propostas mais inovadoras, como no desenvolvimento de linhas de produto com diferentes posicionamentos de preços, linhas de produtos com preços mais acessíveis para consumidores de baixa renda e de produtos light para consumidores com renda mais elevada. Além disso, foram elaboradas tabelas de preço para cada canal de distribuição – isto porque um canal que atende consumidores de poder aquisitivo mais alto, como as lojas de conveniência, pode ter um preço distinto do praticado por canais que atendem aos consumidores de baixa renda, como os hard discounts.

Promoção e ponto de venda

Da verba total de marketing, 100% das indústrias entrevistadas aumentaram os investimentos em trade marketing – enquanto o marketing relaciona-se com o consumidor final, o trade marketing desenvolve os negócios com o trade, isto é, os canais de distribuição. Esse aumento nos investimentos objetiva recuperar o posicionamento de seus produtos junto aos varejistas, que podem estar mais interessados em vender marcas próprias ou, então, em reduzir as vendas de um produto de uma empresa em específico e esperar que ela o procure em condições mais vantajosas de comercialização.

E esse investimento é dividido de que forma entre as diferentes atividades possíveis? Pois 40% dos entrevistados declararam que realizam mais ações no ponto de venda, como degustações, abordagens, sorteio de prêmios e concursos culturais; 35% desenvolvem mais e melhores materiais promocionais para que seu produto ganhe destaque nas gôndolas dos varejistas; e 20% passaram a realizar um maior número de ações cooperadas com os varejistas (como tabloides, anúncios de televisão e promoções ao consumidor, que são feitas pelo varejista e que contam com o apoio da indústria).

Esses esforços demonstram a busca das empresas por aumentar ou manter suas vendas, sem ter de reduzir seus preços, e a importância crescente do ponto de venda como local onde o consumidor decide o que vai comprar. Ou seja, varejistas fortes, proprietários de esta-

belecimentos atraentes e com capacidade de investir em marketing são capazes de atrair os consumidores para suas lojas e orientar as vendas para os produtos que mais lhes interessem. A respeito disso, Blessa (2005) destaca que, no Brasil, 85% das compras já são decididas no local onde são realizadas.

Apenas 5% dos entrevistados aumentaram seus investimentos em outras ferramentas de marketing (por exemplo, a mídia), o que pode configurar um risco a médio e longo prazos, pois, segundo Randall (1994), marcas fortes são imprescindíveis para garantir que consumidores desejem e comprem determinado produto. Investimentos não devem ser direcionados apenas a trade marketing, ainda que hoje seja uma necessidade, mas também em marketing, com o fito de posicionar a marca de forma consistente na mente dos consumidores.

Com novas estratégias e planos de ação, as indústrias, segundo 90% dos entrevistados, tiveram de reformular seus departamentos comerciais (marketing e vendas) para adaptá-los ao atendimento do novo foco do trabalho, muito mais direcionado ao canal de distribuição, como foi apresentado.

Ao analisar-se o departamento de marketing, pode-se perceber que diferentes alternativas foram desenvolvidas, tanto que 40% das empresas pesquisadas aumentaram sua estrutura de marketing, 40% reduziram seu tamanho e 20% a mantiveram sem alterações. Já a estrutura de vendas, ao contrário, foi reforçada para atender à complexidade da nova formatação varejista em 60% das empresas, enquanto 30% a conservaram do mesmo tamanho e apenas 10% reduziram o número de profissionais de vendas.

Antes dessas mudanças, a maior parte das estruturas de marketing era formada por gerentes de produto. Esses profissionais, dispostos a desenvolver estratégias para atrair os consumidores, nem sempre têm uma visão clara da importância dos varejistas em seus negócios.

Esse foco no conhecimento das necessidades dos varejistas, em sua inserção no marketing mix e na implementação de forma mais efetiva das estratégias da empresa, é feito por uma estrutura que vem ganhando força cada vez maior nos últimos anos: o trade marketing. A presente pesquisa confirma esse dado, pois 70% das indústrias implementaram essa estrutura, que pode ser organizada de acordo com o canal de distribuição, por conta-chave, por categoria de produtos e por área geográfica.

Constatou-se ainda que, anteriormente, os departamentos de marketing e de vendas, assim como os planos e as operações sob sua responsabilidade não eram capazes de alcançar os resultados esperados pelas indústrias. Para o novo cenário, o ponto de venda não mais poderia ser entendido como uma variável controlável, mas, sim, deveria merecer tratamento personalizado, tão bom ou melhor do que aquele oferecido aos consumidores finais.

Enquanto Corstjens e Corstjens (1995) destacam que o trade marketing é um marketing industrial ou B2B (do inglês *business to business* – de empresa para empresa, em tradução livre), Randall (1994) reitera que os primeiros departamentos de trade marketing foram organizados na Europa: os varejistas europeus, nas décadas de 1980 e 1990, passaram por muitas transformações que mais tarde se espalharam pelo mundo com a consolidação das grandes redes. No Brasil, essa organização adquiriu tal relevância visto que há empresas onde o trade marketing se tornou uma diretoria independente das de marketing e de vendas.

Já o departamento de vendas era organizado com gerentes responsáveis por áreas geográficas preestabelecidas e também passou por algumas alterações: 60% constituíram uma equipe segmentada por canal de distribuição e 30% formaram uma equipe dedicada com exclusividade a cada conta-chave. Essa equipe de especialistas, segundo Kumar (2004), deve obter a concordância da administração superior da indústria e do varejista acerca das metas de negócios e deve também elaborar uma estratégia conjunta para ambos que seja ratificada em um acordo de parceria que, finalmente, é implementado por meio de planos de ação anuais.

No caso de fabricantes e varejistas globais, essa atividade ganha maior complexidade, pois precisa ser desenhada levando em consideração o negócio em diferentes regiões e países. A contrapartida desse esforço é que um acordo sólido entre ambas as partes oferece possibilidade não somente de reduzir os conflitos, mas também de desenvolver os negócios em escala muito maior. Esse é o motivo pelo qual as indústrias com atuação global têm desenvolvido times mundiais para atender os varejistas com atuação internacional.

A equipe de desenvolvimento de negócios com os clientes mundiais da Procter e Gamble, por exemplo, é composta por um líder responsável por gerentes de tecnologia da informação, gerenciamento de espaços, finanças, vendas, suprimentos, marketing e pesquisa de mercado. Esse grupo de trabalho negocia as diretrizes estratégicas do negócio e monitora sua efetiva implementação pelas equipes locais que atendem às contas-chave.

Outra responsabilidade dessa equipe é a de elevar o nível de serviço prestado aos varejistas e, por meio deles, atingir o consumidor final. Uma iniciativa que merece destaque é baseada na chamada resposta eficiente ao consumidor (em inglês *efficient consumer response* – ECR), que, segundo Kumar (2004), pode reduzir em até 11% os custos da cadeia de distribuição. De acordo com Parente (2000, p. 239), o ECR consiste em

um esforço conjunto entre fabricantes e varejistas para identificar oportunidades de melhoria nas práticas comerciais e no uso de novas tecnologias [...]. Por meio do foco na eficiência de toda a cadeia de suprimento, em vez da eficiência individual das partes, reduzem-se os custos totais do sistema, dos estoques e bens físicos, ao mesmo tempo que o consumidor tem a possibilidade de escolher produtos mais frescos e de melhor qualidade.

Essa nova equipe de vendas, que no passado era avaliada pelo “atingimento” de volume de vendas, passa a ter novos indicadores de desempenho, como o nível de satisfação dos clientes e o incremento do resultado operacional por canal ou por conta-chave.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo constatou que os fabricantes pesquisados reconhecem que as mudanças ocorridas no varejo alimentício são muito importantes, pois geram impacto negativo em seus negócios e devem se intensificar nos próximos anos. Neste momento não é possível afirmar que as indústrias voltarão a ter resultados tão expressivos como obtinham no passado, porém percebe-se que estão revisando suas estratégias e estruturas com esse objetivo e levando em consideração esse novo ambiente de negócios.

Cada um dos itens do marketing mix foi revisto, considerando qual a solução mais adequada sob a ótica não só do consumidor, mas também dos varejistas. Nesse contexto, produtos e preços desenhados sob medida para uma rede de supermercados ou um canal de distribuição

são uma realidade hoje. Os investimentos em trade marketing aumentaram o orçamento de marketing, o que pode esconder outra armadilha no futuro, pois marcas fortes são imprescindíveis ao sucesso de uma empresa que fabrica e comercializa bens de consumo, e é necessário investir para preservar a saúde das marcas.

Novas estratégias demandam novas estruturas e, conseqüentemente, equipes de trade marketing foram constituídas para gerenciar as estratégias e os planos para cada canal de distribuição, assim como foram organizados grupos especializados em vendas, seja em canais de distribuição específicos, seja em contas-chave.

Finalmente, vale ressaltar que este estudo pode – e deve – ser complementado com outros trabalhos que investiguem, com mais profundidade, cada uma das mudanças pelas quais o varejo vem passando, bem como com estudos que monitorem a efetividade das estratégias desenvolvidas pelas indústrias e os novos modelos que possam vir a ser desenvolvidos no futuro.

REFERÊNCIAS

BLECHER, N. A ditadura do varejo. Exame, São Paulo, n. 768, p. 44-52, 2002.

BLESSA, R. Merchandising no ponto de venda. São Paulo: Atlas, 2005.

CORSTJENS, J.; CORSTJENS, M. Store wars. Chichester: John Wiley e Sons, 1995.

KUMAR, N. Marketing como estratégia. São Paulo: Campus, 2004.

LAS CASAS, A. L. Marketing de varejo. São Paulo: Atlas, 2004.

PADUAN, R. Mais de uma loja por semana. Exame, São Paulo, n. 840, p. 60-61, 2005.

PARENTE, J. Varejo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2000.

RANDALL, G. Trade marketing strategies. Londres: BH, 1994.

ROSENBLOOM, B. Canais de marketing: uma visão gerencial. São Paulo: Atlas, 2002.

SOUZA, M. G. de. Centrais de negócios. São Paulo: Edições Inteligentes, 2004.

Geoparque quarta Colônia Aspirante UNESCO e sua importância para o desenvolvimento geoturismo no território

Marli Medianeira Nunes Batista Toniolo

Graduada em Direito Universidade Metodista FAMES-Santa Maria-RS. Pós Graduada em Ciências Criminais Universidade Luterana do Brasil-ULBRA Canoas-RS. Pós Graduada em Direito Ambiental e Sustentabilidade FACULDADE ÚNICA- Minas Gerais. Mestranda da Universidade Federal de Santa Maria-RS

DOI: 10.47573/aya.5379.2.71.7

RESUMO

O Programa Geoparque é coordenado pela Rede Global de Geoparques, sob os auspícios da UNESCO, e baseia-se na geoconservação, geoturismo e educação. A Quarta Colônia, situada na região central do Estado do Rio Grande do Sul, compreende os municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins. As características destes municípios que compõem a Quarta Colônia, como a beleza natural das suas paisagens, da abundância de água de seus rios e de suas cascatas, da raridade dos fósseis ali encontrados que testemunham as mudanças ambientais do planeta nos últimos 250 milhões de anos e a cultura preservada dos seus imigrantes, se bem articuladas, podem permitir que essas comunidades possam legar, às próximas gerações deste planeta, um futuro em que a qualidade de vida esteja em sintonia com a conservação da sua cultura e com a sua herança geopatrimonial. (TRE. UFSM. 2021). O objetivo do trabalho é demonstrar a importância do geoturismo para o desenvolvimento econômico, cultural e educacional no Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO. Utilizou-se da pesquisa bibliográfica e exploratória. Os resultados apontam que o território oferta uma rede satisfatória de hotéis, cabanas e pousadas. Nos geossítios do Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO, pode haver a implantação de atividades como: estruturação de trilhas, roteiros, criação de pequenos restaurantes e alojamentos locais, fabricação de souvenirs pela comunidade. Então, considera-se que o Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO, poderá configurar-se como importante indutor do desenvolvimento regional, por meio da implantação de empreendimentos locais voltados para o turismo, gerando benefícios para as comunidades.

Palavras-chave: geoparque quarta colônia. geoturismo. geossítios.

ABSTRACT

The Geopark Program is coordinated by the Global Geopark Network, under the auspices of UNESCO, and is based on geoconservation, geotourism and education. The Fourth Colony, located in the central region of the State of Rio Grande do Sul, comprises the municipalities of Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine and Silveira Martins. The characteristics of these municipalities that make up the Fourth Colony, Abstract, as the natural beauty of its landscapes, the abundance of water from its rivers and its cascades, the rarity of the fossils found there that witness the environmental changes of the planet in the last 250 million years and the preserved culture of its immigrants, if well articulated, can allow these communities to bequeath, to the next generations of this planet, a future in which the quality of life is in tune with the conservation of its culture and its geopatrimonial heritage. (TRE. UFSM. 2021). The objective of the work is to demonstrate the importance of Geotourism for economic, cultural and educational development in the Fourth Aspiring Colony UNESCO Geopark. Bibliographic and exploratory research was used. . The results indicate that the territory offers a satisfactory network of hotels, huts and inns. In the geosites of the Geopark Fourth Aspiring Colony UNESCO, there may be the implementation of activities such as: structuring of trails, itineraries, creation of small restaurants and local lodgings, manufacture of souvenirs by the community. So, it is considered that the Geopark Quarta Colônia Aspirante UNESCO, can be configured as an important inducer of regional development, through the implementation of local developments focused on tourism, generating benefits for communities.

Keywords: geopark fourth colony. geotourism. geosites.

INTRODUÇÃO

Os geoparques surgiram e ganharam acentuado espaço na Europa e Ásia, no Brasil, os geoparques só começaram a ser trabalhados em 2006, com o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), por meio do “Projeto Geoparque no Brasil” com a premissa básica de identificar, levantar, descrever, inventariar, diagnosticar e divulgar áreas com potencial para futuros geoparques.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que é a principal promotora dos geoparques pelo mundo, descreve que geoturismo configura-se como sendo um dos pilares para o êxito de um geoparque, por isso, é fundamental saber desde a gênese da proposta, o que existe de atividades voltadas para o geoturismo e o que pode vir a ser implantado no território de um geoparque.

Do ponto de vista conceitual, inicialmente Hose (1995) conceitua geoturismo como: disponibilidade de instalações e serviços de interpretativos para geossítios e geomorfosítios e sua topografia abrangente, juntamente com a sua associada *in situ* e *ex situ*, artefatos para construção de um público para a sua conservação por meio da geração de aprendizagem, apreciação e pesquisa por e para as gerações atuais e futuras. (HOSE, 2012, p.11 *apud* CARDOSO, 2013).

O conceito apresenta-se como sendo um dos mais importantes segundo os pesquisadores da temática, sobretudo pelo seu caráter precursor. Atrela o geoturismo a necessidade de existência de condições para a transformação de indivíduos, de modo que busquem a conservação dos geossítios para o usufruto dessa e futuras gerações. O geoturismo tomou força justamente devido ao destaque dado as iniciativas que promovem a valorização e conservação do patrimônio geológico pelo mundo (CARDOSO, 2013).

Ruchkys (2007, p. 23), que afirma o geoturismo como sendo: Um segmento da atividade turística que tem o patrimônio geológico como seu principal atrativo e busca sua proteção por meio da conservação dos seus recursos e da sensibilização do turista, utilizando, para isto, a interpretação deste patrimônio tornando-o acessível ao público leigo, além de promover a sua divulgação e o desenvolvimento das ciências da Terra.

O Projeto Estratégico Geoparque Quarta Colônia é uma iniciativa da Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS) associação pública de direito privado o consórcio tem seus projetos focados no desenvolvimento da Quarta Colônia.

O Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO, está situado na região central do Estado do Rio Grande do Sul, compreende os municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins.

As características destes municípios que compõem a Quarta Colônia, como a beleza natural das suas paisagens, da abundância de água de seus rios e de suas cascatas, da raridade dos fósseis ali encontrados que testemunham as mudanças ambientais do planeta nos últimos 250 milhões de anos e a cultura preservada dos seus imigrantes, se bem articuladas, podem permitir que essas comunidades possam legar, às próximas gerações deste planeta, um futuro em que a qualidade de vida esteja em sintonia com a conservação da sua cultura e com a sua herança geopatrimonial. (PRE UFSM, 2021)

GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA ASPIRANTE UNESCO E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO GEOTURISMO

Os Geoparques Mundiais da UNESCO são áreas geográficas unificadas, onde sítios e paisagens de relevância geológica internacional são administrados com base em um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável. Sua abordagem ascendente que combina a conservação com desenvolvimento sustentável e que, ao mesmo tempo, envolve as comunidades locais, está se tornando cada vez mais popular. Atualmente, (UNESCO).

Merece destaque, ainda, a geodiversidade da região que contribui para uma grande riqueza fisiográfica e paisagística, bem como a beleza das paisagens cênicas da região que possui grande diversidade geomorfológica. As rochas sedimentares da Bacia do Paraná e das coberturas cenozóicas, mais arrasadas pela erosão, formam uma feição típica do interior do Rio Grande do Sul, as coxilhas, cobertas por campos relacionados ao Bioma Pampa, que cobrem a parte sul da área do proposto Geoparque. As ações desenvolvidas pela UFSM e O CONDESUS para o desenvolvimento do Geoturismo do Geoparque da Quarta Colônia Aspirante UNESCO são de grande importância para o crescimento turístico no território.

A Quarta Colônia é rica de história e de esplendor natural. As características dos municípios que compõem a Quarta Colônia, inclui em seu cenário a beleza natural das suas paisagens, da abundância de água de seus rios e de suas cascatas, da raridade dos fósseis ali encontrados que testemunham as mudanças ambientais do planeta nos últimos 250 milhões de anos e a cultura preservada dos seus imigrantes, se bem articuladas, podem permitir que essas comunidades possam legar, às próximas gerações deste planeta, um futuro em que a qualidade de vida esteja em sintonia com a conservação da sua cultura e com a sua herança geopatrimonial. (CONDESUS/UFSM, 2020)

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o Instituto Federal Farroupilha (IFFar) assinaram, neste ano, um convênio para o desenvolvimento de ações de Pesquisa e de Extensão voltadas ao turismo e à gastronomia no território abrangido pelo Projeto Geoparques UFSM. O acordo foi motivado pelo projeto de pesquisa “Patrimônio gastronômico da Quarta Colônia de imigração italiana: dos saberes aos sabores” e pelo projeto de extensão “Relatos e retratos da comida na Quarta Colônia de Imigração Italiana, RS”, ambos do IFFar, coordenados pela professora Raquel Lunardi. (PRE UFSM, 2021)

O professor Flavi Ferreira Lisboa Filho, pró-reitor de extensão da UFSM, destaca o papel desempenhado pelo Instituto Federal Farroupilha na potencialização das ações desenvolvidas pelo projeto Geoparque Quarta Colônia. “O convênio entre as instituições permitirá ao projeto avançar na área da gastronomia e do turismo, trazendo significativos acréscimos nesta caminhada em busca da certificação do território, que é concedida pela UNESCO”.

Outra importante ação relacionada ao convênio é o IF + Empreendedor, coordenada pela professora Rafaela Vendruscolo. O projeto será executado em parceria com cinco empreendimentos localizados na Quarta Colônia, e prevê realização de ações individuais e coletivas com as empresas, como melhorias no modelo de negócios, diversificação dos canais de comercialização e qualificação dos produtos e dos serviços com foco em mercados diferenciados. (TRE UFSM, 2021)

Uma das ações se deu início em 2010, e foi inaugurado em 2013, quando começou a funcionar efetivamente como órgão suplementar do centro de ciências naturais e exatas (CCNE).

O Centro de Apoio a Pesquisa Paleontológica (CAPPA), passou a fazer parte da UFSM, o mesmo possui a missão de mapear novos sítios, fossilíferos, monitorar os locais já conhecidos, coletar e salvaguardar fósseis de vertebrados e plantas, dar apoio ao desenvolvimento da pesquisa nas áreas da paleontológica e geologia. O Centro de Apoio a Pesquisa Paleontológica (CAPPA), tem o objetivo as atividades acadêmica e científica.

Outra ação em destaque em 2018, foi o projeto “O Geoparque vai a escola”, iniciativa do grupo de estudos PANGEA, o qual realizou inscrição e um cronograma para formação de professores, em educação patrimonial NO TERRITÓRIO DA Quarta Colônia. Os ministrantes das oficinas de formação de professores foram os doutorandos em Geografia, Djulia R. Ziemann e prof. Dilson N, Cechin, sob a coordenação do professor Adriano Figueiró.

No território da Quarta Colônia, o turismo é uma atividade extraordinária, seja pela construção social iniciada em 1990, diante do acionamento de aspectos ambientais, culturais e sociais, nas projeções políticas administrativas da região. As oportunidades de desenvolvimento sustentável com vínculos territoriais identitários que aproxima o pensamento turístico de ações integradas desde a governança político administrativa até as iniciativas empresariais do trade turístico, apoiados nos constantes debates e reflexões sobre sustentabilidade, salvaguarda do patrimônio e reconhecimento dos saberes e fazeres dos atores da região.

GEOTURISMO COMO EXPECTATIVA DO DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DA QUARTA COLÔNIA.

O turismo é alternativa socioeconômica de trabalho e singular potencial para investimento e incremento de renda. Oferece um cenário diversificado, de atividades de aventura em meio a natureza, festividades étnico-culturais, eventos políticos e administrativos, religiosos, gastronômicos e também, a singularidade do patrimônio, arquitetônico geológico, paleontológico e genealógico. (GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA, 2021)

Destaca Figueiró e Ziemann (2016)

O potencial geoturístico expressa a atratividade de um determinado geossítio em relação ao potencial dos seus aspectos geológicos, à infraestrutura, à segurança e à possibilidade de interpretação. Evidencia-se, que a utilização turística do local implica em algum risco de degradação, pois as características geopatrimoniais podem sofrer danos ou até mesmo serem completamente destruídas, caso o local não apresente uma gestão adequada.

O patrimônio Gastronômico na Quarta Colônia é fruto de um conjunto de elementos culturais identitários, oriundos dos saberes e fazeres trazidos pelos imigrantes desde o século XIX, e aprimorados ao longo da colonização. A gastronomia da região compõe-se da culinária de herança italiana, alemã, portuguesas, Africana e quilombola.

Dentro do território está distribuída a seguinte rede de hotelaria. No município de Agudo se faz presente quatro hotéis, Bel Recanto Hotel, Hotel Germânico, Pousada Baires e Pousada Mate e Café. No Município de Don Francisca oferta duas pousadas, pousada do Jacuí e Pousada do Monte Santo. Em Faxinal do Soturno são ofertados aos turistas e visitantes os seguintes hotéis, pousadas e cabanas, Del Vale Pousada e Chalé, Hotel da Gema, Hotel Havai e Hotel

Zanon. Em Ivorá tem uma cabana Paraiso e uma pousada Trilhas de Ivorá,. Nova Palma tem a Cabana do Dutra, Camping Municipal, Pousada do Padilha e Pousada do Dutra. Pinhal Grande oferta uma Pousa e Restaurante. Em Restinga Seca tem o Hotel Ouro Preto, Hotel São João, Hotel Recanto Business Center, Pousada Fuzer. São João do Polesine é composto por Hospedagem do Vale, Hotel Capo Zorial, Pousada e Restaurante Recanto, Pousada N. Arlindo e Silveira Martins oferta a Pousada e Ristorante Pinton..Com essa rede de Hotéis, Pousadas e Cabanas a Quarta Colônia, assegura o descanso aos visitantes e turistas após seus passeios na região.

A Quarta Colônia também oferta uma bem equipada rede de Agências e Guia de Turismo, sendo elas: Agudo Ecoturismo, Caminhos de Ivorá, Trilhas de Ivorá, Viaggio Tour. Os guias e agencias de turismo são empresas e profissionais preocupados com o bom aproveitamento e segurança dos passeios no Território do Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO. Os Roteiros Turísticos da região encontram-se em construção.

A religião no território da Quarta Colônia é Laico, para melhor exemplificar e definir, o estado laico significa um país ou nação com uma posição neutra no campo religioso. Também conhecido como Estado secular, o Estado laico tem como princípio a imparcialidade em assuntos religiosos não apoiando ou discriminando nenhuma religião. A religião de matriz africana mais conhecida e celebrada no Brasil é o Candomblé praticado a partir da vinda forçada dos negros para o nosso País.

Em 1945 houve a construção do capitel ainda hoje existente no quilombo, Vovó Isabel, sendo uma promessa do casal Augusto e Paula Santi Scolari para sua filha Aurélia. A partir da construção deste capitel as pessoas oravam em frente ao mesmo, com a participação do ministro da comunidade vizinha ou do padre, uma vez por mês, bem como eram realizadas procissões, organizadas pelos moradores, subindo até o cume onde estava o capitel, na busca por graças e bênçãos, principalmente nos tempos de seca.

Em 1996, após a formação do primeiro Conselho da Capela, o templo passou a ser independente da localidade vizinha, tendo suas celebrações, orações, festa em homenagem aos seus padroeiros, casamentos, batizados, etc., na própria comunidade, cuja edificação foi reformada e ampliada em 2015. Na comunidade há, também, uma igreja evangélica, construída em meados de 2009, onde ocorriam cultos todos os sábados, a qual se encontra fechada há alguns anos.

O Geoturismo e a conservação da biodiversidade pode ser feita por diversas estratégias, sendo uma destas a delimitação de áreas naturais remanescentes de biomas em Unidades de Conservação. As mesmas, protegem a biodiversidade por meio da manutenção dos recursos genéticos, da diversidade de espécies e de ecossistemas, recursos hídricos e geológicos, protegendo paisagens naturais, e promovendo a restauração de ecossistemas degradados.

No território do Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO, temos dois biomas riquíssimos em diversidade biológica que são conservados pelo Corredor Ecológico da Mata Atlântica e pela Unidade de Conservação Parque Estadual Quarta Colônia (PEQC). Esta última é constituída pelo Decreto Estadual nº 44.186/2005 e abrange parte dos municípios de Agudo e Ibarama. Situa-se no limítrofe entre as regiões fisiográficas do Planalto e da Depressão Central. Seu relevo é forte-ondulado, caracterizado por morros e escarpas, originários de derramamento basáltico que recobre as formações sedimentares de arenitos, silticos e argilosos.

A atividade turística no Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO é formada por um conjunto de oportunidades, tanto na área rural como na urbana. A paisagem rural, o cenário das encostas, morros, estradas sinuosas, e vales que acompanham os morros, os campos (do tipo poteiros), as pequenas lavouras da agricultura familiar, convidam para um belo passeio ao entardecer, com o sol se despedindo lentamente para dar espaço a uma noite de clima ameno e um pouco distante do agito urbano.

A cultura, a história e a hospitalidade, os diversos segmentos de turismo que fazem parte do território Quarta Colônia poderão ser disfrutados ao longo do ano. O turismo na área rural responsável, alternativo e sustentável, a Quarta Colônia é o destino certo. Aqui, o turismo no espaço rural pode ser uma alternativa inesquecível, com possibilidade de realizar atividades de aventura, passeios em meio a natureza, conhecer as belas paisagens rurais, fazer caminhadas de curto e longo trechos, vivenciar um pouco da vida do campo, da culinária e tudo de bom que a natureza pode proporcionar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da temática apresentada sobre o Território da Quarta Colônia-RS. Podemos dizer que a região esta privilegiada com os cenário do biossistema presente no território. Sendo assim, faz-se necessário uma pesquisa com o objetivo de buscar ações de geoturismo dos geoparques Latino Americanos que melhor se adequam a realidade do Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO.

O objetivo do trabalho foi demonstrar a importância do Geoturismo para o desenvolvimento econômico, cultural e educacional no Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO. Os resultados apontam que o território oferta uma rede satisfatória de hotéis, cabanas e pousadas. Nos geossítios do Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO, pode haver a implantação de atividades como: estruturação de trilhas, roteiros, criação de pequenos restaurantes e alojamentos locais, fabricação de souvenirs pela comunidade. Então, considera-se que o Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO, poderá configurar-se como importante indutor do desenvolvimento regional, por meio da implantação de empreendimentos locais voltados para o turismo, gerando benefícios para as comunidades do território.

REFERÊNCIAS

BRASIL.GOV.SERV. CONDESUS Quarta colônia. Disponível em: <<https://www.govserv.org/XX/Unknown/273438626391952/Condesus-Quarta-Colonia>> Acesso: 27 Jun.2021.

CARDOSO, Cristiane Soares. Geoparque Seridó: valores turísticos e gestão. 2013.131f Dissertação (mestrado de Turismo) - Programa de Pós - Graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

FIGUEIRÓ, Adriano Severo. ZIERMANN, Djulia Regina. Avaliação do Potencial Geoturístico no Território da Proposta Geoparque Quarta Colônia. Revista do Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. ISSN 2236-2878. v. 34.(2017) 137-149. Disponível: <[Ziemann e Figueiró 2017 - Avaliação do Potencial Geoturístico no Território da Proposta Geoparque Quarta Colônia.pdf \(geoparques-sbg.org.br\)](#)> Acesso 09 Abr. 2022

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Geociências e Geoparques Mundiais da UNESCO. Disponível em: <<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/earthsciencegeoparks?msckid=39236f49b83f11ecb3240fee3ed6ac2>> Acesso 30 Jan.2022

RUCHKYS, Úrsula Azevedo. Patrimônio geológico e geoconservação no quadrilátero ferrífero, Minas Gerais: potencial para criação de um geoparque da UNESCO. 2007. 223f. Tese de doutorado - Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Extensão Geoparque quarta colônia aspirante UNESCO. Disponível em:<<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/geoparque-quarta-colonia/?msckid=6a9eccadb84311ec881118ce6c7d6eb2>>. Acesso 29 Jan. 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Extensão. UNESCO Aspirante Geoparque Quarta Colônia. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/geoparque-quarta-colonia/?msckid=4f246b39b83e11ecb0bd987e20835d53>>. Acesso em: 08 Fev.2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Extensão. Geoparque Quarta Colônia Aspirante Unesco. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/geoparque-quarta-colonia/?msckid=bb51d778b84111eca19545dbf5516e20>>. Acesso 30 Jan.2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Extensão. UFSM e IFFar firmam convênio para o desenvolvimento de ações junto ao Projeto Geoparques – PRE. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/2021/05/18/ufsm-e-iffar-firmam-convenio-para-o-desenvolvimento-de-acoes-junto-ao-projetogeoparques/?msckid=54734fccb84211eca254ca4fb7549110>> Acesso 07 Fev.2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pré-Reitoria de Extensão. Relatório de Ações Geoparque Quarta Colônia. Disponível em: <<https://www.geoparquequartacolonia.com.br/arqs/5.pdf?msckid=2567bfa6b84b11ec97a2c6ca1a728905>> Acesso: 05 Fev.2022 p, 05

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pré-Reitoria de Extensão. Turismo na Quarta Colônia. Disponível em: <<https://www.geoparquequartacolonia.com.br/turismo-na-quarta-colonia?msckid=ced38b1ab84b11ec9105053b83127e8d>> Acesso:05 Fev.2022

As inovações no contexto geral da lei Nº 14.133/2021 e a contratação direta

Gionara de Souza Pinha

DOI: 10.47573/aya.5379.2.71.8

RESUMO

O presente estudo vem abordando uma temática recente, que surgiu a partir da promulgação da nova “lei de licitações”, que trata das inovações trazidas pela nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº. 14133/2021 e a contratação direta. Objetivou estudar a Lei 14.133/2021, algumas inovações e, bem como a contratação direta, de forma a compreender as regras ali estabelecidas. O percurso metodológico adotado teve por abordagem a pesquisa qualitativa, e sendo seu procedimento de coleta de dados a revisão bibliográfica, que se desenvolveu a partir de investigação em sites ou repositórios como Scientific Electronic Library Online – SciELO, Google Acadêmico e sites oficiais, tendo por texto base a referida lei, que demonstrou que a nova legislação veio para dar celeridade aos processos de licitação e contratação direta de forma mais segura e dentro dos princípios que regem a Administração Pública, atendo anseios dos setores envolvidos nas contratações públicas e o desejo de seriedade com a coisa pública.

Palavras-chave: contratação direta. inovações. Lei n. 14.133/2021.

ABSTRACT

The present study has been addressing a recent theme, which emerged from the promulgation of the new "bidding law", which deals with the innovations brought by the new law of bidding and administrative contracts, Law no. 14133/2021 and direct hiring. It aimed to study Law 14.133 / 2021, some innovations and, as well as direct contracting, in order to understand the rules established there. The methodological path adopted had a qualitative research, and its data collection procedure being the bibliographic review, which developed from research on sites or repositories such as Scientific Electronic Library Online - SciELO, Academic Google and official websites basic text to said law, which demonstrated that the new legislation came to give speed to the processes of bidding and direct contracting in a more securely and within the principles governing the public administration, attending yearnings of the sectors involved in public hiring and the desire for seriousness with the public thing.

Keywords: direct hiring. innovations. Law n. 14.133 /2021.

INTRODUÇÃO

Com a nova Lei nº 14 133/2021, atual Lei de Licitações e Contratos Administrativos, diversas alterações e inovações foram constatadas no tocante à matéria. Exemplo disso são os artigos 72 ao 75, que tratam da contratação direta. As inovações sempre suscitam profundas discussões na esfera do Direito, na doutrina e jurisprudência.

Esse estudo, pois, tem o objetivo de estudar a Lei nº 14.133/2021, algumas inovações e, em especial, a contratação direta, de forma a compreender as regras estabelecidas. Para tanto, se faz necessário a busca de compreensão de definições dos dispositivos legais e administrativos para as devidas formas de celebração de contratos administrativos.

Neste contexto, o presente estudo tem por tema as inovações surgidas a partir do momento que a Lei nº 14.133/2021 entra em vigor e como fica regulamentada a contratações direta.

O presente tema se justifica como meio de informação e qualificação para agentes e empresas que atuam na esfera pública, obtendo o domínio para a sua devida aplicação.

A metodologia adotada teve por abordagem qualitativa com o uso da pesquisa bibliográfica como técnica de coleta de informações que se desenvolveu a partir de investigação em sites ou repositórios como Scientific Electronic Library Online – SciELO, Google Acadêmico, site oficial entre outros de igual aceitação.

BREVE CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS INOVAÇÕES DA LEI 14.133/2021

No primeiro semestre de 2021, mais especificamente dia 1º (primeiro) de abril de 2021, foi sancionada a nova Lei de Licitações, Lei nº. 14.133/201, que passou a vigorar a partir de sua publicação. Esta lei não revogou automaticamente a lei anterior, sendo que durante os dois primeiros anos elas coexistirão, Lei nº. 8.666/93. No entanto, foram revogados os artigos 89 a 108 da Lei 8.666/93 com a publicação da nova lei. Após este período será a norma amplamente usada nas contratações administrativas.

Porém, para os contratos administrativos que foram assinados antes a sua vigência, permaneceram regidos pela Lei nº 8.666/93. Ficando facultado à Administração Pública a escolha de qual instrumento normativo irá ser aplicado nos processos de licitação e contratação direta, desde que sejam indicadas no edital ou no aviso ou no instrumento de contratação, sendo impossibilitada a aplicação das duas leis concomitantemente.

Neste sentido, é objetivo desta seção abordar de forma breve sobre as inovações da referida lei, em seu contexto geral, sem pretender aprofundar os temas, apenas visa se familiarizar com os principais dispositivos da lei.

No artigo 5º, a Lei expõe os princípios que a fundamentam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável. Sendo que a inovação neste artigo se encontra nos princípios de transparência, planejamento e segregação pública (ARAÚJO, 2021).

O art. 12, inciso VII, traz a previsão da possibilidade dos órgãos responsáveis justamente pelo planejamento de cada ente federativo possam elaborar o plano anual de contratações. Apontando assim, um caminho para uma racionalização das contratações, desde que bem realizado (ARAÚJO, 2021).

Além da definição das fases a serem seguidas presentes no artigo 17, em sequência: I - preparatória; II - de divulgação do edital de licitação; III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; IV - de julgamento; V - de habilitação; VI - recursal; VII - de homologação. Esta não impede que a fase de habilitação, mediante ato motivado, excepcionalmente, anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, desde que expressamente previsto no edital de licitação (ARAÚJO, 2021).

Outro ponto positivo está presente no art. 18, que prevê como meio de maximizar a eficiência, reporta a necessidade das contratações sejam fundamentadas em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido. Este estudo precisa evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica na hora da contratação.

A prévia participação social está presente ao se prever a possibilidade de que seja convocada audiência pública sobre eventual licitação que se pretenda realizar, inclusive com disponibilização prévia do estudo técnico preliminar para discussão.

O art. 22 confere a segurança jurídica às partes contratantes, quando necessário, seja contemplada, no instrumento convocatório, a matriz de riscos. O documento tem por finalidade principal a de fixar a alocação eficiente dos riscos de cada contrato e estabelecer, previamente, a responsabilidade de cada parte contratante, bem como os mecanismos que afastem a ocorrência do sinistro e mitiguem os seus efeitos, caso este ocorra durante a execução contratual (ARAÚJO, 2021).

O setor privado deverá estar atento às disposições da Lei nº 14.133/21 tratando de sobrepreço. Exige o artigo 23 que o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

Como parâmetros para fixação do valor estimado de cada contratação, a norma exige que seja observado, dentre outros, os seguintes parâmetros: I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no

Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços; III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada; IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação.

Especificamente quanto às contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, será ônus do contratado comprovar previamente que os preços cotados estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo (ANDRADE e ROST, 2021).

Também se sobressai o artigo 25, § 4^a, ao estabelecer que, nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato (ANDRADE e ROST, 2021).

As inovações trazidas pela Lei nº. 14.133/2021 possuem reações que a coloca em uma posição mais conceituada que a lei anterior, por gerar situações caracterizadas como benefícios para a Administração Pública em relação ao interesse público.

A Lei nº 14.133/2021 descreve, de modo restrito, a adoção de princípios que conduzirão

a aplicação da legislação, a exemplo de processos metódicos de orientação processual. A antecipação do processo de consultas é capaz de trazer maior celeridade ao processo. Demandando um dever jurídico aos diretores administrativos públicos, que percebendo descumprimento de cláusula, ensejará na sua responsabilidade (BRASIL, 2021).

Vale dizer ainda, que a responsabilização será descrita logo à incumbência de processos de consultas sendo este procedimento correto, satisfatório e adaptado da licitação dentro do compromisso contratual público (ANDRADE e ROST, 2021).

Há, entre outras, conceituações de serviços contínuos e serviços não contínuos, que acabam sendo capazes de ajudar os processos de consultas das licitações no que diz respeito às obrigаторiedades e funções acessórias, assim como ao cumprimento dos prazos contratuais.

Desaparece, portanto, a característica particular de convite, e acaba sendo inventada a característica particular de “diálogo competitivo”. A contratação direta por meio do credenciamento terminaria sendo esperada, e igualmente, a pré-qualificação, tem-se a motivação subjetiva (LOPES, 2021, p. 12). Dessa forma, o legislador pretende corrigir distorções da antiga modalidade convite (Artigo nº 22, § 3º da Lei nº 8.666/93), que admite participação de empresa não cadastrada, e afasta quaisquer possibilidades de direcionamento a empresa.

Todavia, na legislação anterior ainda tivera sido aprimorada a imagem do seguro-garantia. O seguro-garantia, dentro das suposições legais, terá de atender a todo o rol de obrigаторiedades contratadas. O custo da garantia terá de ser inserido ao valor ofertado.

Conforme indica a Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública poderá estabelecer a imposição legal de a seguradora assumir a execução e terminar o objeto do contrato, na situação de inadimplemento por parte do contratado, podendo subcontratar execução parcial ou total do seu compromisso, encerrando a obrigação de pagar a apólice nos casos de cumprimento das obrigações contratuais. (BRASIL, 2021, art. 102).

As alocações de riscos considerarão a compatibilidade com as obrigаторiedades conjuntas, assim como os encargos atribuídos às frações no compromisso contratual, entre elas a natureza do risco, o dependente das prestações e outras cláusulas a que se vincula o processo. Além disso, será aferida a capacidade de cada setor para gerenciá-lo.

Lopes (2021) indica no que diz respeito ao orçamento estimativo da contratação, que a nova legislação contém normas consideradas bem motivadoras. Prenuncia-se que este valor seja previsto na contratação, e necessitará estar consoante com o mercado “considerados os valores consultados em bancos de dados públicos, como também as quantidades a serem contratadas, averiguadas a potencial economia de escala, como também das características específicas do local de execução do objetivo (art. 23)” e sugestão de protocolos administrativos à aquisição do valor de referência das contratações.

Por sua vez, o orçamento, resguardadas as prerrogativas dos órgãos de Controle externo e interno e as informações indispensáveis, poderá ser sigiloso, tal como acontece nos planos das licitações e nas contratações das corporações estatais, com exceção no que indica o resumo da Lei nº 13.303/2016, que afere ao orçamento estimativo um caráter sigiloso, enquanto no plano da Lei nº 14.133/2021, o sigilo do orçamento terá de ser justificado (art. 24) (BRASIL, 2021).

A formalização de compromissos contratuais de serviços e obras será celebrada pelo

prazo de até 5 anos (lembre-se que este prazo era exclusivo para as obrigações nos ambientes contratuais de uma excelente prestação de serviços contínuos). Os compromissos contratuais de locação de produtos técnicos e contínua utilização de programas de informática serão celebrados por até 5 anos (BRASIL, 2021)

Tendo em vista os compromissos contratuais, e desde que haja antecipação em edital no qual a autoridade competente ateste que estas condições, como também os valores, acabem sendo lucrativos à Administração, se aceita a prorrogação (até o limite decenal) com o contratado. Caso não haja, se procederá ao termo de extinção contratual sem ônus para qualquer das partes (BRASIL, 2021, art. 107).

No que tange as contratações com Dispensa de Licitação por Emergência, o prazo máximo de contrato que era de 180 dias (previsto no artigo nº 24, VI da lei nº 8.666/93) dá lugar a uma contratação que poderá ter a duração de até 1 ano (artigo nº 75, VIII, da lei nº 14.133/21).

Os compromissos contratuais onde ocorra geração de receita como também as obrigações nos ambientes contratuais de ampla competência são celebrados por até 10 anos, caso não possuam investimentos, como também as obrigações nos ambientes contratuais com investimento (aqueles que impliquem a produção de melhorias duráveis e contínuas, exercidas às expensas do contratado, que poderão ser revertidas ao patrimônio da Administração Pública ao término do compromisso contratual – art.109) são celebrados com prazo de até 35 anos.

Com o retardamento imotivado de execução dos compromissos de ordem contratual, acaba-se tendo de passar a ser vedado o contrato, mesmo na conjectura ou argumentação/suposição de substituição de chefia do Poder Executivo ou de novo titular do órgão ou entidade contratante (art. 114).

No momento da contratação de obras, a expedição da ordem de serviço terá de ser de um modo obrigatório, precedida de proteção (caução) em conta vinculada, dos meios referentes a finanças, suficientes para cobrir as contas a acertar, relativas à fase seguinte a ser realizada, e estes meios são impenhoráveis (art. 114, § 2º).

A aquisição por parte do licitante do licenciamento ambiental prévio, quando for de atribuição da Administração Pública, de um modo obrigatório, se dará à ampla difusão do aparato instrumental convocatório (art. 114, § 4º).

Existe ainda a decisão quanto a sustentabilidade social no que concerne as contratações de pessoal pelo contratado:

ao tempo de toda a execução do compromisso contratual, o contratado terá de se atender a reserva de cargos de trabalho amparada em legislação para pessoa com necessidade consideradas especiais, para reabilitados da Previdência Social ou para os aprendizes, tal como as reservas de cargos de trabalho previstas em outras imposições e normas específicas (art. 115). (BRASIL, 2021).

De modo satisfatório, a Lei nº 14.133/2021 disciplinou a imagem, como também as obrigações do “fiscal do contrato”. O profissional que fiscaliza e detém o compromisso contratual “será auxiliado através de órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que terão de elucidar indagações e subsidiá-lo com conteúdos importantes para prevenir riscos na execução contratual (art. 117, § 3º)” (BRASIL, 2021).

Há uma disciplina que opera de acordo com a legislação à contratação de terceiros, visando assistir e apoiar ações fiscalizadoras, de modo oficial da execução do compromisso contratual (art. 116, § 4º) (BRASIL, 2021).

Restou pacificado o problema escolhido à responsabilidade subsidiária por encargos trabalhistas do colaborador quando da execução de compromissos contratuais de uma prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra (LOPES, 2021).

Na linha do conceito declarado pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Tribunal Superior do Trabalho, exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regimento de dedicação exclusiva de mão de obra, a direção administrativa responderá solidariamente através de encargos previdenciários e subsidiariamente através de encargos trabalhistas, se a contratada falhar na ação fiscalizadora do atendimento das obrigações dos colaboradores (art. 120, § 2º). (BRASIL, 2021).

Para o fim de desviar-se do descumprimento de obrigações trabalhistas através dos colaboradores, nos exemplos de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra a Administração, através de cláusula em edital ou em compromisso contratual, conseguirá, entre muitas medidas: obrigar caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas; agilizar o pagamento à verificação do acerto das obrigações trabalhistas vencidas parecidas ao contrato; efetivar a guarda de valores em conta vinculada; em meio a inadimplemento, efetivar de um modo direto o pagamento das verbas trabalhistas, que poderão ser deduzidas do pagamento devido ao contratado e instituir que estes valores dedicados e pretendidos a férias, 13º, e verbas rescisórias dos empregados da empresa contratada que participarem da execução de serviços, poderão ser pagos diretamente pelo contratante aos colaboradores, desde que somente na ação do fato gerador (art. 120, § 3º) (BRASIL, 2021).

De acordo com a legislação de 2021, levemos em consideração rotinas e condições que vinham sendo implementadas por boa parte da Administração Pública, por força de conceito firmado do Tribunal de Contas da União, ou por imposições de normas infralegais, como a Instrução Normativa nº 05/17 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento. Todavia, se deve facilmente identificar que a antecipação de acordo com a legislação delas constitui inegável avanço (LOPES, 2021).

No que possui relação às mutações contratuais, as mutações de compromissos contratuais de obras e serviços de engenharia, os quais ensejarão na apuração de responsabilidades dos que realizam a parte técnica, e adoção das providências requeridas ao ressarcimento dos prejuízos impulsionados à Administração.

Há ainda a antecipação que este pedido de recomposição opera diante do balanceamento econômico-financeiro do compromisso contratual (reajustes, revisão ou repactuações) necessita-se ser formulado pela vigência dos compromissos contratuais, até a eventual prorrogação, sob pena de preclusão (LOPES, 2021).

Avançando à Lei nº 14.133/2021 para conferir segurança jurídica à adoção de meios alternativos de resolução de análises e debates, ao antecipar que “poderão ser usados meios alternativos de precaução e resolução de conflitos, em especial, a anuência, a mediação, criando o comitê de resolução de disputas” (art. 150) (BRASIL, 2021).

Comparando com plano da Lei nº 8666/93, um daqueles enfrentamentos imensos jurídicos acabaria sendo o da apuração das responsabilidades e das aplicações de sanções ao contratado (BRASIL, 2021).

A Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 levou em consideração um conjunto de novos acontecimentos típicos, e sanções a complementares para o aumento da celeridade dos novos certames, tal como o instituto da desconsideração da personalidade jurídica, ao dispor que “a personalidade jurídica conseguirá ser desconsiderada, na maioria das vezes, que for usada com abuso do direito para tornar fácil, encobrir ou disfarçar a prática das ações ilícitas previstas nesta Lei” (BRASIL, 2021).

Igualmente quando usados artifícios para acarretar distorção do patrimônio, e, nesse caso, todos os resultados das sanções aplicadas à pessoa que representa a empresa poderão ser ampliados aos seus diretores administrativos e sócios com poderes de administração, à pessoa que responde pela empresa sucessora, e sob a unidade empresarial do mesmo nicho com relação de coligação ou de controle (BRASIL, 2021, art. 159).

A Lei nova regulamenta e impõe a adoção de ferramentas de compliance e de segurança nas contratações públicas, estabelecendo as entendidas “três linhas de defesa, do compliance”:

[...] as contratações públicas terão de submeter-se a experiências contínuas e duráveis voltadas à administração de riscos e de controle preventivo, inclusive através de adoção de meios de tecnologia da informação, e, mais que estar subordinadas ao controle social (BRASIL, 2021).

No compliance, segundo o artigo 169, as contratações estarão sujeitas às seguintes linhas de defesa:

– primeira linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade;

– segunda linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade; – terceira linha de defesa, integrada pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas (BRASIL, 2021).

Portanto, são muitos os benefícios que a Lei nº 14.133/2021 trouxe para a segurança e celeridade dos processos de aquisições de bens e serviços pelos setores públicos da administração em todas as suas esferas, destacando-se o uso das tecnologias não presenciais nos certames para a segurança dos participantes. Nelas, o uso do pregão eletrônico tem se consolidado como a mais utilizada nos últimos anos (BRASIL, 2021).

CONTRATAÇÃO DIRETA NA LEI Nº 14.133/2021

A contratação direta é caracterizada pela dispensa por parte da Administração Pública de realização do processo licitatório em casos específicos. A posição majoritária da doutrina brasileira a este respeito se posiciona a favor da realização de todo o processo licitatório como meio de alcançar a contratação que melhor atende o interesse público e o interesse da Administração Pública, atendendo princípios como a isonomia e a impessoalidade (LOPES, 2021).

A contratação direta vai encontrar seu amparo legal primeiramente na Carta Magna, dis-

posto no seu Art. 37, inciso XXI:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações (BRASIL, 1988).

Então, em conformidade o transcrito no dispositivo constitucional, fica assegurado que em certos casos específicos previstos na legislação, que as obras, serviços, compras e alienações podem ser contratados sem o devido processo licitatório, de forma excepcional da regra estabelecida para as contratações da Administração Pública.

Para Lopes (2021), contratação direta sem licitação não é sinônimo de contratação informal, não podendo o administrador contratar com quem bem entender, sem seguir as condições previstas no Art. 72 da Lei nº 14.133/2021, como expostas abaixo:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

- estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

- parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

- demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

- comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

- razão da escolha do contratado; VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial (BRASIL, 2021, online).

Lei nº 14.133/2021 semelhantemente a Lei nº 8.666/93 trata e fixa normas para os casos de dispensa de licitação e procedimentos de contratação direta, em seus Artigos 74 a 75, mantendo as duas situações: da inexigibilidade, quando a concorrência é inviável, e dispensa de licitação, quando a licitação é exigida, mas não ocorrerá por vontade do legislador.

A inexigibilidade de licitação ocorrerá sempre quando for impossível juridicamente a competição, uma vez que a licitação se trata de uma disputa para se estabelecer uma relação jurídica patrimonial com administração pública, onde se pretende ofertar a proposta melhor para o interesse da coletividade, conforme Marcelo (LOPES, 2021).

Por conseguinte, Araújo (2021) conceitua licitação inexigível aquela que torna “inviável uma competição entre eventuais licitantes, pressuposto lógico de qualquer licitação. Isso porque existe apenas um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades administrativas”.

O impedimento de competição que ocorre na contratação direta por inexigibilidade de licitação se dá pela ausência dos pressupostos que justificam um procedimento licitatório, que sejam o lógico, jurídico e fático. O pressuposto lógico trata-se da exigência de pluralidade de objetos e a pluralidade de ofertantes, para que haja sentindo da competição.

Sendo assim, poderá ocorrer a situação em o objeto ou serviço seja singular, ou ainda só haja um único fornecedor. Quanto o pressuposto jurídico, vai visar especialmente que a licitação seja apta para viabilizar a satisfação do interesse público, da coletividade. Caso contrário, o procedimento licitatório venha de alguma forma por em risco o interesse da coletividade, torna-se inviável, pois o mesmo não pode prejudicar este interesse.

E o pressuposto fático, se trata da existência de fornecedores interessados pelo objeto da licitação. Se o mesmo não for objeto de interesse, não haverá demanda, impedindo assim a licitação (LOPES, 2021).

A Lei nº 14.133/2021, traz em seu artigo 74, algumas hipóteses de inexigibilidade de licitação, não sendo o rol exemplificativo:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;

b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;

e) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

IV – objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha (BRASIL, 2021, online).

No art. 75, se trata dos casos em que o procedimento de licitação é dispensável, Entre as novidades, são citadas aquelas a seguir com maior destaque.

Modificação dos valores para dispensa de licitação em razão do custo. Agora, a licitação passa a ser dispensável no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manuten-

ção de veículos automotores que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e no caso de outros serviços e compras que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Estes valores serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso (LOPES, 2021).

De acordo com a lei, considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado, adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial. Para aprofundamento sobre os casos de dispensa, remetemos à leitura do art. 75, da Lei nº 14.133/21.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova legislação de Licitações e Contratos Administrativos, Lei 14.133/21, possui significativa relevância em especial pelas fases dos processos de consultas das contratações públicas, que permitiu o ajuste de vários dispositivos legais, modernizando e estando atualizada com as atuais relações entre organismos públicos e privados.

A revisão de literatura evidenciou o papel de orientação para os gestores em relação ao processo licitatório, destacando-se a função da matriz de risco, desempenhando uma participação ímpar na fase instrutória do desenvolvimento da licitação. De igual modo, foi demonstrado a importância da flexibilização de prazos de contratos, que proporcionarão economia ao erário. Com essa previsão o Ente Público poderá renovar (dentro das limitações legais) o contrato com fornecedor que presta excelentes serviços, de forma a trazer economia aos cofres Públicos e continuidade aos serviços.

Por fim, meio dos mecanismos de controle das contratações diretas e de compliance, ficou claro o alinhamento com os princípios administrativos necessários ao atendimento da legislação vigente. O que tornarão a prestação de serviços bem mais técnica, afastando alguns vícios já conhecidos. Todavia, apesar da apresentação dos avanços e benefícios para a Administração Pública presentes na Lei nº 14.133/2021, é notório a necessidade de ampliar as discussões entorno do tema, até mesmo porque o presente estudo se limitou em listar alguns dados e informações melhor compreensão do tema.

Assim, fica compreendido que o objetivo deste estudo foi alcançado, onde foram demonstrados conceitos e dispositivos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, permitindo uma listagem de identificação de inovações e mudanças necessárias à sua operacionalidade.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Amorim. Enfim, Quem É O “Agente De Contratação” Na Nova Lei De Licitações? 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/224250/ENFIM%20QUEM%20e%20O%20AGENTE%20DE%20CONTRATA%C3%87%C3%83O%20NA%20NOVA%20LEI%20DE%20LICITA%C3%87%C3%95ES.pdf?sequence=1> Acesso em 06 ago. 2021

ANDRADE, Ricardo Barretto de; ROST, Maria Augusta. Uma travessia pela nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/224250/ENFIM%20QUEM%20e%20O%20AGENTE%20DE%20CONTRATA%C3%87%C3%83O%20NA%20NOVA%20LEI%20DE%20LICITA%C3%87%C3%95ES.pdf?sequence=1> acesso em 06 jul. 2021

ARAÚJO, Aldem Johnston Barbosa. NOVA LEI DE LICITAÇÕES: A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS OU EMPRESAS DE NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO E O FIM DA SINGULARIDADE DO SERVIÇO TÉCNICO. 2021. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/224251/Artigo%20Nova%20Lei.pdf?sequence=1> acesso em 06 jul. 2021

BARBOSA, Jandeson da Costa; MACIEL, Francismary Souza Pimenta; KHOURY, Nicola Espinheira da Costa. Aspectos hermenêuticos da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Revista do TCU, v. 1, n. 147, p. 12-19, 2021. Disponível em <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1695> acesso em 06 jul. 2021

BINENBOJIM, Gustavo; TOLEDO, Renato. A exorbitância contratual na Nova Lei de Licitações. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/222987/a%20exorbit%C3%A2ncia%20contratual%20na%20nova%20lei%20de%20licita%C3%A7%C3%B5es%20-%20jota.pdf?sequence=1> acesso em 06 set. 2021

BRASIL. Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm> acesso em 06 jul. 2021;

FERRAZ, Luciano. Por que a singularidade é o Wolverine da nova Lei de Licitações? 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/224183/ConJur%20-%20Por%20que%20a%20singularidade%20%C3%A9%20o%20Wolverine%20da%20nova%20Lei%20de%20Licita%C3%A7%C3%B5es_.pdf?sequence=1 acesso em 06 jul. 2021

LOPES, Virgínia Bracarense. A Nova Lei de Licitações: 5 mudanças trazidas pela norma aprovada. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/221790/a%20nova%20lei%20de%20licita%C3%A7%C3%B5es%20-%205%20mudan%C3%A7as%20trazidas%20pela%20norma%20aprovada%20-%20anesp.pdf?sequence=1> acesso em 06 ago. 2021

NETO, Murilo de Miranda Basto. A nova Lei de Licitações e as cooperativas. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/222556/a%20nova%20lei%20de%20licitacoes%20e%20as%20cooperativas%20-%20portal%20i9%20treinamentos.pdf?sequence=1> acesso em 06 set. 2021

NÓBREGA, Marcos; NETTO, Pedro Dias de Oliveira. Alterações contratuais na nova lei de licitação: preços e critérios de pagamento. 2021. Disponível em < https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/224356/Alter%C3%A7%C3%B5es%20Contratuais%20na%20Nova%20Lei%20de%20Licita%C3%A7%C3%A3o_%20Pre%C3%A7os%20e%20Crit%C3%A9rios%20de%20Pagamento%20-%20Inove%20Capacita%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1 > acesso em 06 jul. 2021

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. Programas de integridade na nova Lei de Licitações: parâmetros e desafios. 2021. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/224199/Programas%20de%20integridade%20na%20nova%20Lei%20de%20Licita%C3%A7%C3%B5es.pdf?sequence=1> acesso em 05 set. 2021.

Administração Pública e Privada: uma perspectiva do período pós-pandêmico

Fernando de Almeida Cruz

Pós-Graduado em Direito Público. Servidor público atuando como Analista Judiciário no Tribunal Regional da Terceira Região.

ORCID: 0000-0002-0667-1599

DOI: 10.47573/aya.5379.2.71.9

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar os benefícios e desafios do trabalho remoto ou trabalho telepresencial ou, ainda, teletrabalho, cujo sistema foi impulsionado pelo advento da Pandemia da COVID-19. Essa modalidade de trabalho ainda emerge timidamente no Brasil. A adoção do trabalho remoto, segundo dados do Ministério da Economia, poupou aos cofres públicos o equivalente a R\$ 1,419 bilhão com o trabalho de servidores públicos durante a pandemia da Covid-19. O objetivo dessa modalidade, todavia, não é só o de poupar recursos, mas também aumentar a eficiência na prestação dos serviços públicos e na entrega de resultados. Tal modalidade, que tem sido adotada na iniciativa privada, todavia, apresenta desafios a serem superados como problemas de adaptação, de comunicação e sensação de isolamento, bem como a ressignificação dos conceitos de lugar e tempo.

Palavras-chave: trabalho remoto. serviço público. privado. benefícios. desafios.

ABSTRACT

The goal of the present work is to analyze the benefits and challenges of remote work or teleface work or even telework, which system was boosted by the advent of the COVID-19 Pandemic. This type of work still emerges timidly in Brazil. The adoption of remote work, according to data from the Ministry of Economy, saved to the public safes the equivalent of R\$ 1.419 billion with the work of public servants during the pandemic Covid-19. The objective of this modality, however, is not only to save resources, but also to increase efficiency in the provision of public services and in the delivery of results. This modality has been adopted in the private sector, however, it presents challenges to be overcome such as problems of adaptation, communication and feeling of isolation, as well as the resignification of the concepts of place and time.

Keywords: remote work. public service. private. benefits. challenges.

INTRODUÇÃO

A transformação digital trazida no limiar deste milênio aliada à desburocratização do trabalho tem permitido o vislumbre de novos horizontes e interações sociais. Velocidade, produtividade e flexibilidade são conceitos que passaram a ser incorporados em nossa sociedade e uma dessas realidades é traduzida no trabalho remoto que se utiliza das novas ferramentas (celulares, notebooks, internet, etc.) para o desenvolvimento de tarefas para além da estrutura física da empresa para alcançar a estrutura do domicílio ou a de um lugar qualquer.

Na seara laboral as inovações tecnológicas têm sido sentidas sensivelmente, tanto no setor público quanto no privado, o que implica ressignificação das rígidas estruturas hierárquicas do século passado, redefinindo as noções de tempo e espaço, passando pela necessidade de acessibilidade e de rápida comunicação entre as diferentes estruturas, utilizando-se de meios tecnológicos praticamente instantâneos de sons e imagens com a mediação de aplicativos informais tais como o “whatsapp” e “telegram”.

Foi observado que mesmo durante a pandemia da COVID-19 muitos brasileiros não

deixaram de ser atendidos em suas demandas em função do trabalho remoto. Apesar das restrições sanitárias sobre as relações presenciais, a adoção do ensino remoto, por exemplo, garantiu a continuidade das atividades letivas, mantendo as relações econômicas e mitigando o impacto do isolamento social.

Segundo dados do Ministério da Economia, o Governo Federal economizou R\$ 1,419 bilhão com o trabalho remoto de servidores públicos durante a pandemia da Covid-19. O levantamento analisou “a redução dos gastos em cinco itens de custeio entre os meses de março de 2020 e junho de 2021: diárias; passagens e despesas com locomoção; serviços de energia elétrica; serviços de água e esgoto; e cópias e reprodução de documentos”, mantendo a continuidade dos serviços públicos¹.

O impacto das novas tecnologias nas relações de trabalho

Convém observar que a economia anteriormente apontada é compatível com o Princípio da Economicidade, de ordem constitucional, previsto no artigo 70 da Magna Carta, alcançado quando o mesmo ou similar resultado qualitativo é obtido com a menor utilização de recursos possível. Não obstante, recentemente o País atravessou o que se anteviu como uma crise hidroenergética que apontava para um cenário de colapso do sistema de geração, o que fatalmente foi mitigado em prédios públicos e privados, com a eventual redução do gasto energético nas instituições.

Por outro giro, a questão também reclama um olhar sobre a produtividade. Consoante estudo conduzido pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, “O uso de novas tecnologias pode ser um aliado importante para substituir o trabalho realizado por 53,6 mil servidores públicos federais que estarão aptos a se aposentar a partir de 2030”. Conforme aponta a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), “esse é o total de ocupações com alta propensão à automação entre os profissionais que podem se aposentar – ou seja, aquelas atividades que podem ser substituídas por máquinas. Para chegar a esse resultado, o estudo avaliou a propensão de automação das atuais ocupações do Governo Federal, que totalizam cerca de 520 mil servidores, e cruzou esses dados com a expectativa de aposentadorias para os próximos anos. Sem a adoção de medidas – como automação, realocação ou requalificação de profissionais –, o déficit de servidores no ano de 2030 pode chegar a 232 mil profissionais”².

Com o retorno à situação de relativa normalidade, ou melhor, à situação pré-pandêmica, muito se tem discutido a respeito do sistema híbrido, considerando, sobretudo, o custo de vida elevado, a necessidade de cortar despesas e os transtornos de locomoção causados pelo trânsito ou mesmo pela locação e manutenção de espaços físicos.

Outra vantagem do trabalho remoto é o acesso ao trabalho e à mão de obra que em tese estariam geograficamente inacessíveis. Por meio do trabalho remoto, é possível contratar pessoas de outras localidades, com salários que se ajustem à realidade financeira das instituições.

Todavia o trabalho remoto exige investimento em novas tecnologias e capacitações. Conquanto deva-se pensar no bem-estar e na saúde do trabalhador, o fato é que o largo acesso às novas tecnologias têm sido configuradas em benefício do interesse das instituições o que,

¹<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/agosto/governo-federal-economiza-r-1-419-bilhao-com-trabalho-remoto-de-servidores-durante-a-pandemia>

²<https://www.enap.gov.br/pt/acontece/noticias/automacao-pode-suprir-aposentadoria-de-54-mil-servidores>

por si, não implica afirmar prejuízos àquele que presta o trabalho, muito embora surjam novas discussões tais como a disponibilidades do trabalhador para a empresa, notadamente ante a flexibilidade das clássicas noções de tempo e espaço.

Na seara do Direito do Trabalho, desde que haja a subordinação a um empregador ou, ainda, respaldado por uma empresa, insere-se, para todos os efeitos, o trabalho remoto no regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O trabalhador por meio remoto posiciona-se como se estivesse inserido fisicamente no ambiente laboral, sem distinção legal do trabalho considerado formal, seja em relação ao salário ou aos benefícios, sendo concedidos, de forma igualitária, as férias e o 13º salário, bem como demais gratificações. Nesse passo, a falta de direitos concedidos ao trabalho remoto e a informalidade deste modelo podem contribuir de forma negativa, podendo gerar desqualificação profissional, discutindo-se sobre a responsabilidade conferida aos trabalhadores e aos empregadores e as condições em que este trabalho são mutuamente acordadas.

Como contrapontos às vantagens citadas, os riscos de má divisão do tempo e a facilidade de distração exigem elevada disciplina e autonomia, o que acarreta dificuldades iniciais. Conquanto o principal atrativo dessa modalidade de trabalho seja a liberdade e a capacidade de se auto-organizar, a falta de tais competências pode impossibilitar a sua continuidade.

A criação de cada concepção do conceito e forma do trabalho associa-se aos interesses econômicos, ideológicos e políticos. Nos dias de hoje o trabalho pode ser compreendido, por exemplo, como uma atividade profissional que passa por profundas transformações, inclusive no aspecto subjetivo do trabalho, de vital importância na formação da identidade do indivíduo e de influência central na construção das sociedades.

Assim, separar o trabalho da existência das pessoas é muito difícil, senão impossível, diante da importância e do impacto que o trabalho nelas provoca. O conceito de trabalho decorre do seu contexto histórico, intrínseco ao aspecto da manutenção da vida do homem, tanto individual quanto coletiva, como da formação de sua identidade.

As questões tecnológicas que se fazem presentes, portanto, merecem melhor reflexão e debate. A redução dos custos atua em mão dupla, tanto para os trabalhadores quanto para os empregadores, considerando o deslocamento físico como um exemplo. A elevação da produtividade pode ser explicada pela sensação de autoridade e de autonomia, ampliando a autoconfiança do trabalhador em suas capacidades. Por outro lado, a produtividade crescente pode estar conectada à melhor adaptação ao ambiente e aos horários de trabalho, como também pode representar um fator de adoecimento, caso não sejam impostos limites claros à pretensão da produtividade e disponibilidade da mão de obra, devendo-se, ainda, refletir sobre a própria falta de delimitação do trabalhador, a disposição para realizar pausas, trocar informações profissionais e a sensação de isolamento que poderá emergir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças nos aspectos de socialização são consequências das novas tecnologias disponíveis e que afetam diretamente o processo produtivo. Trabalhar em casa promove a diminuição do contato pessoal e diário com pares e superiores e, em contrapartida, aumenta o con-

tato com familiares e cônjuges, otimizando o tempo com deslocamento e custos institucionais.

O trabalho na perspectiva psicológica é uma categoria central na construção do indivíduo e da sociedade ; uma atividade estruturante e produtora de tudo aquilo de que o ser humano necessita em sociedade. O Trabalho é a experiência envolvendo o sentimento de valor pessoal e autoestima, bem como o sentido que a pessoa enxerga no fruto de seu trabalho ante a sociedade.

Existe, portanto, uma relação dialética entre a transformação realizada pelo trabalho e a subjetividade do indivíduo, bem como entre o agir no mundo e a construção interna, envolvendo afetos, valores e impulsos de saúde.

Dessa forma, pode-se afirmar que à essa nova realidade de inserções tecnológicas e de ressignificação dos modelos anteriormente adotados são necessárias maiores investigações acerca das estratégias de gerenciamento e adaptação dos trabalhadores para administrar a nova dinâmica que se apresenta, sendo indiscutíveis as vantagens do trabalho remoto, uma realidade que vem apresentar novos contornos à relações sociais e que se torna uma tendência mundial tanto nos serviços públicos quanto privados.

Biografia do Autor:

Fernando de Almeida Cruz, Pós-Graduado em Direito Público. Servidor público atuando como Analista Judiciário no Tribunal Regional da Terceira Região.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Economia. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/agosto/governo-federal-economiza-r-1-419-bilhao-com-trabalho-remoto-de-servidores-durante-a-pandemia>>

ENAP. Automação pode suprir aposentadoria de 54 mil servidores. Disponível em: <<https://www.ena.gov.br/pt/acontece/noticias/automacao-pode-suprir-aposentadoria-de-54-mil-servidores>>

Duarte, J. B. (2006). O trabalho no domicílio do empregado: Controle da jornada e responsabilidade pelo custeio dos equipamentos envolvidos. Revista ST, 195, Doutrina.

Organizadora

Leozenir Mendes Betim

Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. Doutora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, 2019. Participa do Grupo de Pesquisa em Engenharia Organizacional e Redes de Empresas - EORE na UTFPR. Mestre em Engenharia da Produção, com ênfase em Gestão Industrial, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2007. Especialização em Gestão Industrial com Enf. Conhecimento e Inovação pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2004. Especialização em Administração Financeira pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná (FESP), 1998. Bacharel em Administração pelo Centro Universitário Cesumar (UNICESUMAR), 2015. Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 1997.

Índice Remissivo

A

ambiente 24, 25, 27, 29, 32, 39, 41, 46, 47, 48, 49, 56, 59, 94, 100, 107
anualidade 9, 10, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21
aprendizagem 36, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 57, 111
avaliação 36, 37, 40, 44, 50, 52, 55, 56

B

Bitcoin 84, 86, 88, 89, 92, 93, 95, 96, 97
Brasil 10, 19, 20, 21, 25, 30, 33, 34, 83, 84, 85, 86, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 104, 106, 108, 109, 111, 114

C

capital 13, 24, 27, 30, 32, 33, 93
colônia 110, 115, 116
competição 28, 98, 99
Constitucional 10, 18
contratação 16, 17, 19, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127
crescimento 44, 45, 59, 60, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 102, 103, 112
criptoativos 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96

D

declínio 23, 24, 25, 27
despesas 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20
direta 11, 13, 50, 93, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 126
docente 59

E

economia 24, 26, 27, 28, 30, 31, 34, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 92, 94, 96
educação 36, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 57, 59
empresa 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 104, 105, 106, 108
ensino 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49,

56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70,
71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82
escola 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 55,
57, 59, 113
exclusividade 9, 10, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 107

F

família 23, 24, 46
formação 26, 31, 32, 38, 39, 40, 44, 46, 48, 50, 113, 114
fundamental 11, 12, 24, 25, 28, 43, 44, 45, 46, 49, 58, 59,
60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73,
74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 89, 94, 111

G

geoparque 110, 111, 116
Geoparque 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116
geossítios 110
geoturismo 109, 110, 111, 115
gestão 16, 19, 21, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 49, 103, 113,
115

I

impacto 66, 74, 98, 100, 102, 103, 107
indústria 98, 102, 104, 105, 107
inovações 88, 117, 118, 119, 120, 127

L

lei 9, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 25, 27, 84, 85, 90,
91, 92, 95, 96
lúdico 36, 43, 46

M

marketing 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108
matrículas 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69,
70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82

N

negócios 24, 25, 28, 32, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105,
106, 107, 108, 112

O

orçamentária 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21
organização 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 44, 90,
92, 93, 99, 102, 103, 106

P

privada 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70,
71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81
produção 24
pública 12, 14, 19, 21, 22, 49, 57, 111, 118, 119, 120,
125, 126, 127
públicas 11, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 91, 118, 124, 127

R

regulamentação 83, 84, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

T

tecnologia 28, 30, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 94, 107

U

UNESCO 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116

V

varejo 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 108

